



Suzano S.A.

Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações financeiras individuais e
consolidadas



Índice

1. Relatório dos Auditores Independentes	3
2. Balanço Patrimonial	11
3. Demonstrações do Resultado	13
4. Demonstrações do Resultado Abrangente	14
5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	15
6. Demonstrações do Fluxo de Caixa	16
7. Demonstrações do Valor Adicionado	17
8. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	18
9. Parecer do Conselho Fiscal	127
10. Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	128
11. Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário	131
12. Declaração dos Diretores	132
13. Relatório da Administração	133
14. Comentário de Desempenho	145

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

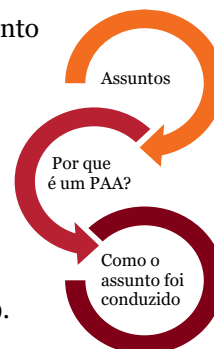
Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 3.2.2 às demonstrações financeiras, que descreve que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 não são comparáveis com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Tal fato ocorre em razão da conclusão da combinação de negócios com a Fibria Celulose S.A. ("Fibria") em 3 de janeiro de 2019 (Nota 1.2), e da subsequente incorporação da Fibria pela Suzano em 1º de abril de 2019. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

“Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.”

Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia e suas controladas ocorridas em 2019. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, porém com atualização do PAA relacionado à aquisição da Fibria Celulose S.A. (“Fibria”), concluída em janeiro de 2019, e inclusão de um PAA sobre o teste de *impairment* separado gerado nesta aquisição.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.1.6 e 13)

Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 10.326.622 mil e R\$ 10.571.499 mil, respectivamente, correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, deduzindo dos custos estimados de venda no momento da colheita. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço da madeira em diferentes regiões.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo.

Envolvemos nossos especialistas na valorização de ativos biológico, que nos apoiaram na análise do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como em observar a coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na uniformização das práticas anteriormente adotadas pelas duas empresas (em decorrência da *combinação de negócios* com a Fibria).

Avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela administração, comparando-os com os custos históricos de formação das florestas, assim como verificamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos de norma

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que os dados e premissas utilizados estão devidamente suportados.</p>

Combinação de negócios com a Fibria (Nota 1.2.1)

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Fibria pelo valor de R\$ 37.236.854 mil, tendo apurado ágio no valor de R\$ 7.897.051 mil.

A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolveram o uso de especialistas internos e externos pela administração e o exercício de julgamentos e a consideração de estimativas relevantes, tais como relacionamento com clientes, valor justo de contingências, dentre outras. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxa de cancelamentos de clientes (“churn rate”), fluxos de caixa descontados estimados, probabilidade de perdas classificadas entre possíveis e remotas, dentre outras, o que aumenta os riscos de mensuração e alocação do preço de compra.

Os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes adotados pela administração na determinação da alocação do preço de compra, podem ter impacto relevante na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos e por isso nos levaram a considerar essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Fibria, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos, também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra.

Obtivemos as informações financeiras auditadas da Fibria, com os valores contábeis considerados na alocação do preço de compra, incluindo o registro dos efeitos das novas normas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019 no balanço de aquisição. Efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a Fibria.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como examinamos as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos, as premissas utilizadas são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.</p>
<p>Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 20)</p> <p>A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de provisão para passivos judiciais, individuais e consolidados, montavam R\$ 3.480.208 mil e R\$ 3.512.477 mil, respectivamente, sendo R\$ 3.049.788 mil e R\$ 3.052.370 mil, correspondentes a processos tributários com risco de perda provável.</p> <p>Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.</p> <p>A determinação das chances de perda, assim como dos valores objeto da disputa, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.</p> <p>Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto das principais contingências e processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados pela Companhia e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração.</p> <p>Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.</p> <p>Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.</p> <p>Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 16)</p>	

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A Companhia tem registrado em seu ativo intangível (Controladora e Consolidado), ágio no valor de R\$ 7.897.051 mil fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose.</p> <p>O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura tem sua recuperação baseada em projeções que incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.</p> <p>Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo, assim como o critério utilizado para a definição da unidade geradora de caixa.</p> <p>Envolvemos nossos especialistas na área de valorização de empresas, que nos apoiaram na análise do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética e também nos apoiaram na análise da taxa de desconto.</p> <p>Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.</p> <p>Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que os dados e premissas utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado, bem como que as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como

informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Suzano S.A.

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Nota				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	824.538	3.253.666	3.249.127	4.387.453
Aplicações financeiras	6	5.941.348	20.996.555	6.150.631	21.098.565
Contas a receber de clientes	7	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058
Estoques	8	2.224.450	1.260.459	4.685.595	1.853.104
Tributos a recuperar	9	791.132	253.248	997.201	296.832
Instrumentos financeiros derivativos	4	260.273	352.454	260.273	352.454
Adiantamento a fornecedores	10	114.262	92.620	170.481	98.533
Partes relacionadas	11	12.133	2.182		
Dividendos a receber		2.854			
Ativos mantidos para venda			5.718		5.718
Outros ativos		290.520	154.422	335.112	169.175
Total do ativo circulante		16.385.321	29.842.197	18.884.237	30.798.892
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	179.703		179.703	
Tributos a recuperar	9	669.919	231.182	708.914	231.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.046.675		2.134.040	8.998
Instrumentos financeiros derivativos	4	838.699	141.238	838.699	141.480
Adiantamento a fornecedores	10	1.007.711	218.493	1.087.149	218.493
Depósitos judiciais		242.500	118.453	268.672	129.005
Partes relacionadas	11	3.550			
Outros ativos		180.807	86.528	228.881	93.935
Ativos biológicos	13	10.326.622	5.111.160	10.571.499	4.935.905
Investimentos	14	11.606.627	1.445.321	322.446	14.338
Imobilizado	15	37.346.699	16.458.656	41.120.945	17.020.259
Direito de uso	19.1	3.817.638		3.850.237	
Intangível	16	17.311.934	105.906	17.712.803	339.841
Total do ativo não circulante		85.579.084	23.916.937	79.023.988	23.133.752
TOTAL DO ATIVO		101.964.405	53.759.134	97.908.225	53.932.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Suzano S.A.

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidada	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Nota				
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	1.120.964	594.168	2.376.459	632.565
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	4.652.321	3.152.351	6.227.951	3.426.696
Contas a pagar de arrendamento	19.2	649.909		656.844	
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	893.376	595.195	893.413	596.530
Tributos a recolher		122.809	204.128	307.639	243.835
Salários e encargos sociais		362.671	217.978	400.435	234.192
Partes relacionadas	11	3.053.913	268.234		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	86.529	469.860	94.414	476.954
Dividendos a pagar		4.421	3.717	5.720	5.434
Adiantamento de clientes		20.772	42.067	59.982	75.159
Outros passivos		1.258.451	213.259	456.338	367.313
Total do passivo circulante		12.226.136	5.760.957	11.479.195	6.058.678
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	14.666.687	9.253.742	57.456.375	32.310.813
Contas a pagar de arrendamento	19.2	3.301.059		3.327.226	
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.024.500	1.040.122	2.024.500	1.040.170
Partes relacionadas	11	46.964.145	22.986.592		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	419.699	480.224	447.201	515.558
Provisão para passivos judiciais	20	3.480.208	345.346	3.512.477	351.270
Passivos atuariais	21	724.643	430.427	736.179	430.427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12		961.083	578.875	1.038.133
Plano de remuneração baseado em ações	22	112.533	121.681	136.505	124.318
Provisão para perda de investimentos em controladas			342.068		
Outros passivos		72.165	24.885	121.723	37.342
Total do passivo não circulante		71.765.639	35.986.170	68.341.061	35.848.031
TOTAL DO PASSIVO		83.991.775	41.747.127	79.820.256	41.906.709
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	9.235.546	6.241.753	9.235.546	6.241.753
Reservas de capital		6.416.864	674.221	6.416.864	674.221
Ações em tesouraria		(218.265)	(218.265)	(218.265)	(218.265)
Reservas de lucros		317.144	2.992.590	317.144	2.992.590
Ajustes de avaliação patrimonial		2.221.341	2.321.708	2.221.341	2.321.708
Patrimônio líquido de controladores		17.972.630	12.012.007	17.972.630	12.012.007
Participação de não controladores				115.339	13.928
Total do patrimônio líquido		17.972.630	12.012.007	18.087.969	12.025.935
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		101.964.405	53.759.134	97.908.225	53.932.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Suzano S.A.

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
RECEITA LÍQUIDA	28	18.889.013	12.865.282	26.012.950	13.437.329
Custo dos produtos vendidos	30	(12.509.492)	(6.161.649)	(20.743.482)	(6.918.336)
LUCRO BRUTO		6.379.521	6.703.633	5.269.468	6.518.993
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	30	(1.756.312)	(1.072.806)	(1.905.279)	(598.726)
Gerais e administrativas	30	(864.324)	(738.704)	(1.173.358)	(825.209)
Resultado da equivalência patrimonial	14	326.893	(104.524)	31.993	7.576
Outras, líquidas	30	(1.984.952)	(87.795)	405.754	(96.875)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.100.826	4.699.804	2.628.578	5.005.759
RESULTADO FINANCEIRO	27				
Despesas		(4.130.091)	(1.211.955)	(4.178.848)	(1.500.374)
Receitas		372.032	434.558	493.246	459.707
Instrumentos financeiros derivativos		(872.127)	(2.734.053)	(1.075.252)	(2.735.196)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.827.883)	(1.035.505)	(1.964.927)	(1.066.650)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.357.243)	152.849	(4.097.203)	163.246
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(94.000)	(568.105)	(246.110)	(586.568)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	1.633.725	733.595	1.528.571	741.782
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460
Atribuível à					
Controladores		(2.817.518)	318.339	(2.817.518)	318.339
Não controladores				2.776	121
Lucro (prejuízo) do exercício	26.1				
Básico		(2,08825)	0,29112	(2,08825)	0,29112
Diluído		(2,08825)	0,29075	(2,08825)	0,29075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460
Itens que não serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente				
Efeito da variação cambial e do valor justo sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Ensyn Corporation ⁽¹⁾	1.832		3.153	
CelluForce Inc.	1.207		1.667	
Spinnova Oy ⁽¹⁾	(927)		(1.244)	
Efeito tributário sobre os itens acima	(718)		(1.216)	
Reflexo de controlada	2.750		2.749	
Efeito tributário sobre reflexo de controlada	(935)		(935)	
Ganho (perda) atuarial	(142.405)	(69.305)	(147.640)	(69.305)
Efeito tributário sobre o passivo atuarial	48.418	23.564	50.198	23.564
	(2.908.296)	272.598	(2.908.010)	272.719
Itens que serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente				
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras e sobre os investimentos no exterior	43.329	137.546	45.819	137.546
Total do resultado abrangente do exercício	(2.864.967)	410.144	(2.862.191)	410.265
Atribuível à				
Controladores	(2.864.967)	410.144	(2.864.967)	410.144
Não controladores			2.776	121

- 1) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3.1.5.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros						Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Custos com emissão de ações	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Dividendos propostos			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.241.753		14.237	(15.442)		(241.088)	396.006	406.898	2.286.199	234.663		11.621.554		11.621.554
Resultado abrangente total														
Lucro do exercício												318.339	121	318.460
Resultado abrangente do exercício												318.339		318.460
Transações de capital com os sócios														
Opções de ações outorgadas			5.170			8.516						5.170		5.170
Venda de ações em tesouraria												8.516		8.516
Reversão de dividendos prescritos										66		66		66
Participação de não controladores													13.807	13.807
Mutações internas do patrimônio líquido														
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL												(68.424)		(68.424)
Constituição de reserva de incentivos fiscais Sudene-redução 75%							288.557					(288.557)		
Exercício da opção de compra de ações			(14.307)			14.307								
Constituição de reserva legal								15.917		7.882		(23.799)		(70.940)
Constituição de reserva para aumento de capital									70.940			(3.466)		(33.442)
Dividendos									(626.510)		596.534			(33.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.241.753		5.100	(15.442)		(218.265)	684.563	422.815	1.730.629	242.612	596.534	12.012.007	13.928	12.025.935
Resultado abrangente total														
Lucro do exercício												(2.817.518)	2.776	(2.814.742)
Resultado abrangente do exercício												(2.817.518)		(2.814.742)
Transações de capital com os sócios														
Absorção de prejuízos							(684.563)	(105.671)	(1.730.629)	(242.612)		2.763.475		3.027.528
Aumento de capital (nota 1.2.1.1 e 25.1)	3.027.528	(33.735)		15.442										3.027.528
Custos com emissão de ações												(18.294)		(18.294)
Opções de ações outorgadas			879									879		879
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio													98.635	98.635
Dividendos pagos (nota 25.2)											(596.534)			(596.534)
Reversão de dividendos prescritos												1.125		1.125
Mutações internas do patrimônio líquido														
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL												(52.918)		(52.918)
Emissão de ações relacionadas à combinação de negócios (nota 1.2.1.1)														
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.269.281	(33.735)	5.979		6.410.885	(218.265)		317.144				6.410.885	115.339	6.410.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)
Ajustes por			
Depreciação, exaustão e amortização (nota 30)	3.527.925	1.527.893	4.286.730
Amortização mais valia – Fibria/Facepa/Ibema (nota 30)	3.650.682		3.651.005
Amortização do direito de uso (nota 30)	130.231		154.217
Amortização mais valia da Fibria alocada ao resultado financeiro (nota 27)	(37.412)		(38.960)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	192.284		226.103
Resultado na alienação, baixa e provisão de ativos imobilizados e biológicos, líquido (nota 30)	95.292	12.867	77.930
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14.2)	(326.893)	104.524	(31.993)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	1.827.883	1.387.128	1.964.927
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	1.224.065	1.438.660	3.358.806
Despesas com juros sobre empréstimos com controladas e coligadas, líquidas (nota 27)	2.350.229	(526.917)	
Receita de juros sobre aplicações financeiras	66.406	(126.538)	(31.368)
Amortização do custo de captação, ágio e deságio (nota 18.2)	131.850	25.384	185.807
Perdas com derivativos, líquidos (nota 27)	872.127	2.734.053	1.075.252
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 12 e 30)	(177.368)	129.187	(185.399)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.1)	(1.633.725)	(733.595)	(1.528.571)
Créditos tributários - ganho em ação tributária (ICMS na base de PIS/COFINS) (nota 9 e 20.3)	(128.115)		(128.115)
Juros sobre passivo atuarial (nota 20.2)	40.353	35.920	44.496
(Reversão) provisão para passivos judiciais	24.806	13.978	26.807
(Reversão) provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(4.294)	8.942	(12.286)
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	69.674	(24.018)	107.269
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida	58.637		129.283
Outras	(52.599)	214.306	(56.517)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Partes relacionadas	1.111.648		
Contas a receber de clientes	186.409	(73.601)	991.476
Estoques	(75.197)	(336.293)	873.420
Tributos a recuperar	277.763	36.211	241.934
Outros ativos	(26.922)	(76.218)	(26.478)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Partes relacionadas	(1.601.150)	(840.316)	
Fornecedores	(112.930)	11.377	(1.555.697)
Tributos a recolher	220.651	817.258	370.923
Salários e encargos a sociais	40.446	(14.378)	(234.948)
Outros passivos	(314.620)	(66.684)	(62.294)
Caixa gerado das operações	8.790.618	5.997.469	11.059.017
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.406.113)	(769.491)	(2.977.957)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	(131.545)	(373.455)	(112.898)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(266.794)	(316.047)	(391.725)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.986.166	4.538.476	7.576.437
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de imobilizado (nota 15)	(1.497.795)	(1.238.855)	(2.001.674)
Adições de intangível (nota 16)	(14.611)	(7.117)	(17.715)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(2.252.707)	(1.188.802)	(2.849.038)
Recebimentos por venda de ativos	189.553	94.431	198.644
Aumento de capital em subsidiárias	(51.927)		(45.856)
Aplicações financeiras, líquidas	17.872.495	(19.290.036)	19.378.893
Adiantamento para aquisição de madeira de operações com fomento	(234.136)	1.402	(355.447)
Aquisição de controlada, líquido do caixa – Fibria (nota 1.2.1.2)	(27.797.441)	(315.904)	(26.002.540)
Incorporação de controlada, líquido do caixa – Fibria (nota 1.2.2)	29.086		
Dividendos recebidos	1.558.601		
Outros investimentos	(3.647)		(286)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.881)	(11.695.019)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	18.993.837
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889	
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(148.366)	(1.586.415)	(135.449)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(546.829)		(645.071)
Pagamento de dividendos	(599.835)	(210.205)	(606.632)
Proventos de ações próprias	(879)	8.514	(879)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(479.480)
Outros financiamentos	4.865		10.191
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(2.429.128)	2.762.965	(1.138.326)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.253.666	490.701	4.387.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	824.538	3.253.666	3.249.127
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(2.429.128)	2.762.965	(1.138.326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.648.087
Outras receitas, líquidas	434.552	194.555	424.756	220.279
Receitas referentes à construção de ativos próprios	2.388.102	562.968	3.038.028	562.968
Reversão (provisão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(4.294)	(8.942)	(12.286)	(6.450)
	23.043.877	14.813.472	30.896.356	15.424.884
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.154.782)	(4.341.490)	(12.733.608)	(4.524.675)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.506.846)	(2.262.964)	(2.619.453)	(2.302.601)
Outros			(15.881)	
	(10.661.628)	(6.604.454)	(15.368.942)	(6.827.276)
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.382.249	8.209.018	15.527.414	8.597.608
Depreciação, amortização e exaustão	(3.658.156)	(1.527.894)	(4.440.947)	(1.563.223)
Amortização mais valia – combinação de negócios	(3.613.270)		(3.612.045)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.110.823	6.681.124	7.474.422	7.034.385
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	326.893	(104.524)	31.993	7.576
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	(940.261)	1.397.966	2.396.442	1.047.756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.633.725	733.595	1.528.571	741.782
	1.020.357	2.027.037	3.957.006	1.797.114
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	6.131.180	8.708.161	11.431.428	8.831.499
Pessoal	1.658.707	1.283.376	2.067.669	1.338.106
Remuneração direta	1.270.845	1.048.000	1.596.780	1.090.613
Benefícios	310.976	190.733	384.250	197.143
F.G.T.S	76.886	44.643	86.639	50.350
Impostos, taxas e contribuições	1.054.505	1.053.956	1.632.205	1.172.476
Federais	686.472	877.921	1.153.815	926.973
Estaduais	313.903	170.499	396.747	239.756
Municipais	54.130	5.536	81.643	5.747
Remuneração do capital de terceiros	6.235.486	6.052.490	10.546.296	6.002.457
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	6.235.486	6.052.490	10.547.190	6.002.457
Outros			(894)	
Remuneração de capitais próprios	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460
Dividendos		8.074		8.074
Lucros (prejuízos) retidos do exercício	(2.817.518)	310.265	(2.817.518)	310.265
Participação de não controladores			2.776	121
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.131.180	8.708.161	11.431.428	8.831.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. (atual denominação social da antiga Suzano Papel e Celulose S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2019) em conjunto com suas controladas (“Suzano” ou coletivamente “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, Brasil.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - “B3”), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3. Em 10 de dezembro de 2018, a Suzano iniciou a negociação de suas *American Depositary Receipts* (“ADRs”) na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“New York Stock Exchange - “NYSE”) sob o *ticker* SUZ, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Após a conclusão da combinação de negócios com Fibria Celulose S.A. (“Fibria”), ocorrida em 14 de janeiro de 2019, a Companhia passou a ter 11 unidades industriais, localizadas em Aracruz (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis (Bahia) e Mucuri (Bahia), Fortaleza (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Rio Verde e Suzano (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul).

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*) e bobinas de papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas diretas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Argentina, Estados Unidos da América, Suíça, Áustria e escritórios de representação na China.

A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 45,85% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2019.

1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação	
					31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
AGFA – Com. Adm. e Participações Ltda.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ⁽¹⁾	Cultivo de eucalipto	Brasil	Direta	Consolidado	100%	50%
Cellulforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8,3%	
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Eucalipto Holding S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	Direta	Consolidado		100%
Ensyn Corporation	Pesquisa e desenvolvimento de bio combustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	25,3%	
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	Produção e comercialização de papel tissue	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	92,8%	92,8%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100%	
Fibria Terminais Portuários S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Biotechnology Shangai Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Indireta	Consolidado	100%	100%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	50%	
Gansu FuturaGene Biotech Co. Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Negócio conjunto	49,9%	49,9%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	100%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51%	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. ⁽³⁾	Base de ativos florestais	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	

Suzano S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



Spinnova OY	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil.	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	24,06%	
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Sun Paper and Board Limited ⁽⁴⁾	Compartilhamento de despesas	Áustria	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Áustria GmbH	Escritório comercial	Canadá	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Canada Inc. ⁽⁵⁾	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Áustria	Direta	Consolidado	100%	
Suzano International Trade GmbH ⁽⁶⁾	Escritório comercial	Luxemburgo	Direta	Consolidado		100%
Suzano Luxembourg ⁽⁷⁾	Captação de recursos financeiros	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Participações do Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	Holding	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Trading Ltd.	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Trading International KFT ⁽⁹⁾	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Operação conjunta	Consolidado	50%	
Veracel Celulose S.A. ⁽¹⁰⁾						

- 1) Foi adquirido o controle total em decorrência da combinação de negócios com a Fibria.
- 2) Empresa incorporada em 2 de janeiro de 2019, vide nota 1.2.1.1.
- 3) Empresa constituída em decorrência de reorganização societária em 12 de dezembro de 2019.
- 4) Operações encerradas em 2 de junho de 2019.
- 5) Denominação social alterada em 30 de setembro de 2019, antiga Fibria Innovations Inc.
- 6) Denominação social alterada em 28 de agosto de 2019, antiga Fibria International Trade GmbH.
- 7) Operações encerradas em 17 de setembro de 2019.
- 8) Denominação social alterada em 06 de dezembro de 2019, antiga F&E Participações do Brasil Ltda.
- 9) Denominação social alterada em 9 de agosto de 2019, antiga Fibria Trading Internacional.
- 10) Operação em conjunto com a Stora Enso, empresa localizada em Amsterdam.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Combinação de negócios com a Fibria

Em 3 de janeiro de 2019, data de aquisição do controle pela Suzano, após atendidas todas as condições para a conclusão da combinação de negócios e bases acionárias, foi realizada a troca das ações da Fibria por ações da Suzano e, em 14 de janeiro de 2019, a Suzano concluiu o processo de reorganização societária, nos termos do Acordo celebrado entre as empresas em 15 de março de 2018.

A contraprestação transferida pela Suzano para aquisição do controle da Fibria, definida nos termos do Acordo, se deu como segue:

1.2.1.1. Relação de troca de ações

Em 2 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Eucalipto *Holding* S.A. ("*Holding*") detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da Suzano foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deu em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e àquela data de 553.080.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de *vesting* de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e àquela data de 1.091.984.141 ações para 1.093.784.141 ações.

Como consequência do referido ajuste (i) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da *Holding*, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de mercado naquela data de R\$36,95 totalizando o montante de R\$9.438.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$6.410.885, como reserva de capital e (ii) o valor atribuído a fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39 atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano.

1.2.1.2. Parcela em dinheiro

Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada, correspondente ao valor do resgate por cada ação preferencial resgatável da *Holding*, originalmente equivalente a R\$52,50, (i) reduzido pelo montante de dividendos declarados pela Fibria em 3 de dezembro de 2018 e pagos no Brasil em 12 de dezembro de 2018 no montante de R\$5,03 por ação de emissão da Fibria, e (ii) acrescido de R\$2,73, correspondente à variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("*Taxa DI*"), entre 15 de março de 2018 e a Data de Consumação da Operação (inclusive), sendo que entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) a Taxa DI foi estimada em 6,40% ao ano, apurando o montante no valor total e final de R\$50,20 por ação, perfazendo o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada de R\$27.797.441.

Os valores mencionados anteriormente são brutos, não considerando eventuais impactos tributários incidentes sobre o pagamento para acionistas da Fibria residentes ou não-residentes, os quais se encontram detalhados no aviso aos acionistas divulgado em 29 de novembro de 2018 pela Companhia.

A Suzano realizou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e, utilizando a contraprestação transferida total para a Incorporação, e alocação para tais ativos e passivos.

A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra final com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

Contraprestação transferida em dinheiro	27.797.441
Emissão de ações da Suzano	9.438.413
Contraprestação transferida total	37.235.854
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria	14.149.004
Baixa do valor contábil do ágio existente, líquido de impostos diferidos	(3.495.077)
Dividendos mínimos propostos (eliminado do balanço na data de aquisição)	724.829
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria, líquido do ágio	11.378.756
Mais valia alocada aos ativos e passivos	
Estoque	2.178.903 ⁽¹⁾
Imobilizado	9.362.315 ⁽²⁾
Relacionamento com cliente	9.030.779 ⁽³⁾
Ativos e direitos portuários	749.060 ⁽⁴⁾
Passivos contingentes	(2.970.546) ⁽⁵⁾
Empréstimos e financiamentos	(59.921) ⁽⁶⁾
Impostos a recuperar	(235.843) ⁽⁷⁾
Demais ativos e passivos líquidos	451.624 ⁽⁸⁾
Impostos diferidos, líquidos	(546.324) ⁽⁹⁾
Total do valor justo	17.960.047
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	7.897.051 ⁽¹⁰⁾

- 1) Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018.
- 2) Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.
- 3) Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda (*income approach*) e o método excesso de resultados multianuais (*"Multi Period Excess Earnings Method" - MPEEM*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e a taxa de cancelamentos de clientes (*"churn rate"*) que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados.
- 4) A Fibria possuía contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. Para a mensuração de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda e o método excesso de resultados multianuais (*"Multi Period Excess Earnings Method" - MPEEM*) que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos.
- 5) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração da Suzano e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 6) O ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds*, a partir da cotação do título em mercado secundário e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data base de 31 de dezembro de 2018.
- 7) Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, descontado ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para o período de realização dos impostos.
- 8) Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda (*income approach*), o valor presente e o diferencial direto de custos.
- 9) Imposto de renda diferido ativo calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos da Veracel e Portocel. Para os demais valores justos, não foram constituídos imposto de renda diferido passivo por considerar a incorporação da Fibria em abril de 2019.
- 10) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é atribuído à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

Para mais informações da combinação de negócios, vide nota 14.4.

1.2.2. Aprovação da incorporação da Fibria

Em 01 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano a incorporação da Fibria, subsidiária integral da Suzano, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Companhia permaneceu inalterado em decorrência dessa Incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano sucedeu a Fibria em todos os seus direitos e obrigações.

A tabela abaixo apresenta de forma sumarizada, as principais rubricas do balanço patrimonial da Fibria em 31 de março de 2019.

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	29.086	Fornecedores	955.210
Aplicações financeiras	2.734.027	Empréstimos e financiamentos	816.180
Contas a receber de clientes	3.572.059	Contas a pagar de arrendamento	420.241
Estoques	1.714.560	Impostos a recolher	36.057
Tributos a recuperar	768.439	Salários e encargos sociais	104.246
Instrumentos financeiros derivativos	256.675	Partes relacionadas	1.179.254
Outros ativos	161.238	Instrumentos financeiros derivativos	254.444
	<u>9.236.084</u>	Dividendos a pagar	4.015
		Outros passivos	946.099
			<u>4.715.746</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Aplicações financeiras	175.559	Empréstimos e financiamentos	8.139.390
Tributos a recuperar	546.234	Instrumentos financeiros derivativos	678.833
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.364.363	Contas a pagar de arrendamento	1.972.531
Instrumentos financeiros derivativos	723.084	Partes relacionadas	16.305.560
Adiantamento a fornecedores	696.767	Passivos atuariais	144.557
Depósitos judiciais	190.533	Provisão para contingências	190.698
Outros ativos	100.877	Outros passivos	175.934
			<u>27.607.503</u>
Ativos biológicos	4.355.102		
Investimentos	9.481.900		
Imobilizado	14.633.114		
Direito de uso	2.301.427		
Ativos intangível	118.920		
	<u>34.687.880</u>		
		TOTAL DO PASSIVO	<u>32.323.249</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>43.923.964</u>	Patrimônio líquido	11.600.715
		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>43.923.964</u>

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”) e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.34.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis e alterações de políticas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2019 apresentados na nota 3.1.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e da Fibria

relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

3.1. Novas políticas contábeis adotadas

3.1.1. Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A Companhia adotou a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma referem-se àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, representados, substancialmente, por equipamentos de informática e veículos. A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

Na adoção da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- (i) o uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes;
- (ii) os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização foi como arrendamentos de curto prazo diretamente no resultado;
- (iii) a contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor;
- (iv) o uso da percepção tardia na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação; e
- (v) a Companhia excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da adoção inicial.

Os efeitos da adoção desta nova norma estão apresentados na nota 19.

3.1.2. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22 / IFRIC 23

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, à luz do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova interpretação e com base nas análises realizadas, não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras.

3.1.3. Amortização de mais valia de controladas

A Companhia adota a política de classificar a amortização da mais valia dos ativos e passivos apurados na aquisição de controladas na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultado da controladora. No consolidado, a amortização da mais valia dos ativos e passivos é classificada na rubrica custo dos produtos vendidos, despesa com vendas, despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, de acordo com a realização dos itens que deram origem à mesma.

3.1.4. Comparabilidade da demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia efetuou determinadas reclassificações na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, substancialmente nas atividades operacionais, para melhor comparação com a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3.1.5. Reavaliação de investimento – Ensyn e Spinnova Oy

Os investimentos da Ensyn e Spinnova foram anteriormente classificados como investimentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, respectivamente, no segundo e no terceiro trimestres de 2019, com base no acordo de acionistas e recentes aportes realizados na Ensyn e Spinnova, a Companhia aumentou a sua participação e obteve influência significativa.

Dessa forma, respectivamente, a partir do segundo e terceiro trimestres de 2019, a Companhia registrou os seus investimentos na Ensyn e Spinnova, prospectivamente pelo método da equivalência patrimonial usando o método do valor justo como custo atribuído, com a consequente apresentação do investimento na rubrica de participações em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto e não mais na rubrica de outros investimentos, conforme nota 14.2.

Em relação à Ensyn, foi identificado e registrado um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) nesta transação no valor de US\$40.049 (equivalente a R\$154.578), decorrente da diferença entre o valor pago de US\$43.000 (equivalente a R\$165.928) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$11.350).

Em relação à Spinnova, foi identificado e registrado na rubrica de outros resultados operacionais um ganho por compra vantajosa nesta transação no valor de EUR6.748 (equivalente a R\$32.705), decorrente da diferença entre o valor pago de EUR12.500 (equivalente a R\$55.210) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de EUR19.248 (equivalente a R\$87.915).

3.1.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantio renováveis e destinadas para o processo produtivo de celulose e papel, mensurados ao valor justo e deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A mensuração do valor justo é realizada semestralmente, pois a Administração entende que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras e, utiliza o método de fluxo de caixa descontado conforme o ciclo de produtividade projetado destes ativos.

Considerando que a Suzano e a Fibria utilizavam diferentes premissas para a mensuração do valor justo do ativo biológico, na primeira mensuração após a combinação de negócios, a Companhia revisou a premissa denominada “área útil plantada”, para que as florestas imaturas (até 2 (dois) anos de idade da data do plantio) sejam mantidas a custo histórico. Como resultado, a Administração considera que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo. Adicionalmente, o objetivo dessa mudança é refletir a experiência adquirida no processo de mensuração dos ativos biológicos e o alinhamento da metodologia de cálculo com o gerenciamento florestal da Companhia, que considera a realização de inventários florestais contínuos com a finalidade de estimativa de estoque de madeira ou projeções de produção futura, representado pelo incremento médio anual (“IMA”), a partir do 3º ano do plantio.

Considerando o fato de que nos primeiros 2 (dois) anos de formação da floresta o custo histórico se aproxima do seu valor justo, conforme descrito acima, esse alinhamento de abordagem não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As demais premissas, não sofreram alterações.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. O valor da exaustão é mensurado com base na exaustão (colheita) das florestas.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão divulgadas na nota 13.

3.1.7. Tributos sobre o Lucro – CPC 32 / IAS 12

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que os efeitos tributários de impostos sobre a renda sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Esta norma é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo, juros sobre capital próprio. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.8. Custos de Empréstimos – CPC 20 / IAS 23

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda, ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.9. Combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta, sob o CPC 19 / IFRS 11, da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (“*step-acquisition*”). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.10. Negócios em conjunto – CPC 19 / IFRS 11

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.11. Benefícios a Empregados – CPC 33 / IAS 19

Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.12. Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto – CPC 18 (R2) / IAS 28

O CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros excluiu de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28. A alteração do CPC 18 (R2) / IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no CPC 48 / IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.2. Políticas contábeis adotadas

3.2.1. Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes, exceto para a Futuragene PLC, cuja data-base é 30 de novembro de 2019, entretanto, não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso exista algum evento significativo até 31 de dezembro de 2019, o mesmo é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia consolida todas as subsidiárias sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores está destacada.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do balanço patrimonial, do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, da mutação do patrimônio líquido e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2

3.2.3. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2.4. Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.5. Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais e de resultado correspondentes às transações realizadas entre a Companhia e tais entidades são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas entidades e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a data-base das informações contábeis intermediárias individuais é 30 de novembro de 2019 e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso exista algum evento significativo até 31 de dezembro de 2019, o mesmo é ajustado na demonstração financeira consolidada.

3.2.7. Conversão de demonstrações em moeda funcional, apresentação e estrangeira

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real.

As demonstrações financeiras individuais de cada subsidiária incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que subsidiária opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.7.1. Conversão para moeda de apresentação

Devido à incorporação da Fibria, a Companhia efetuou várias mudanças na estrutura, atividades e operações durante 2019 e que levaram a Administração a reavaliar a moeda funcional de suas subsidiárias integrais cuja moeda funcional era diferente do Real.

Estes fatos resultaram na reorganização societária e impactaram a forma como a Administração conduzia os negócios da Companhia, visando alcançar o alinhamento entre as culturas das 2 (“duas”) Companhias, a unificação de processos, operacionais, sistemas e estratégias tributárias, por meio de ganho de sinergia, decorrentes da combinação de negócio. Neste processo, algumas das subsidiárias integrais da Companhia perderam autonomia e se tornaram uma extensão das atividades da controladora.

Coletivamente, estas circunstâncias justificam a mudança na moeda funcional para o Real e ocorreram gradualmente durante 2019, portanto, não foi praticável determinar a data da mudança em um ponto preciso do exercício social. Dessa forma, a Companhia alterou a moeda funcional dessas subsidiárias integrais em 01 de janeiro de 2020.

A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, deverá ser transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

Assim, as demonstrações financeiras das subsidiárias do exterior, cuja moeda funcional era diferente do Real em 2019, foram convertidas adotando-se os seguintes critérios descritos abaixo, que serão apenas alterados a partir de 01 de janeiro de 2020, seguindo os mesmos critérios descritos na nota 3.2.7.2:

- (i) ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio obtida por meio da média das taxas diárias de cada mês;
- (iii) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos acima, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.2.7.2. Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX);

- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

3.2.8. Hiperinflação

A subsidiária integral Stenfar sediada na Argentina, é sujeita aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias, considerando que o país sede desta entidade é classificado como de economia hiperinflacionária desde 2018.

Os itens não monetários e o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da subsidiária integral esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos patrimoniais e de resultado para a moeda de apresentação Reais foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do mês.

3.2.9. Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, civil e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente.

Nas transações de aquisição investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19 / IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18 / IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da

equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.10. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

3.2.12. Ativos financeiros

3.2.12.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente;
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.12.1.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

3.2.12.1.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo da rubrica outros investimentos (nota 14).

3.2.12.1.3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações.

3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros**3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada,

somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.14. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.15. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.17. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.18. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de USGs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.19. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.20. Contas a pagar aos fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.21. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, seja específico ou não, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.22. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

3.2.23. Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.24. Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas na demonstração de resultado.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.2.25. Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida à todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras.

3.2.26. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.27. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do exercício de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.2.28. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.2.29. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

Em 2019, a Companhia reclassificou os custos com emissão de ações da rubrica reserva de capital para a rubrica capital social.

3.2.30. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de

desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito (“*lead time*”), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos no tempo de trânsito (“*lead time*”) e são produtos destinados ao mercado interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Um passivo de reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecido para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.31. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos de financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.32. Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.33. Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos

acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.34. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, são apresentadas a seguir:

- (i) combinação de negócios (nota 1.2.1);
- (ii) valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- (iii) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 5 e 18);
- (iv) análise anual do valor recuperável de impostos (notas 9 e 12);
- (v) valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- (vi) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- (vii) provisão para passivos judiciais (nota 20);
- (viii) benefícios de aposentadoria (nota 21); e
- (ix) transações com pagamento baseado em ações (nota 22).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1. Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;

- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de *commodities*; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção (“riscos de mercado”) ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de liquidez”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e,
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas,
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
- (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
- (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	824.538	3.253.666
Contas a receber de clientes (nota 7)	5.923.811	3.470.873
Outros ativos	471.327	240.950
	7.219.676	6.965.489
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Outros investimentos (nota 14)	20.048	
	20.048	
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	1.098.972	493.692
Aplicações financeiras (nota 6)	6.121.051	20.996.555
	7.220.023	21.490.247
	14.459.747	28.455.736
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)	19.319.008	12.406.093
Contas a pagar de arrendamento (nota 19.2)	3.950.968	
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (nota 23)	506.228	950.084
Fornecedores (nota 17)	1.120.964	594.168
Outros passivos	1.330.616	238.144
	26.227.784	14.188.489
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	2.917.876	1.635.317
	2.917.876	1.635.317
	29.145.660	15.823.806

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	3.249.127	4.387.453
Contas a receber de clientes (nota 7)	3.035.817	2.537.058
Outros ativos	563.993	263.110
	6.848.937	7.187.621
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Outros investimentos	20.048	
	20.048	
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	1.098.972	493.934
Aplicações financeiras (nota 6)	6.330.334	21.098.565
	7.429.306	21.592.499
	14.298.290	28.780.120
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)	63.684.326	35.737.509
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)	3.984.070	
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas (nota 23)	541.615	992.512
Fornecedores (nota 17)	2.376.459	632.565
Outros passivos	578.061	404.655
	71.164.531	37.767.241
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	2.917.913	1.636.700
	2.917.913	1.636.700
	74.082.444	39.403.941

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo

dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Curva de desconto	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	US\$			30.066.087	15.035.165
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	LIBOR US\$	626.862	427.347	17.213.963	12.819.072
Créditos de exportação ("Finnvera")	LIBOR US\$		832.907		832.907
Créditos de exportação ("ACC/ACE")	DI 1	575.521	1.732.088	575.521	1.732.088
Em moeda nacional					
BNB - Financiamento Florestal	DI 1	193.646		193.646	
BNDES - TJLP	DI 1	1.812.107	199.771	1.895.959	206.601
BNDES - TLP	DI 1	535.812		535.812	
BNDES - Fixo	DI 1	87.910	329.847	113.979	348.827
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	693.969		693.969	
BNDES - Cesta de moedas	DI 1	3.477	169.243	54.420	169.243
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1	6.039.983	2.383.775	6.039.983	2.383.775
Debêntures	DI 1	5.534.691	4.721.603	5.534.691	4.721.603
FINAME ("Agência Especial de Financiamento Industrial")	DI 1	1.984		14.168	
FINEP ("Financiadora de Estudos e Projetos")	DI 1	5.138		5.138	
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.445.383	1.501.623	1.445.383	1.501.623
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	288.122	297.375	288.122	297.375
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	DI 1	1.464.798		1.464.798	
FDCO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste")	DI 1	571.904		571.904	
		19.881.307	12.595.579	66.707.543	40.048.279

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2. Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

						Consolidado
						31 de dezembro de 2019
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	2.376.459	2.376.459	2.376.459			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	63.684.326	89.708.210	8.501.278	5.692.149	29.088.292	46.426.491
Contas a pagar de arrendamento	3.984.070	7.109.966	559.525	1.426.011	1.186.386	3.938.044
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	541.615	618.910	103.132	101.149	315.989	98.640
Instrumentos financeiros derivativos	2.917.913	8.299.319	1.488.906	415.791	1.258.200	5.136.422
Outros passivos	578.061	578.061	456.338	121.723		
	74.082.444	108.690.925	13.485.638	7.756.823	31.848.867	55.599.597

						Consolidado
						31 de dezembro de 2018
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	632.565	632.565	632.565			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	35.737.509	54.020.082	5.158.441	4.091.669	18.372.597	26.397.375
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	992.512	1.099.331	495.862	100.715	316.730	186.024
Instrumentos financeiros derivativos	1.636.700	2.149.710	790.679	736.715	465.853	156.463
Outros passivos	404.655	404.655	367.314	37.341		
	39.403.941	58.306.343	7.444.861	4.966.440	19.155.180	26.739.862

4.3. Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* – LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1. Clientes e adiantamentos a fornecedores

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Baixo ⁽¹⁾	2.775.364	2.447.184
Médio ⁽²⁾	168.836	66.587
Alto ⁽³⁾	133.613	60.466
	3.077.813	2.574.237

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.

2) Em atraso entre 30 e 90 dias

3) Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$41.996 e R\$37.179 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

4.3.2. Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa	824.538	3.253.666	3.249.127	4.387.453
Aplicações financeiras	6.121.051	20.996.555	6.330.334	21.098.565
Instrumentos financeiros derivativos	830.426	493.692	830.426	493.934
	7.776.015	24.743.913	10.409.887	25.979.952

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Consolidado Instrumentos financeiros derivativos	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Classificação de risco ⁽¹⁾				
AAA	190.360	19.736.151		141.296
AA+		5.257.518		
AA		68.207		259.711
AA-	56.388	422.899		
A+	606.757		27.363	
A	188.458	80	165.851	51.281
A-	211.238	1.160	222.761	
brAAA	7.153.079		404.693	
brAA+	745.177		9.758	
brAA	372.188			
brAA-	23.050			
brA	17.847			
Outros	14.919	1		41.646
	9.579.461	25.486.016	830.426	493.934

¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas,
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros,
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*, e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares norte-americanos e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, a qual é substancialmente em Dólares dos Estados Unidos, está demonstrada a seguir:

		Consolidado
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.527.834	1.143.968
Contas a receber de clientes	2.027.018	1.661.108
Instrumentos financeiros derivativos	9.440.141	493.685
	13.994.993	3.298.761
Passivos		
Fornecedores	(1.085.207)	(72.680)
Empréstimos e financiamentos	(45.460.138)	(26.384.721)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(288.172)	(333.049)
Instrumentos financeiros derivativos	11.315.879	(1.464.569)
	(35.517.638)	(28.255.019)
Exposição passiva líquida	(21.522.645)	(24.956.258)

4.4.1.1. Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial (R\$/US\$ = R\$4,0307).

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

		Consolidado
		31 de dezembro de 2019
	Efeito no resultado e no patrimônio	
	Provável	Possível (25%) Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.527.834	631.959 1.263.917
Contas a receber de clientes	2.027.018	506.755 1.013.509
Fornecedores	1.085.207	271.302 542.604
Empréstimos e financiamentos	45.460.138	11.365.035 22.730.069
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	288.172	72.043 144.086

4.4.1.2. Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos opções	(2.198.750)	(4.087.518)	(8.175.033)	(4.087.510)	(8.175.024)
Derivativos swaps	66.981	(2.710.465)	(6.048.324)	(3.011.787)	(6.383.188)

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Considerando o risco de extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados a LIBOR, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

No decorrer dos próximos anos, até a extinção da LIBOR, a Companhia trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição.

4.4.2.1. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e *London Interbank Offered Rate* (“LIBOR”) e podem gerar no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	630.075	6.931	13.862
Aplicações financeiras	6.330.334	69.634	139.267
Empréstimos e financiamentos	11.482.992	581.039	252.626
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	9.720.880	622.671	270.727
Libor			
Empréstimos e financiamentos	16.229.715	356.183	154.862

4.4.2.2. Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado 31 de dezembro de 2019				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
CDI					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos opções	66.981	(72.473)	(142.327)	75.530	154.446
Derivativos swaps	(2.198.750)	(42.752)	(83.345)	44.995	92.339
Libor					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos swaps	(2.198.750)	163.314	326.151	(163.811)	(328.121)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana (*“United States Consumer Price Index - US-CPI”*) em 31 de dezembro de 2019. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé	268.547	107.815	220.514

4.4.3. Administração de risco de preço de *commodities*

A Companhia está exposta a preços de *commodities*, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo. Neste caso, a Companhia avalia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fixar o preço do petróleo.

Em 31 de dezembro de 2019, posição comprada de US\$0,364 para proteção do custo logístico (US\$5.344 em 31 de dezembro de 2018).

4.4.3.1. Análise de sensibilidade - preço de *commodities*

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Impacto da alta/redução do US-CPI no valor justo valores absolutos		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo petróleo	(92)	478	864

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares norte americanos, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da LIBOR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidos da B3.
- (ii) *Opções (Zero Cost Collar)*: para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.

- (iii) **Non-deliverable forward (NDF):** é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidos da B3.
- (iv) **Swap de US-CPI:** os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) **Swap Bunker (petróleo):** é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva da LIBOR divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		
	Brasil	Estados Unidos da América	Cupom de dólar sujo
1M	4,41% a.a.	1,91% a.a.	13,33% a.a.
6M	4,33% a.a.	1,84% a.a.	4,37% a.a.
1A	4,56% a.a.	1,77% a.a.	3,40% a.a.
2A	5,28% a.a.	1,68% a.a.	2,93% a.a.
3A	5,79% a.a.	1,66% a.a.	2,81% a.a.
5A	6,43% a.a.	1,70% a.a.	2,87% a.a.
10A	7,01% a.a.	1,86% a.a.	3,31% a.a.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Controladora	
	Valor justo		Valor justo	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
NDF (R\$ x US\$)		150.000		17.036
Zero Cost Collar	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para Fixed (US\$)	2.750.000	2.757.143	(444.910)	(170.707)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845		233.255	
Swap IPCA para Fixed (US\$)	121.003		30.544	
Swap CDI x Fixed (US\$)	3.115.614	2.402.110	(1.940.352)	(853.140)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000		(33.011)	
Hedge de commodities				
Swap US-CPI (madeira em pé)	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	253	5.344	(55)	
			(1.818.904)	(1.141.625)
Ativo circulante			260.273	352.454
Ativo não circulante			838.699	141.238
Passivo circulante			(893.376)	(595.195)
Passivo não circulante			(2.024.500)	(1.040.122)
			(1.818.904)	(1.141.625)

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
NDF (R\$ x US\$)		150.000		17.036
Zero Cost Collar	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para Fixed (US\$)	2.750.000	2.757.143	(444.910)	(170.707)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845		233.255	
Swap IPCA para Fixed (US\$)	121.003		30.544	
Swap CDI x Fixed (US\$)	3.115.614	2.402.110	(1.940.352)	(853.141)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000		(33.011)	
Hedge de commodities				
Swap do US-CPI (madeira em pé)	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	365	5.344	(92)	(1.140)
			(1.818.941)	(1.142.766)
Ativo circulante			260.273	352.454
Ativo não circulante			838.699	141.480
Passivo circulante			(893.413)	(596.530)
Passivo não circulante			(2.024.500)	(1.040.170)
			(1.818.941)	(1.142.766)

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2019, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Swap CDI x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.
- (ii) *Swap IPCA x CDI*: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais.
- (iii) *Swap IPCA x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.
- (iv) *Swap LIBOR x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (LIBOR) por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.
- (v) *Swap pre Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos.

- (vi) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de Dólares dos Estados Unidos, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição.
- (vii) *NDF - Non Deliverable Forward* (Contrato a termo de moeda) NDF US\$: posições vendidas em contratos futuros de Dólares dos Estados Unidos com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações.
- (viii) *Swap Bunker* (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo.
- (ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2019		(242.734)		(244.069)
2020	(633.607)	(180.527)	(633.644)	(180.333)
2021	98.850	87.851	98.850	87.851
2022	(154.734)	83.692	(154.734)	83.692
2023	185.209	80.052	185.209	80.052
2024	(197.718)	82.963	(197.718)	82.963
2025	(606.827)	(486.958)	(606.827)	(486.958)
2026 em diante	(510.077)	(565.964)	(510.077)	(565.964)
	<u>(1.818.904)</u>	<u>(1.141.625)</u>	<u>(1.818.941)</u>	<u>(1.142.766)</u>

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

				Controladora	
		Valor nominal		Valor justo	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Moeda					
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	11.498.565	8.722.620	11.673.117	119.178
Swap Pré Fixada para (US\$)	R\$	1.317.226		1.478.336	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000	2.757.143	11.063.970	
Swap IPCA para CDI	IPCA	933.842		1.093.067	
Swap IPCA para US\$	IPCA	499.441		579.307	
				25.887.797	119.178
Passivos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	3.115.614	2.402.110	(13.613.469)	(972.319)
Swap Pré Fixada para (US\$)	US\$	350.000		(1.511.347)	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000	2.757.143	(11.508.880)	(170.707)
Swap IPCA para CDI	R\$	843.845		(859.812)	
Swap IPCA para US\$	US\$	121.003		(548.763)	
				(28.042.271)	(1.143.026)
				(2.154.474)	(1.023.848)
Hedge operacional					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
NDF (R\$ x US\$)	US\$		150.000		17.037
				67.078	(117.777)
Hedge de commodities					
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	US\$	253		(55)	
				268.498	
				(1.818.904)	(1.141.625)

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Moeda					
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	11.498.565	8.722.620	11.673.117	119.178
Swap Pré Fixada para (US\$)	R\$	1.317.226		1.478.336	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000	2.757.143	11.063.970	
Swap IPCA para CDI	IPCA	933.842		1.093.067	
Swap IPCA para US\$	IPCA	499.441		579.307	
				25.887.797	119.178
Passivos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	3.115.614	2.402.110	(13.613.469)	(972.319)
Swap Pré Fixada para (US\$)	US\$	350.000	2.757.143	(1.511.347)	(170.707)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.750.000		(11.508.880)	
Swap IPCA para CDI	R\$	843.845		(859.812)	
Swap IPCA para US\$	US\$	121.003		(548.763)	
				(28.042.271)	(1.143.026)
				(2.154.474)	(1.023.848)
Hedge operacional					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
NDF (R\$ x US\$)	US\$		150.000		17.036
				67.078	(117.778)
Hedge de commodities					
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$	679.485		268.547	
Swap Bunker	US\$	365	5.344	(92)	(1.140)
				268.455	(1.140)
				(1.818.941)	(1.142.766)

4.5.4. Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Hedge operacional				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(114.558)	(110.271)	(104.040)	(110.271)
NDF (R\$ x US\$)	63.571	(1.235.448)	63.571	(1.235.448)
	(50.987)	(1.345.719)	(40.469)	(1.345.719)
Hedge de commodities				
Swap Bunker (petróleo)	2.701		3.804	
	2.701		3.804	
Hedge de dívida				
Swap CDI x Fixed (US\$)	(69.574)	19.145	(68.362)	19.145
Swap IPCA x CDI	11.845		23.024	
Swap pré fixada para (US\$)	(15.263)		(26.358)	
Swap Libor x Fixed (US\$)	(27.088)	(4.939)	(27.088)	(4.939)
	(100.080)	14.206	(98.784)	14.206
	(148.366)	(1.331.513)	(135.449)	(1.331.513)

4.6. Hierarquia do valor justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia, exceto os investimentos na Ensyn e Spinnova, conforme divulgado na nota 3.1.5., que passaram a ser reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios apresentados.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		1.098.972	1.098.972
Aplicações financeiras	1.631.319	4.699.015	6.330.334
	1.631.319	5.797.987	7.429.306
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos – CelluForce			20.048
			20.048
Ativo biológico			10.571.499
			10.571.499
Total do ativo	1.631.319	5.797.987	10.591.547
			18.020.853
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		2.917.913	2.917.913
		2.917.913	2.917.913
Total do passivo		2.917.913	2.917.913

				Consolidado
				31 de dezembro de 2018
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		493.934		493.934
Aplicações financeiras	14.933.513	6.165.052		21.098.565
	14.933.513	6.658.986		21.592.499
Ativo biológico			4.935.905	4.935.905
			4.935.905	4.935.905
Total do ativo	14.933.513	6.658.986	4.935.905	26.528.404
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		1.636.700		1.636.700
		1.636.700		1.636.700
Total do passivo		1.636.700		1.636.700

4.7. Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer sua estrutura de capital, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted").

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa e bancos	1,83	206.505	28.809	2.464.097	1.151.766
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo ⁽¹⁾	99,52% do CDI	601.658	3.204.422	630.075	3.215.252
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo ⁽¹⁾	1,58	16.375	20.435	154.955	20.435
		824.538	3.253.666	3.249.127	4.387.453

1) Refere-se a aplicações em *Time Deposit* e *Sweep Account*, com vencimento até 90 dias.

Time Deposit: é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

Sweep Account: é uma conta remunerada, de varredura. Ao final do dia, o saldo que permanece na conta é aplicado automaticamente e disponibilizado automaticamente no próximo dia útil pela manhã.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Em moeda nacional					
Fundos de Investimentos	61,51% do CDI	6.629		6.683	
Fundos Exclusivos	98,73% do CDI	2.898.021	14.831.503	1.431.303	14.933.513
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado			2.049.281	1.631.319	2.049.281
Títulos privados (Compromissadas)	98,73% do CDI	3.036.698	4.115.771	3.081.326	4.115.771
Títulos privados (Compromissadas) – Escrow Account ⁽¹⁾	101,02% do CDI	179.703		179.703	
		6.121.051	20.996.555	6.330.334	21.098.565
Circulante		5.941.348	20.996.555	6.150.631	21.098.565
Não circulante		179.703		179.703	

- 1) Refere-se à conta caução que será liberada somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes para a conclusão do Projeto Losango previstas no acordo firmado com a empresa CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC"). O Projeto Losango foi uma transação de compra e venda de terras e florestas envolvendo a Fibria e a CMPC, assinado em dezembro de 2012.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Clientes no país				
Terceiros	1.036.152	800.231	1.027.034	853.684
Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")		22.299		22.299
Empresas controladas (nota 11)	97.259	39.965		
Partes relacionadas (nota 11)	23.761	36.727	23.761	36.727
Clientes no exterior				
Terceiros	30.104	45.317	2.027.018	1.661.527
Empresas controladas (nota 11)	4.771.209	2.562.276		
(-) PECLD	(34.674)	(35.942)	(41.996)	(37.179)
	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.544.625 (R\$396.563 em 31 de dezembro de 2018).

7.2. Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Valores a vencer	5.785.439	3.370.153	2.552.459	2.119.188
Valores vencidos				
até 30 dias	54.166	40.111	180.909	291.050
31 e 60 dias	9.378	3.874	148.388	54.845
61 e 90 dias	7.822	3.513	20.448	10.982
91 e 120 dias	6.364	2.518	20.680	7.446
121 e 180 dias	17.321	4.132	17.899	6.285
Acima de 180 dias	43.321	46.572	95.034	47.262
	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058

7.3. Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	(35.942)	(35.836)	(37.179)	(38.740)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			(5.947)	
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	(5.947)			
Adição	(7.914)	(11.251)	(18.650)	(11.578)
Reversão	3.620	2.309	6.364	5.128
Baixa	11.509	8.836	13.383	8.993
Variação cambial			33	(982)
Saldo no final do exercício	(34.674)	(35.942)	(41.996)	(37.179)

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4. Informações sobre os principais clientes

A Companhia possui 1 (um) cliente responsável por 10% da receita líquida de venda do segmento de celulose nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	575.335	167.317	575.335	167.317
No exterior			2.229.206	485.226
Papel				
No Brasil	189.193	219.788	199.635	227.303
No exterior			70.199	67.872
Produtos em elaboração	70.187	44.828	75.377	52.882
Matérias-primas	963.009	619.893	1.047.433	626.150
Materiais de almoxarifado e outros	426.726	208.633	488.410	226.354
	2.224.450	1.260.459	4.685.595	1.853.104

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$70.188 na controladora e R\$106.713 no consolidado (R\$33.195 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).

8.1. Movimentação da perda estimada

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	(33.195)	(51.911)	(33.195)	(51.911)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			(11.117)	
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	(11.117)			
Adição ⁽³⁾	(68.476)	(10.605)	(111.077)	(10.605)
Reversão	4.325	5.873	9.734	5.873
Baixa ⁽⁴⁾	38.275	23.448	38.942	23.448
Saldo no final do exercício	(70.188)	(33.195)	(106.713)	(33.195)

- 1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.
- 2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.
- 3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a provisão para perdas de estoque de produto acabado e matéria-prima, nos montantes de R\$42.470 e R\$39.382, respectivamente.
- 4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a baixas de materiais de almoxarifado e matéria-prima, nos montantes de R\$5.786 e R\$26.083, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado no montante de R\$5.594 na controladora e R\$5.190 no consolidado, respectivamente (R\$28.750 na controladora e R\$29.828 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há estoques dados em garantia.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos	522.716	85.529	679.699	103.939
PIS/COFINS – sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	52.425	55.518	61.376	55.518
PIS/COFINS – operações	494.617	10.912	589.142	12.426
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽²⁾	128.115		128.115	
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	105.531	78.154	115.560	78.154
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.416.822	210.829	1.519.017	215.361
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	118.390	48.879	118.944	48.879
Outros impostos e contribuições	13.847	5.401	18.799	24.845
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.202.443)	(10.792)	(1.304.329)	(10.792)
Provisão para perda de créditos de PIS/COFINS			(21.132)	
Menos valia – Combinação de negócios com a Fibria	(188.969)		(199.076)	
	1.461.051	484.430	1.706.115	528.330
Circulante	791.132	253.248	997.201	296.832
Não circulante	669.919	231.182	708.914	231.498

1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

2) A Companhia e suas incorporadas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo, em algumas dessas ações, períodos desde março de 1992.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs Embargos de Declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia entende que é remota a alteração do resultado de julgamento do STF quanto ao mérito, razão pela qual a Companhia iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, uma prática também suportada por decisões e jurisprudência.

Quanto aos créditos passados de PIS e COFINS a recuperar, a Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações propostas por suas incorporadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R\$128.115 de créditos de PIS e COFINS na rubrica de tributos a recuperar em contrapartida a outros resultados operacionais (nota 30), referentes aos períodos de apuração de 2006 a 2018. A Companhia calculou o montante relativo a este período com base na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis, sendo que tal montante envolvido está sujeito a ajustes a serem efetuados pela Administração em períodos futuros.

A Companhia ainda possui outras ações sobre o assunto que ainda estão pendentes de julgamento, para os quais nenhum ativo ou ganho foi reconhecido.

3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").

4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, onde a Companhia busca sua realização através da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Maranhão.

5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

- 6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades do Espírito Santo, da Bahia e do Mato Grosso do Sul devido à dificuldade de sua realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda

		Controladora	
		31 de dezembro de 2019	
		ICMS	Total
Saldo no início do exercício		(10.792)	(10.792)
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾		(1.154.937)	(1.154.937)
Adição		(36.714)	(36.714)
Saldo no final do exercício		(1.202.443)	(1.202.443)

		Consolidado		
		31 de dezembro de 2019		
		ICMS	PIS e COFINS	Total
Saldo no início do exercício		(10.792)		(10.792)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾		(1.211.109)		(1.211.109)
Adição		(82.428)	(21.132)	(103.560)
Saldo no final do exercício		(1.304.329)	(21.132)	(1.325.461)

¹⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2020	997.201
2021	249.180
2022	50.000
2023	50.000
a partir de 2024	359.734
	1.706.115

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Programa de fomento Florestal	1.007.711	231.063	1.087.149	231.063
Adiantamento a fornecedores	114.262	80.050	170.481	85.963
	1.121.973	311.113	1.257.630	317.026
Circulante	114.262	92.620	170.481	98.533
Não circulante	1.007.711	218.493	1.087.149	218.493

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes

últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, subsidiárias, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas conforme divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas transações envolvendo as empresas que pertenciam à Fibria, que se tornaram partes relacionadas da Companhia em razão da conclusão da combinação de negócios em janeiro de 2019.

11.1. Saldos Patrimoniais

Natureza		Saldos a receber (pagar)			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Transações com acionista controlador					
Suzano Holding	Concessão de fianças e gastos administrativos	3	(125)	3	(125)
		3	(125)	3	(125)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto					
Asapir	Adiantamento para aumento de Capital	3.550			
Facepa	Venda de celulose	105.015	44.684		
Facepa	Compra de produtos	(6.241)	(218)		
Fibria Terminal de Celulose de Santos	Serviços portuários	(20)			
Futuragene	Reembolso de despesas	38	263		
Maxcel	Dividendos a receber	378			
Mucuri Energética	Geração e distribuição de energia elétrica	(431)	246		
Mucuri Energética	Dividendos a receber	122			
Paineiras Logística	Agenciamento de transporte rodoviário	(9.487)	(328)		
Portocel	Serviços portuários	(3.419)			
Portocel	Dividendos a receber	741			
Portocel	Venda de imobilizado	158			
Stenfar	Venda de papel	33.020	35.188		
Stenfar	Reembolso de despesas	(166)	(51)		
Sun Paper	Reembolso de despesas		(4.814)		
Suzano América	Reembolso de despesas	(5)	7		
Suzano Áustria	Empréstimos – pré-pagamento	(19.628.160)	(10.634.219)		
Suzano Áustria	Reembolso de despesas	1.360	3.625		
Suzano Áustria	Encargos financeiros	87.738			
Suzano Europa	Empréstimos – pré-pagamento	(9.287.804)	(8.935.236)		
Suzano Europa	Reembolso de despesas	(18.767)	5		
Suzano International Trade	Venda de celulose	3.392.093			
Suzano International Trade	Empréstimos – pré-pagamento	(17.370.251)			
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	1.339.023	2.518.133		
Suzano Trading	Empréstimos – pré-pagamento	(3.819.525)	(3.674.557)		
Suzano Trading	Reembolso de despesas	(3.664)	(3.131)		
Veracel	Venda de energia	1.613			
		(45.183.091)	(20.650.403)		
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas					
Administradores	Reembolso de despesas	(1)		(1)	
Bexma	Reembolso de despesas	1	1	1	1
Bizma	Reembolso de despesas	1	2	1	2
Ecofuturo	Serviços sociais	(9)	(33)	(9)	(33)
Ibema	Venda de celulose	23.755	36.721	23.755	36.721
Ibema	Compra de produtos	(2.467)	(1.643)	(2.467)	(1.643)
		21.280	35.048	21.280	35.048
		(45.161.808)	(20.615.480)	21.283	34.923
Ativo					
Contas a receber de clientes		4.892.229	2.638.968	23.761	36.727
Dividendos a receber		2.854			
Partes relacionadas – circulante		12.133	2.182		
Partes relacionadas – não circulante		3.550			
Passivo					
Fornecedores		(54.516)	(1.804)	(2.478)	(1.804)
Partes relacionadas – circulante		(3.053.913)	(268.234)		
Partes relacionadas – não circulante		(46.964.145)	(22.986.592)		
		(45.161.808)	(20.615.480)	21.283	34.923

11.2. Montantes incorridos durante o exercício

Natureza	Controladora		Receita (Despesa) Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Transações com acionista controlador				
Suzano Holding	(5.945)	(12.723)	(5.945)	(12.723)
	<u>(5.945)</u>	<u>(12.723)</u>	<u>(5.945)</u>	<u>(12.723)</u>
Transações com empresas controladas e operações em conjunto				
Facepa	121.918	103.437		
Facepa	(13.311)	(96)		
Fibria	26.562			
Fibria	(4.298)			
Fibria Terminais Portuários SA	(221)			
Fibria Terminal de Santos	(52.533)			
Futuragene	273			
Mucuri Energética	8.251	341		
Ondurman	18.706	(16.102)		
Paineiras	6.148	(7.218)		
Paineiras Logística	264.674	(274.947)		
Portocel	(19.140)			
Stenfar	91.292	83.864		
Stenfar	(826)	(1.359)		
Sun Paper	(693)	337		
Suzano América	61	(502)		
Suzano Áustria	6.411			
Suzano Áustria	(1.615.251)	(880.592)		
Suzano Europa	(894.823)	(23.184)		
Suzano Internacional Trading	(13.394)			
Suzano International Trading	7.603.841			
Suzano International Trading	(1.424.095)			
Suzano Trading	6.189.120	8.764.428		
Suzano Trading	(352.870)	(672.677)		
	<u>9.945.802</u>	<u>7.075.845</u>		
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas				
Administradores	(9.178)	541	(9.178)	541
Bexma	11	10	11	10
Bizma	10		10	
Ecofuturo	(5.272)	(4.184)	(5.272)	(4.184)
Ibema	111.325	107.252	111.325	107.252
Ibema	(7.744)	16	(7.744)	16
IPLF	4	4	4	4
Lazam	7	(31)	7	(31)
Mabex	(100)	(390)	(100)	(390)
Nemonorte	(330)	(491)	(330)	(491)
	<u>88.733</u>	<u>102.727</u>	<u>88.733</u>	<u>102.727</u>
	<u>10.028.590</u>	<u>7.165.849</u>	<u>82.788</u>	<u>90.004</u>

11.3. Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Benefícios de curto prazo				
Salário ou pró-labore	38.913	47.278	39.459	48.663
Benefícios direto ou indireto	1.746	2.736	1.747	2.828
Bônus	8.007	16.412	8.007	16.752
	<u>48.666</u>	<u>66.426</u>	<u>49.213</u>	<u>68.243</u>
Benefícios de longo prazo				
Plano de remuneração baseado em ações	45.739	61.982	45.739	62.150
	<u>45.739</u>	<u>61.982</u>	<u>45.739</u>	<u>62.150</u>
	<u>94.405</u>	<u>128.408</u>	<u>94.952</u>	<u>130.393</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e

benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. IMPOSTO DE RENDA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

A Companhia e suas subsidiárias integrais sediadas no Brasil, são sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real. As subsidiárias integrais sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua subsidiária integral situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia para o exercício de 2019. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida subsidiária em 2019.

12.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízo fiscal	594.198	306.622	600.249	310.293
Base negativa da contribuição social	144.416	6.627	146.346	6.627
Provisão para passivos judiciais	252.087	101.667	265.571	101.667
Provisões operacionais e para perdas diversas	881.594	286.616	933.818	286.616
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa	2.001.942	534.093	2.001.942	534.093
Perdas com derivativos	618.427	388.153	618.427	388.153
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	713.656		713.656	5.327
Lucro não realizado nos estoques	293.322	227.830	293.322	227.830
Arrendamento mercantil	2.922	6.196	2.922	6.196
Outras diferenças temporárias		4.056		4.056
Diferenças temporárias ativas	5.502.564	1.861.860	5.576.253	1.870.858
Ágio – Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	216.857	13.161	216.857	13.161
Imobilizado - Custo atribuído	1.432.058	1.475.361	1.506.220	1.552.579
Depreciação acelerada incentivada	1.113.200	1.196.182	1.113.200	1.196.182
Custo de transação	104.549	23.145	104.549	23.145
Valor justo dos ativos biológicos	67.178	112.768	53.502	112.768
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	463.850		463.850	
IR/CS diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido			502.347	
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	43.559		43.559	
Demais diferenças temporárias	14.638	2.326	17.004	2.158
Diferenças temporárias passivas	3.455.889	2.822.943	4.021.088	2.899.993
Ativo não circulante	2.046.675		2.134.040	8.998
Passivo não circulante		961.083	578.875	1.038.133

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas à ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Prejuízo fiscal a compensar	2.376.794	1.226.488	2.400.998	1.241.172
Base negativa da contribuição social a compensar	1.604.622	73.633	1.626.064	73.633

A movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
No início do exercício	(961.083)	(1.711.254)	(1.029.135)	(1.787.354)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			1.034.842	
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	1.364.363			
Prejuízo fiscal	287.576	(265.734)	270.559	(264.955)
Base negativa da contribuição social (Reversão)/provisão para passivos judiciais	137.789	(23.203)	139.719	(23.203)
Provisões operacionais e para perdas diversas	25.547	(1.964)	31.262	(1.964)
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa	(230.578)	82.785	(21.757)	82.785
Perdas com derivativos	510.408	451.300	552.421	451.300
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	246.078	390.198	319.860	390.198
Lucro não realizado nos estoques	713.656		699.527	5.327
Arrendamento mercantil	65.492	124.454	65.492	124.454
Ajuste a valor presente	(3.274)	(217)	(3.274)	69
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente		174		174
Imobilizado - Custo atribuído	(203.696)	(3.098)	(203.696)	(3.098)
Depreciação acelerada incentivada	43.303	49.920	46.359	51.408
Custo de transação	82.982	(13.067)	82.982	(13.067)
Valor justo do ativo biológico	40.988	(23.145)	44.727	(23.145)
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	(66.205)	(22.307)	(60.778)	(22.307)
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	53.256		(351.485)	
Demais diferenças temporárias	(43.559)		(43.559)	
	(16.368)	4.075	(18.901)	4.243
No final do exercício	2.046.675	(961.083)	1.555.165	(1.029.135)

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

12.2. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

2020	811.589
2021	1.040.756
2022	813.193
2023	331.782
2024	88.589
2025	531.902
2026 a 2028	666.301
2029 em diante	1.292.141
	5.576.253

12.3. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(4.357.243)	152.849	(4.097.203)	163.246
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	1.481.463	(51.969)	1.393.049	(55.504)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de lucros de controladas no exterior ⁽¹⁾	4.417	(160.252)	(24.933)	(97.439)
Incentivo fiscal - Redução SUDENE ⁽²⁾		261.910		261.910
Resultado de equivalência patrimonial	111.144	(35.538)	10.878	2.576
Tributação em transações com controladas ("Thin capitalisation")	(95.003)	(2.553)	(95.003)	(2.553)
Crédito Programa Reintegra	4.271	37.627	4.515	37.627
Lucro não realizado em operações com controladas		124.453		16.786
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda ⁽³⁾	18.919	20.505	18.919	20.505
Gratificações dos diretores	(10.278)		(43.913)	
Doações/multas e outros	24.792	(28.693)	18.949	(28.694)
	1.539.725	165.490	1.282.461	155.214
Imposto de renda				
Corrente	(70.248)	(285.945)	(220.311)	(300.438)
Diferido	1.198.042	484.519	1.093.200	604.703
	1.127.794	198.574	872.889	304.265
Contribuição social				
Corrente	(23.752)	(282.160)	(25.799)	(286.130)
Diferido	435.683	249.076	435.371	137.079
	411.931	(33.084)	409.572	(149.051)
Resultado com imposto de renda e contribuição social nos exercícios	1.539.725	165.490	1.282.461	155.214
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	35%	(108%)	31%	(95%)

- 1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se substancialmente à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e subsidiárias no exterior.
- 2) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no lucro da exploração das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA.
- 3) Valor de dedução do imposto de renda referente a utilização do benefício do PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador") e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.

12.4. Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das linhas 1 e 2 da unidade de Mucuri (BA) expiram, respectivamente, em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz (MA) expira em 2024.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.700.344	4.548.897
Adição	1.309.298	1.285.490
Exaustão	(709.547)	(709.547)
Perda na atualização do valor justo	(129.187)	(129.187)
Alienação	(47.124)	(47.124)
Outras baixas	(12.624)	(12.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.111.160	4.935.905
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾		4.579.526
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	4.355.102	
Adição	2.252.707	2.849.039
Exaustão	(1.412.657)	(1.905.118)
Ganho na atualização do valor justo	177.368	185.399
Transferência entre unidades	(57.098)	
Alienação	(51.823)	(23.764)
Outras baixas	(48.137)	(49.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.326.622	10.571.499

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

Os ativos biológicos da Companhia são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reflorestamento, utilizadas para fornecer madeira às unidades fabris de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas na mensuração do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas é determinado semestralmente pelo método da renda (“*income approach*”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- ii) Áreas útil plantada de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- iii) O Incremento Médio Anual (“IMA”) que consiste no volume estimado de madeira com casca em m3 por hectares, apurado com base no material genético aplicado

em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;

- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível; e
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

A tabela abaixo apresenta a mensuração das premissas utilizadas:

	31 de dezembro de 2019
Área útil plantada (hectare)	988.720
Ativos maduros	86.352
Ativos imaturos	902.368
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare/ano	38,34
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m ³	66,81
Taxa de desconto - %	8,4%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A variação do valor justo dos ativos biológicos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$185.399. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos foram reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

	31 de dezembro de 2019
Mudanças físicas	(347.409)
Preço	532.808
	<u>185.399</u>

A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área

especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto	10.231.110	1.332.432	140.934	14.338
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	1.074.673			
Investimentos - Ágio	280.796	112.889	161.464	
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.048		20.048	
	11.606.627	1.445.321	322.446	14.338

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2019			No patrimônio líquido		Participação da Companhia	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	No resultado do exercício	
						31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
Asapir Produção Florestal e Comércio	4.257	(3.909)	100,00%	2.880	4.107	(3.508)	1.826
AGFA – Com. Adm. e Participações	28.100	(1.040)	100,00%	28.100	31.725	(1.040)	483
Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia	96.051	(3.082)	64,04%	61.511	153.997	(1.974)	1.683
Fibria			0,00%			220.991	
Mucuri Energética	53.928	4.296	100,00%	53.928	49.755	4.296	2.035
Ondurman Empreendimentos Imobiliários	64.866	13.104	100,00%	64.866		13.104	10.790
Comercial e Agrícola Paineiras	207.791	5.086	100,00%	207.791	158.559	5.086	7.552
Paineiras Logística e Transporte	11.666	4.221	100,00%	11.666		4.221	(588)
Maxcel Empreendimentos e Participações	48.524	1.591	100,00%	48.524	47.021	1.591	99
Fibria Terminais Portuários ⁽¹⁾	208	30	100,00%	208		30	
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE ⁽¹⁾	191.510	1.691	100,00%	191.510		1.691	
F&E Participações do Brasil ⁽¹⁾	801.354	(2.504)	100,00%	801.354		(2.504)	
Portocel - Terminal Esp. Barra do Riacho ⁽¹⁾	145.369	7.639	51,00%	74.138		3.896	
Projetos Especiais e Investimentos ⁽¹⁾	4.574	75	100,00%	4.574		75	
Veracel Celulose ⁽¹⁾	2.688.534	44.060	50,00%	1.344.267		22.030	
No exterior							
Stenfar	23.727	(2.536)	90,00%	21.363	2.413	(2.263)	(10.095)
Sun Paper and Board		(103)	100,00%		4.913	(103)	(216)
Suzano Pulp and Paper América	66.131	5.419	100,00%	66.131		5.419	5.073
Suzano Pulp and Paper Áustria	20.664	20.852	100,00%	20.664		20.852	(1.864)
Suzano Pulp and Paper Europa	191.954	102.515	100,00%	191.954		102.515	2.946
Suzano Trading	834.772	(138.787)	100,00%	834.772	865.538	(138.787)	245.075
Suzano Luxembourg		(243)	100,00%		66	(243)	
Fibria Celulose (USA) Inc. ⁽¹⁾	164.629	14.096	100,00%	164.629		14.096	
Suzano Canada ⁽¹⁾	17.151	(10.915)	100,00%	17.151		(10.915)	
Suzano International Trade ⁽¹⁾	5.828.757	26.557	100,00%	5.828.757		26.557	
Fibria Overseas Finance ⁽¹⁾	49.184	10.292	100,00%	49.184		10.292	
Fibria Overseas Holding ⁽¹⁾		(213)	100,00%			(213)	
Suzano Trading International ⁽¹⁾	252	(268)	100,00%	252		(268)	
Ensyn Corporation ⁽²⁾			25,30%	21.437		12.860	
Spinnova Oy ⁽²⁾			24,06%	86.969		(1.332)	
				10.198.580	1.318.094	306.452	264.799
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Ibema				28.489	14.338	20.307	16.415
F&E Technologies				4.041		134	
				32.530	14.338	20.441	16.415
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				1.074.673			
Ágio				280.796	112.889		
				1.355.469	112.889		
Total do investimento da controladora				11.586.579	1.445.321	326.893	281.214

- 1) Em decorrência da incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2, o resultado da equivalência patrimonial consiste em apenas 6 meses.
- 2) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3.1.5.

14.3. Movimentação dos investimentos - Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2017	768.003
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017	(101.857)
Resultado de equivalência patrimonial	(94.187)
Variação cambial em investidas	137.548
Aquisição de controladas	402.825
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas	(15.669)
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas	5.331
Aumento de capital em controladas	1.258
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2018	(342.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.445.321
Resultado de equivalência patrimonial	326.893
Dissolução da Sun Paper e Suzano Luxemburgo	(4.118)
Incorporação da Fibria	9.481.900
Reversão da provisão para perda	342.068
Dividendos a receber	(1.546.130)
Hiperinflação em controladas	11.398
Lucros não realizado nos estoques	327.809
Variação cambial em investidas	31.782
Aquisição de controladas - Fibria	11.378.754
Ajuste de combinação de negócios com a Facepa	(9.385)
Incorporação de controladas – Fibria	(11.600.715)
Reserva de reavaliação de ativos	4.659
Aumento de capital em controladas em caixa	803.658
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado	51.913
Outras movimentações	(1.745)
Mais valia – Aquisições	862.938
Aquisições e intangíveis de controladas, líquido	17.960.047
Efeito de incorporação de mais valia de aquisição de controlada	(14.803.591)
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas	(2.288.191)
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas	(5.327)
Mais valia – Ágio Facepa	6.752
Atualização da participação em outros investimentos	34.943
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.606.627

14.4. Combinação de negócios com a Fibria

Para determinação dos critérios contábeis de registro das transações com a Fibria, foram observados os dispostos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios e o ICPC 09 (R2) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas.

Os custos diretos relacionados à operação, foram registrados nas rubricas de despesas gerais e administrativas, e totalizaram aproximadamente R\$100.387, substancialmente composto por despesas com honorários advocatícios, auditoria e outros serviços de consultoria.

Os ativos líquidos foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes foram contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. A metodologia adotada para a determinação da mais valia, está descrita na nota 1.2.1.

Os ativos e passivos foram avaliados pelos profissionais independentes para fins de atribuição de valor justo e alguns se qualificaram para registro de acordo com os critérios do CPC 04 (R1) / IAS 38 – Ativo Intangível.

Conforme divulgado na nota 1.2.1, em 3 de janeiro de 2019, a Suzano adquiriu o controle da Fibria.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo estão apresentados abaixo em milhões de reais:

Ativo	Valor justo	Passivo	Valor justo
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes	1.795	Empréstimos e financiamentos	3.136
Aplicações financeiras	4.316	Instrumentos financeiros derivativos	276
Instrumentos financeiros derivativos	211	Passivos de arrendamento	376
Contas a receber de clientes	1.302	Contas a pagar fornecedores	3.427
Estoques	6.187	Salários e encargos sociais	402
Impostos a recuperar	261	Impostos e taxas a recolher	129
Outros ativos	213	Dividendos a pagar	6
		Outros passivos	126
Total ativo circulante	14.285	Total do passivo circulante	7.878
Não circulante		Não circulante	
Aplicações financeiras	173	Empréstimos e financiamentos	17.591
Instrumentos financeiros derivativos	455	Passivos de arrendamento	2.599
Impostos a recuperar	988	Instrumentos financeiros derivativos	126
Adiantamento a fornecedores	604	Provisão para contingências, líquida	3.182
Depósitos judiciais	210	Impostos diferidos - passivos	558
Impostos diferidos	1.567	Outros passivos	251
Outros ativos	227	Total do passivo não circulante	24.307
	4.224		
Investimentos	200	Total do passivo	32.185
Ativos biológicos	4.580		
Ativo imobilizado	24.961		
Direito de uso	2.916		
Ativo Intangível			
Demais intangíveis	309	Patrimônio líquido	
Carteira de clientes	9.031	Patrimônio líquido de controladores	37.236
Software	21	Participação de não controladores	111
Cultivares	143		
Contratos de fornecedores	172	Total do patrimônio líquido	37.347
Concessão	749		
Mais-valia de contratos de arrendamentos mercantis	44	Total do passivo e patrimônio líquido	69.532
Ágio alocado na adquirente	7.897		
	51.023		
Total do ativo não circulante	55.247		
Total do ativo	69.532		

Durante o processo de mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo, a Companhia identificou ajustes a valor justo de alguns ativos e passivos, conforme descrito abaixo, entretanto não houve nenhum ajuste no ágio.

- (i) aumento em direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$72 milhões;
- (ii) reclassificação de outros passivos para passivo de arrendamento no valor de R\$142 milhões; e

- (iii) reclassificação de ativo imobilizado para ativo de direito de uso, no valor de R\$83 milhões.

15. IMOBILIZADO

						Controladora
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média anual %		3	5		10 à 20	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.029.236	2.813.389	15.834.554	483.735	278.068	23.438.982
Adições ²		1.015	135.109	1.320.297	24.769	1.481.192
Baixas	(32.321)	(6.943)	(67.068)		(1.199)	(107.531)
Transferências e outros ⁽²⁾	750.824	131.515	437.542	(1.335.341)	14.199	(1.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.741	2.938.976	16.340.137	468.691	315.837	24.811.382
Adições	135.253	4	115.446	1.216.019	31.073	1.497.795
Baixas	(88.381)	(26.807)	(83.147)		(28.260)	(226.595)
Incorporação Fibria ⁽³⁾	2.154.948	3.277.913	19.164.139	501.989	297.305	25.396.294
Mais valia – Combinação de negócios com a Fibria	2.113.823	1.176.020	4.493.388		193.337	7.976.568
Transferências e outros ⁽²⁾	(675.618)	314.295	453.555	(1.251.099)	57.451	(1.101.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	7.680.401	40.483.518	935.600	866.743	58.354.028
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(828.581)	(6.539.934)		(189.362)	(7.557.877)
Adições		(75.901)	(752.178)		(28.664)	(856.743)
Baixas		1.262	60.436		196	61.894
Transferências e outros ⁽²⁾		8	1.391		(1.399)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(903.212)	(7.230.285)		(219.229)	(8.352.726)
Adições		(184.812)	(1.801.655)		(72.989)	(2.059.456)
Baixas		18.921	47.836		8.602	75.359
Incorporação Fibria ⁽³⁾		(1.487.141)	(9.058.107)		(137.211)	(10.682.459)
Mais valia – Combinação de negócios com a Fibria		(41.681)	(468.062)		(15.818)	(525.561)
Transferências e outros ⁽²⁾		29.716	598.809		(91.011)	537.514
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.568.209)	(17.911.464)		(527.656)	(21.007.329)
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.741	2.035.764	9.109.852	468.691	96.608	16.458.656
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	5.112.192	22.572.054	935.600	339.087	37.346.699

- 1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.
- 2) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques.
- 3) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média anual %		3	5		10 à 20	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.348.593	2.815.673	15.846.331	483.735	288.395	23.782.727
Adições	705	2.319	143.058	1.323.122	25.913	1.495.117
Aquisição Facepa	7.446	18.505	46.165	3.395	1.920	77.431
Aquisição PCH	4.291	102.176	3.831	2	26	110.326
Baixas	(34.523)	(8.654)	(67.280)		(1.183)	(111.640)
Mais/menos valia Facepa	27.381	(3.014)	27.506	(4.880)	2.821	49.814
Transferências e outros ⁽²⁾	750.824	131.515	441.420	(1.339.218)	14.197	(1.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.104.717	3.058.520	16.441.031	466.156	332.089	25.402.513
Adições	337.932	1.943	136.855	1.477.420	47.524	2.001.674
Baixas	(92.705)	(36.276)	(172.458)	(1.462)	(34.858)	(337.759)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽³⁾	2.151.338	3.918.552	20.255.811	425.868	454.759	27.206.328
Mais/menos valia Fibria	2.637.671	1.502.021	5.109.939		195.684	9.445.315
Mais/menos valia Facepa			3.072	(883)	(111)	2.078
Mais/menos valia Ibema			5.448			5.448
Transferências e outros ⁽²⁾	182.621	323.029	740.879	(1.397.398)	(61.761)	(212.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.574	8.767.789	42.520.577	969.701	933.326	63.512.967
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(829.821)	(6.545.959)		(195.718)	(7.571.498)
Adições		(78.264)	(760.634)		(29.844)	(868.742)
Baixas		1.462	60.506		196	62.164
Mais/menos valia Facepa			(3.447)		(731)	(4.178)
Transferências e outros ⁽²⁾		7	1.391		(1.398)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(906.616)	(7.248.143)		(227.495)	(8.382.254)
Adições		(255.888)	(2.123.193)		(91.170)	(2.470.251)
Baixas		26.886	115.732		13.944	156.562
Combinação de negócios com a Fibria ⁽³⁾		(1.804.967)	(9.552.825)		(249.087)	(11.606.879)
Mais/menos valia Fibria		(63.495)	(543.468)		(17.364)	(624.327)
Mais/menos valia Facepa		(5.742)	(6.481)		(95)	(12.318)
Mais/menos valia Ibema			(593)			(593)
Transferências e outros ⁽²⁾		29.906	508.585		9.547	548.038
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.979.916)	(18.850.386)		(561.720)	(22.392.022)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.104.717	2.151.904	9.192.888	466.156	104.594	17.020.259
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.574	5.787.873	23.670.191	969.701	371.606	41.120.945

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

2) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques.

3) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 3 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

A análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado foi efetuada em 2019 e não foram identificados ajustes para refletir redução do valor recuperável (*impairment*).

15.1. Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Aracruz, Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três

Lagoas totalizava R\$24.985.741 (R\$11.505.386 composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri e Suzano em 31 de dezembro de 2018).

15.2. Custos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.453 na controladora e R\$4.213 no consolidado (R\$1.772 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018). A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 9,50% a.a. na controladora e no consolidado (6,55% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

16. INTANGÍVEL

16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Vale Florestar	45.435	45.435	45.435	45.435
Paineiras Logística ⁽¹⁾		10		10
PCHM ⁽¹⁾				307
FACEPA			119.332	112.582
Fibria ⁽²⁾	7.897.051		7.897.051	
Outros ⁽³⁾	1.196	1.196	1.196	1.196
	7.943.682	46.641	8.063.014	159.530

1) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia testou os ágios por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundos das combinações de negócios com a PCH Mucuri e Paineiras Logística e constatou que houve uma redução ao valor recuperável (impairment) no valor total de R\$317 reconhecido em outros resultados operacionais.

2) Alocação do preço de compra está divulgado na nota 1.2.2.

3) O valor de R\$1.196 na controladora e consolidado, referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado foi alocado às unidades geradoras de caixa estão divulgados na nota 29.4

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2019, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2024 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal 3,6% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 9,1% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado

de capital ("*Weighted Average Cost of Capital – WACC*"). As premissas apresentadas na tabela abaixo também foram adotadas:

	2020	2021	2022	2023	2024
Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (USD/t)					
Ásia	502,30	670,00	767,00	577,00	588,60
Europa	506,70	603,00	691,80	553,90	565,00
América do Norte	559,40	638,90	733,00	586,80	598,60
América Latina	545,50	660,40	757,60	606,60	618,70
Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (USD/t)	439,50	631,00	723,90	579,60	600,10
Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$)	3,94	3,92	3,96	4,02	4,08
Taxa de desconto (depois dos impostos)	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2019, não foram identificados ajustes para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
No início do exercício		59.265	66.693	180.311	141.785
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾				308.681	
Incorporação Fibria ⁽²⁾		118.920			
Adições		14.611	7.117	17.715	7.983
Mais valia Facepa					53.477
Mais valia Ibema				702	
Amortização		(46.281)	(23.490)	(74.332)	(44.340)
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria		10.159.550		10.159.550	
Relacionamento com clientes		9.030.779		9.030.779	
Contratos de fornecedores		172.094		172.094	
Contratos serviços portuários		694.590		694.590	
Concessão portos		54.470		54.470	
Contratos arrendamentos		44.371		44.371	
Cultivares		142.744		142.744	
Software		20.502		20.502	
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria – Amortização		(956.577)		(956.577)	
Relacionamento com clientes		(820.980)		(820.980)	
Contratos de fornecedores		(72.097)		(72.097)	
Contratos serviços portuários		(29.362)		(29.362)	
Concessão de portos		(2.147)		(2.147)	
Contratos arrendamentos		(7.499)		(7.499)	
Cultivares		(20.392)		(20.392)	
Software		(4.100)		(4.100)	
Amortização da mais valia - Facepa				(15.430)	
Amortização da mais valia - Ibema				(24)	
Variação cambial				2.930	12.461
Transferências e outros		18.764	8.945	26.263	8.945
No final do exercício		9.368.252	59.265	9.649.789	180.311
	Taxa média anual de amortização				
Representados por					
Marcas e patentes	5 a 10	4.840	509	20.649	19.477
Softwares	20	105.337	58.756	119.265	59.112
Relacionamento com clientes	2,5 a 5			7.393	19.004
Acordo de não competição	5			2.150	2.812
Acordo de pesquisa e desenvolvimento	19	1.687		74.643	79.906
Desenvolvimento e implantação de sistemas	20			1.687	
Direito de exploração – Concessão terminal de Macuco	4			166.932	
Relacionamento com fornecedor - Produtos químicos	5	51.562		51.562	
Outros		1.853		1.857	
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Ibema				678	
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Fibria		9.202.973		9.202.973	
Carteira de clientes	9	8.209.799		8.209.799	
Contratos de fornecedores	13 a 100	99.997		99.997	
Contratos serviços portuários	4	665.228		665.228	
Concessão de portos	4	52.324		52.324	
Contratos arrendamentos	17	36.871		36.871	
Cultivares	14	122.352		122.352	
Software	20	16.402		16.402	
		9.368.252	59.265	9.649.789	180.311

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivare são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo

com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Em moeda nacional				
Partes relacionadas (empresas controladas)	54.516			
Partes relacionadas (empresas do Grupo Suzano)		1.804	2.478	1.804
Terceiros	1.041.279	539.730	1.288.774	558.041
Em moeda estrangeira				
Terceiros ⁽¹⁾	25.169	52.634	1.085.207	72.720
	1.120.964	594.168	2.376.459	632.565

- 1) A Companhia possuía um contrato de fornecimento (*take or pay*) com a empresa Klabin S.A., em condições diferenciadas em termos de volume, exclusividade, garantias e prazos de pagamento em até 360 dias, sendo que os preços foram praticados em condições de mercado, conforme estabelecido contratualmente. Seguindo as exigências impostas pela autoridade concorrencial da União Europeia, o contrato com a Klabin teve seu término antecipado para o mês de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$936.887 no consolidado refere-se às compras de celulose da Klabin.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1. Abertura por modalidade

			Circulante		Não circulante		Controladora	
		Encargos anuais médios - %	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Modalidade	Indexador							Total
Em moeda estrangeira								
BND\$	UMBND\$	6,9	3.440	21.577		139.924	3.440	161.501
Finnvera	Libor			236.385		560.689		797.074
Arrendamento mercantil	US\$			5.608		12.617		18.225
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	Libor/Fixo	3,3	1.045.681	1.896.717	149.461	274.672	1.195.142	2.171.389
			1.049.121	2.160.287	149.461	987.902	1.198.582	3.148.189
Em moeda nacional								
BND\$	TJLP	7,8	271.308	25.221	1.448.310	147.373	1.719.618	172.594
BND\$	TLP	9,2	18.404		441.233		459.637	
BND\$	Fixo	5,2	33.477	19.988	54.897	67.796	88.374	87.784
BND\$	SELIC	5,9	78.458		718.017		796.475	
FINAME	Fixo	6,4	494	970	1.520	2.010	2.014	2.980
BNB	Fixo	6,7	37.815	25.038	156.904	191.976	194.719	217.014
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI / IPCA	5,9	2.860.938	789.892	2.952.451	1.588.987	5.813.389	2.378.879
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	6,2	131.914	93.001	1.270.065	1.327.378	1.401.979	1.420.379
Cédula de produtor rural	CDI	7,6	5.840	6.809	273.303	273.029	279.143	279.838
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	6,2	77.694		1.312.586		1.390.280	
Fundo Centro-Oeste, Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e FINEP	Fixo	8,0	76.596	7.725	475.905	5.135	552.501	12.860
Fundo de direitos creditórios ("FIDC")				22.054				22.054
Outros (Revolving, Capital de giro e Fundo de desenvolvimento Industrial ("FDI"))	Fixo	0,4	265	69			265	69
Debêntures	CDI	6,7	9.997	1.297	5.412.035	4.662.156	5.422.032	4.663.453
			3.603.200	992.064	14.517.226	8.265.840	18.120.426	9.257.904
			4.652.321	3.152.351	14.666.687	9.253.742	19.319.008	12.406.093
Juros sobre financiamento			210.012	345.988	136.799		346.811	345.988
Financiamentos captados a longo prazo			4.442.309	2.806.363	14.529.888	9.253.742	18.972.197	12.060.105
			4.652.321	3.152.351	14.666.687	9.253.742	19.319.008	12.406.093

Suzano S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



			Consolidado					
Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Circulante		Não circulante		Total	
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Em moeda estrangeira								
BNDES	UMBNDES	6,6	26.307	21.577	27.620	139.940	53.927	161.517
Bonds	Fixo	5,7	640.177	216.624	27.375.673	11.189.403	28.015.850	11.406.027
Empréstimo sindicalizado	Libor	2,7	29.268	37.546	12.269.251	11.787.588	12.298.519	11.825.134
Finnvera / EKN	Libor			236.385		560.689		797.074
Arrendamento mercantil	US\$			5.608		12.617		18.225
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	Libor/Fixo	4,1	1.965.600	1.896.717	3.162.227	274.673	5.127.827	2.171.390
Outros			3.481				3.481	
			2.664.833	2.414.457	42.834.771	23.964.910	45.499.604	26.379.367
Em moeda nacional								
BNDES	TJLP	7,8	283.658	28.867	1.517.649	183.269	1.801.307	212.136
BNDES	TLP	9,2	18.404		441.233		459.637	
BNDES	Fixo	5,2	39.325	26.119	77.333	95.034	116.658	121.153
BNDES	SELIC	5,9	78.458		718.017		796.475	
FINAME	Fixo	6,6	4.781	970	9.564	2.010	14.345	2.980
BNB	Fixo	6,7	37.815	25.038	156.904	191.976	194.719	217.014
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	5,9	2.860.938	789.892	2.952.451	1.588.986	5.813.389	2.378.878
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	6,2	131.914	93.001	1.270.065	1.327.378	1.401.979	1.420.379
Cédula de produtor rural	CDI	7,6	5.840	6.809	273.303	273.029	279.143	279.838
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	6,2	77.694		1.312.586		1.390.280	
FDO ("Fundo Centro-Oeste"), FDCO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste") e FINEP			76.596	7.725	475.905	5.135	552.501	12.860
("Financiadora de Estudos e Projetos")	Fixo	8,0						
Outros (Custos <i>Revolving</i> , Capital de giro e FDI)	Fixo	0,4	954	10.467	4.559	16.930	5.513	27.397
Fundo de direitos creditórios (FIDC)	Fixo			22.054				22.054
Mais valia – combinação de negócios com a Fibria			(63.256)				(63.256)	
Debêntures	CDI	6,7	9.997	1.297	5.412.035	4.662.156	5.422.032	4.663.453
			3.563.118	1.012.239	14.621.604	8.345.903	18.184.722	9.358.142
			6.227.951	3.426.696	57.456.375	32.310.813	63.684.326	35.737.509
Juros sobre financiamento			886.886	345.988	136.799		1.023.685	345.988
Financiamentos captados a longo prazo			5.341.065	3.080.708	57.319.576	32.310.813	62.660.641	35.391.521
			6.227.951	3.426.696	57.456.375	32.310.813	63.684.326	35.737.509

18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
No início do exercício	12.406.093	5.441.047	35.737.509	12.191.856
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			20.667.096	
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	8.955.570			
Reclassificação para contas a pagar de arrendamento mercantil ⁽³⁾	(18.225)		(18.225)	
Captações líquidas de custo, ágio e deságio	6.758.082	8.041.925	18.993.837	25.539.994
Combinação de negócios com a PCH/Facepa				79.923
Juros apropriados	1.227.079	345.519	3.362.250	839.278
Variação cambial, líquida	104.934	358.925	1.781.562	1.457.989
Liquidação de principal	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Liquidação de juros	(1.195.478)	(298.097)	(2.977.957)	(669.088)
Mais valia – Combinação de negócios com Fibria			(63.256)	
Amortização de custo de captação, ágio e deságio	127.571	25.383	185.807	36.134
Outras	5.085		10.411	
No fim do exercício	19.319.008	12.406.093	63.684.326	35.737.509

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

3) Em 01 de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado para a rubrica contas a pagar de arrendamento, decorrente da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 pela Companhia.

18.3. Cronograma de vencimentos – não circulante

	Controladora							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em moeda estrangeira								
BNDES								
Créditos de exportação	136.320	13.141						149.461
	136.320	13.141						149.461
Em moeda nacional								
BNDES – TJLP	262.453	255.502	255.755	225.035	280.550	165.560	3.455	1.448.310
BNDES – TLP	18.866	18.866	18.866	18.866	17.618	20.120	328.031	441.233
BNDES – Fixo	22.870	18.478	13.549					54.897
BNDES – Selic	76.117	73.304	96.312	88.348	210.392	173.545		718.018
FINAME	490	490	490	51				1.521
BNB	35.285	33.201	35.285	33.002	10.285	9.847		156.905
CRA (“Certificado de Recebíveis do Agronegócio”)		1.512.680	1.439.771					2.952.451
NCE (“Nota de crédito à exportação”)					640.800	629.265		1.270.065
Crédito de produtor rural					137.500	135.803		273.303
Créditos de exportação				1.312.586				1.312.586
FCO, FDCO e FINEP	67.986	67.986	67.986	67.986	67.986	67.986	67.986	475.902
Debêntures					2.340.550	2.324.307	747.178	5.412.035
	484.067	1.980.507	1.928.014	1.745.874	3.705.681	3.526.433	1.146.650	14.517.226
	620.387	1.993.648	1.928.014	1.745.874	3.705.681	3.526.433	1.146.650	14.666.687

Suzano S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)



	Consolidado							
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em moeda estrangeira								
BNDES - cesta de moedas	9.175	10.061	8.384					27.620
Bonds	762.320			2.402.437	2.379.661	2.812.354	19.018.901	27.375.673
Empréstimo Sindicalizado	1.343.567	3.197.689	7.727.996					12.269.252
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	136.320	13.143		2.015.350	997.414			3.162.227
	2.251.382	3.220.893	7.736.380	4.417.787	3.377.075	2.812.354	19.018.901	42.834.772
Em moeda nacional								
BNDES – TJLP	269.593	265.467	266.362	239.883	292.573	169.102	14.668	1.517.648
BNDES – TLP	18.866	18.866	18.866	18.866	17.617	20.120	328.032	441.233
BNDES – Fixo	28.959	24.567	18.601	5.206				77.333
BNDES – Selic	76.117	73.304	96.312	88.347	210.392	173.545		718.017
FINAME	3.829	2.786	1.656	1.197	96			9.564
BNB	35.285	33.201	35.285	33.001	10.285	9.847		156.904
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")		1.512.680	1.439.771					2.952.451
NCE ("Nota de crédito à exportação")					640.800	629.265		1.270.065
Crédito de produtor rural					137.500	135.803		273.303
Créditos de exportação				1.312.586				1.312.586
FCO, FDCO e FINEP	67.986	67.986	67.986	67.989	67.986	67.986	67.986	475.905
Outros (Custos Revolving, Capital de Giro, FIDC e FDI)	4.559							4.559
Debêntures					2.340.550	2.324.307	747.178	5.412.035
	505.194	1.998.857	1.944.839	1.767.075	3.717.799	3.529.975	1.157.864	14.621.603
	2.756.576	5.219.750	9.681.219	6.184.862	7.094.874	6.342.329	20.176.765	57.456.375

18.4. Abertura por moeda - Consolidado

		Consolidado
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	de 2019	de 2018
Real	17.362.903	9.358.142
Dólar dos Estados Unidos	45.460.138	26.217.850
Selic ⁽¹⁾	807.358	
Cesta de moedas	53.927	161.517
	63.684.326	35.737.509

1) Definição contratual de moeda nos contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") que estão em Reais acrescidos do juros SELIC.

18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base na vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

			Consolidado	Saldo à amortizar
			31 de	31 de
			dezembro	dezembro
Natureza	Custo	Amortização	de 2019	de 2018
Bonds	343.642	129.297	201.467	67.189
CRA e NCE	125.222	73.508	47.443	20.195
Importação ("ECA")	101.811	101.811		16.235
Empréstimo Sindicalizado	72.774	33.209	40.382	30.552
Debêntures	21.592	4.674	19.065	18.944
BNDES ("IOF") ⁽¹⁾	53.730	13.702	38.447	
Outros	18.147	8.381	4.590	3.188
	736.918	364.582	351.394	156.303

1) Imposto sobre operações financeiras.

18.6. Operações relevantes liquidadas no período

18.6.1. Liquidação antecipada de CRAs

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente, o montante de R\$878.573 de duas séries de CRAs, com vencimentos originais em 2021 e 2023 e custo de 99% do CDI e IPCA + 4,5055% a.a. Essa liquidação, referem-se às duas das nove séries que não foram obtidas anuências prévias dos titulares dos Certificados para a combinação de negócios entre as empresas.

18.6.2. BNDES

Em 15 de março de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada de R\$299.682 junto ao BNDES, compreendendo parcela a ser amortizada do saldo da dívida em aberto acrescida da correspondente remuneração até a data de pagamento.

18.6.3. Pré-pagamento de exportação (“PPE”)

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano International Trade GmbH (antiga Fibria International Trade GmbH), liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação de US\$700.000, no montante total de US\$631.138 (equivalente a R\$2.454.443), com vencimento original em dezembro de 2022 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano International Trade GmbH (antiga Fibria International Trade GmbH), liquidou antecipadamente o contrato de pré-pagamento de exportação de US\$170.000, no montante total de US\$156.032 (equivalente a R\$602.410), com vencimento original em outubro de 2022 e taxa de juros trimestrais de 1,15% a.a. acrescida da LIBOR trimestral.

18.6.4. Finnvera

Em 29 e 30 de abril de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente o montante de US\$208.400 (equivalente a R\$822.200) relacionados a determinados contratos de financiamento que foram garantidos pela Finnvera e EKN (“Agência de crédito à exportação”).

Em 17 de junho de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente, o montante de US\$378.471 (equivalente a R\$1.473.114), relacionados a determinados contratos de financiamento que foram garantidos pela Finnvera (Agência de crédito de exportação), inicialmente contratados em maio de 2016, com vencimento em 2025.

18.6.5. Debêntures

Em 27 de março de 2019, a Companhia, realizou a amortização extraordinária facultativa parcial sobre o saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures da 7ª emissão, mediante o pagamento do valor total de R\$2.056.173, compreendendo parcela a ser amortizada do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures acrescida da correspondente remuneração.

Em 31 de maio de 2019, a Companhia efetuou o resgate facultativo antecipado integral das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, da 7ª emissão e com vencimento em 7 de janeiro de 2020, mediante o pagamento do valor total remanescente de R\$2.019.587, compreendendo o saldo total do valor nominal unitário da totalidade das debêntures dessa emissão acrescida da correspondente remuneração.

18.7. Operações relevantes contratadas no período**18.7.1. Senior Notes (“Notes 2029”)**

No dia 29 de janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, realizou a reabertura da *Senior Notes* 2029 com a emissão adicional de títulos de dívida, no montante de US\$750.000 (equivalente a R\$2.874.150), com vencimento em janeiro de 2029 e taxas de juros de 5,465% a.a., os quais serão pagos semestralmente. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano S.A.

18.7.2. Contratos de pré-pagamento de exportação (“PPE”)

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação no montante de R\$738.800, com pagamento de juros anuais de 8,35% a.a. e vencimento em 2024.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada Fibria International Trade GmbH, subsidiária integral da Suzano celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação sindicalizado no montante de US\$750.000 (equivalente a R\$2.910.975), com prazo de 6 anos e carência de 5 anos. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano S.A.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação no montante de R\$578.400, com juros anuais de 7,70% a.a. e vencimento em 2024.

18.7.3. Senior Notes (“Notes 2047”)

No dia 21 de maio de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, emitiu adicionalmente, no âmbito da Senior Notes 2047 emitida em 05 de setembro de 2018, títulos de dívida no montante de US\$250.000 (equivalente a R\$1.020.250) com *yield* de 6,245% a.a. e cupom de 7,0% a.a., a serem pagos semestralmente, nos meses de março e setembro e com vencimento em 16 de março de 2047. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano S.A.

18.7.4. Senior Notes (“Notes 2030”)

No dia 21 de maio de 2019, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH, emitiu títulos de dívida no montante de US\$1.000.000 (equivalente a R\$4.081.000) com *yield* de 5,180% a.a. e cupom de 5,0% a.a., a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho e com vencimento em 15 de janeiro de 2030. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano S.A.

18.7.5. BNDES

Em 17 de maio de 2019, houve liberação de recursos do BNDES para Companhia no montante de R\$108.050, com prazo de liquidação no período de 2020 a 2028 e juros variando entre TLP mais 0,96% a.a. a 1,44% a.a. Os recursos foram destinados a projetos das áreas industrial, social e inovação tecnológica.

Em 17 de dezembro de 2019, houve liberação de recursos do BNDES para Companhia no montante de R\$300.000, com vencimento em 2034 e juros TLP mais 1,77% a.a. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

18.7.6. Debêntures

Em 7 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu R\$4.000.000 em debêntures da 7ª emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em janeiro de 2020 e com taxas de juros de 103% até 112% do CDI.

Em 17 de outubro de 2019, a Companhia emitiu 750.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor de R\$750.000, com vencimento em 15 de setembro de 2028 e com taxa de remuneração de 100% do CDI mais spread de 1,20% a.a.

18.7.7. Adiantamentos sobre contratos de Câmbio (“ACC”), Adiantamentos sobre cambiais entregues (“ACE”) e Pré-pagamento de exportação (“PPE”)

Entre 21 de outubro e 3 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou 10 contratos de ACCs, ACEs e PPEs no montante de total US\$450.000 (equivalente a R\$1.868.743), com prazo de até 1 ano. Estas operações garantidas integralmente pela Suzano S.A.

18.7.8. *Revolving Credit Facility*

Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia, por meio de suas subsidiárias integrais Suzano Áustria GmbH e Suzano Pulp and Paper Europe S.A., celebrou um contrato de *Revolving Credit Facility* sindicalizado no montante de US\$500.000 (equivalente a R\$1.855.000), com prazo de 5 anos. Esta operação é garantida integralmente pela Suzano S.A.

18.8. Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (covenants financeiros) a serem cumpridos.

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL

19.1. Ativo de direito de uso

Conforme descrito na nota 3.1.1, a Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 e aplicou a norma de forma retrospectiva e com o efeito cumulativo da adoção registrado na data da aplicação inicial. Consequentemente, os períodos comparativos não foram reapresentados.

Em 01 de janeiro de 2019, foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii)

garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Adicionalmente, foi reconhecido nesta rubrica o valor residual do direito de uso dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos na rubrica o ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$89.338 na adoção inicial.

O efeito da adoção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentado abaixo:

	Controladora			
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	912.666	5.690	41.366	
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	808.736	134.749		1.357.942
Adições	260.982	1.529	35.773	612.022
Amortizações ⁽²⁾	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896

1) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

2) O montante de R\$261.084 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

	Consolidado				
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos
Saldo em 31 de dezembro de 2018					
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	1.762.943	143.685	41.570	1.408.640	1.012
Adições	260.982	1.529	39.794	612.022	
Amortizações ⁽¹⁾	(254.280)	(15.163)	(35.365)	(116.207)	(925)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.769.645	130.051	45.999	1.904.455	87

1) O montante de R\$268.081 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado, relativo a navio com expectativa de entrega de 1 ("uma") unidade para o primeiro trimestre de 2020.

19.2. Contas a pagar de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, conforme descrito na nota 3.1.1.

Os passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu nessa rubrica os saldos remanescentes dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos no grupo de empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$18.225 na adoção inicial, conforme apresentado a seguir.

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Controladora	Consolidado
			Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	10,89	novembro de 2046	908.091	1.761.273
Máquinas e equipamentos	10,15	julho de 2032	17.782	214.569
Imóveis	10,92	abril de 2027	45.389	41.391
Navios e embarcações	10,76	fevereiro de 2039		1.410.474
Veículos	8,99	abril de 2020		1.190
			971.262	3.428.897

- 1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.
- 2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	971.262	3.428.897
Incorporação da Fibria (1)	2.392.772	
Adições	910.306	914.327
Pagamentos	(546.827)	(646.487)
Apropriação de encargos financeiros (2)	227.654	275.404
Variação cambial	(4.199)	11.929
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.950.968	3.984.070
Circulante	649.909	656.844
Não circulante	3.301.059	3.327.226

- 1) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.
- 2) Os montantes de R\$50.795 na controladora e no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente relativos ao passivo de arrendamento está divulgado na nota 4.2.

19.2.1. Taxa de desconto

As taxas de desconto utilizadas para os novos contratos de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são similares às utilizadas na adoção do IFRS 16.

19.2.2. Valores reconhecidos no resultado do período

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidos os valores:

	Controladora	Consolidado
Despesas relativas a ativos de curto prazo	37.003	37.007
Despesas relativas a ativos de baixo valor	11.578	14.349
	48.581	51.356

19.2.3. Conciliação dos compromissos de arrendamento operacional

	Consolidado
Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018	1.448.241
Combinação de negócios com a Fibria	2.974.729
Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial	(1.011.726)
Reclassificação de empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	18.225
Contratos reavaliados como acordos de serviços	(572)
	3.428.897

1) A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado da rubrica de empréstimos e financiamentos, decorrente da adoção do IFRS 16 pela Companhia, nota 19.2.

19.2.4. Ofício Circular CVM

Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular ("Ofício/Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019") contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações financeiras das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

De acordo com a CVM, as demonstrações financeiras intermediárias de 2019 das companhias listadas apresentaram diferenças com relação à aplicação do IFRS 16. Portanto, a CVM emitiu orientações que devem ser seguidas pelas companhias listadas. Duas das questões abordadas nas orientações referem-se a (i) a alteração da taxa de empréstimo incremental de real para a taxa nominal e (ii) a inclusão de impostos sobre vendas (PIS e COFINS) no cálculo dos passivos de arrendamento mercantil, que impactaram a mensuração do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros.

A aplicação desta nova orientação contábil representa uma nova política contábil.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31 de dezembro de 2019				
	Consolidado				
	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	655.426	524.743	446.624	2.357.277	3.984.070
Fluxo com projeção de inflação	653.081	545.115	483.097	3.101.731	4.783.024
Variação	(0,36)%	3,88%	8,17%	31,58%	20,05%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	633.408	507.115	431.621	2.278.092	3.850.236
Fluxo com projeção de inflação	635.242	530.225	469.901	3.017.011	4.652.379
Variação	0,29%	4,56%	8,87%	32,44%	20,83%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	514.246	411.712	350.421	1.849.517	3.125.896
Fluxo com projeção de inflação	317.724	265.198	235.027	1.508.993	2.326.942
Variação	(38,22)%	(35,59)%	(32,93)%	(18,41)%	(25,56)%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	375.205	384.520	384.520	1.804.804	2.949.049
Fluxo com projeção de inflação	423.710	435.273	435.273	2.209.270	3.503.526
Variação	12,93%	13,20%	13,20%	22,41%	18,80%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31 de dezembro de 2019	
	Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	7.109.966	3.984.070
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	264.771	141.269
	7.374.737	4.125.339

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 / IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1. Processos com risco de perda provável

O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado líquido dos depósitos judiciais conforme abaixo:

Natureza dos processos			Controladora	
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão líquida	Provisão líquida
Tributários	(125.537)	3.175.325	3.049.788	294.238
Trabalhistas	(37.649)	202.782	165.133	47.659
Cíveis	(392)	265.679	265.287	3.449
	(163.578)	3.643.786	3.480.208	345.346

Natureza dos processos			Consolidado	
			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão líquida	Provisão líquida
Tributários	(124.133)	3.176.503	3.052.370	296.869
Trabalhistas	(50.464)	227.139	176.675	50.869
Cíveis	273	283.159	283.432	3.532
	(174.324)	3.686.801	3.512.477	351.270

A movimentação da provisão de acordo com a natureza dos processos é apresentada abaixo:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2019			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	294.238	47.659	3.449	345.346
Incorporação Fibria ⁽¹⁾	142.353	169.674	52.026	364.053
Pagamento		(33.126)	(5.532)	(38.657)
Reversão	(3.873)	(52.080)	(8.456)	(64.409)
Adição	47.290	45.723	6.397	99.410
Atualização monetária	11.228	24.931	(467)	35.692
Menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	2.684.090		218.262	2.902.352
Saldo no final do exercício	3.175.326	202.781	265.680	3.643.786

	Controladora			
	31 de dezembro de 2018			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	268.654	38.117	3.382	310.153
Pagamento	(18.337)	(22.205)	(81)	(40.623)
Reversão	(13.605)	(2.562)	(394)	(16.561)
Adição	49.754	27.023	87	76.864
Atualização monetária	7.772	7.286	455	15.513
Saldo no final do exercício	294.238	47.659	3.449	345.346

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	296.869	50.869	3.532	351.270
Combinação de negócio com a Fibria ⁽²⁾	139.462	185.157	64.974	389.593
Pagamento	(34)	(34.794)	(5.532)	(40.360)
Reversão	(3.875)	(55.730)	(13.434)	(73.039)
Adição	46.603	50.521	10.100	107.224
Atualização monetária	13.387	31.116	5.258	49.761
Menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	2.684.090		218.262	2.902.352
Saldo no final do exercício	3.176.502	227.139	283.160	3.686.801

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2018			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	273.324	40.363	3.382	317.069
Combinação de negócios com a Facepa		1.900		1.900
Pagamento	(18.351)	(22.580)	(81)	(41.012)
Reversão	(13.605)	(5.011)	(394)	(19.010)
Adição	49.754	28.716	150	78.620
Atualização monetária	5.747	7.481	475	13.703
Saldo no final do exercício	296.869	50.869	3.532	351.270

1) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

2) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

20.1.1. Tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 43 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL", Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.236 processos de natureza trabalhista.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3. Cíveis e ambientais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 24 processos cíveis e ambientais.

Os processos cíveis provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2. Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	7.325.414	1.077.761	7.504.398	1.077.761
Trabalhistas	276.170	84.465	279.934	85.309
Cíveis ⁽¹⁾	2.932.173	43.271	2.995.576	43.271
	10.533.757	1.205.497	10.779.908	1.206.341

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado às contingências possíveis, conforme mencionado acima.

20.2.1. Tributários e previdenciários

A Companhia figura no polo passivo em 831 processos tributários cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$7.511.435, para os quais não há provisão registrada.

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

Apresentam-se abaixo as contingências mais relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.251.462.

- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL – glosa da depreciação, amortização e exaustão – período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da resolução nº 1402-000.723. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$695.679. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF.
- (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial – período 1997: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil (“RFB”). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$254.081.
- (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”): Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”),

informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$125.191.

- (v) PIS/COFINS – Bens e Serviços – 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$162.750.
- (vi) Compensação – IRRF – período 2000: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$108.320.

20.2.2. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, figura no polo passivo em 1.797 processos de natureza trabalhista, totalizando o valor de R\$279.934.

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3. Cíveis e ambientais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.049 processos de natureza civil e ambiental, totalizando o valor de R\$2.995.576. Os processos cíveis, em sua maioria, consistem em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças

ocupacionais e acidentes de trabalho, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Companhia, ressarcimento de recursos financeiros movidas contra produtores rurais inadimplentes e ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Companhia. A Companhia tem apólice de seguro de responsabilidade civil geral que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível.

Dentre os processos cíveis, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância.

A Companhia ainda figura como ré em 2 (“duas”) ACPs, movidas pelo MPF, referente a imóveis adquiridos pela Companhia nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ambos localizados na região norte do estado do Espírito Santo. Na 1ª ACP, o MPF requereu a (i) nulidade destas aquisições (ii) indenização por danos morais e (iii) suspensão do financiamento das operações da Companhia nos municípios mencionados. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 6.000 hectares de terras da Companhia nestes municípios e suspendeu qualquer financiamento à Suzano pelo BNDES para produção ou plantio de celulose de eucalipto nas propriedades relacionadas na ação. Na 2ª ACP, o MPF requereu a nulidade das aquisições de outras propriedades adquiridas na região norte do estado do Espírito Santo. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 5.601 hectares das terras da Companhia nos municípios mencionados. A Companhia apresentou defesa judicial e recurso contra essa liminar, que ainda está pendente de decisão. Ambos os casos estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal (“TRF”) e permanecem em fase instrutória. A Companhia acredita que há boas chances de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição.

Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 (“três”) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal e à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente (“IBAMA”). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do estado do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. O Superior Tribunal de Justiça (“STF”) ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz.

Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Ripasa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 30 (“trinta”) anos e envolve mais de 20 (“vinte”) outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados ou, caso o ambiente já estivesse recuperado, a pagar uma indenização de igual valor do custo da recuperação. Essa compensação deve ser alocada para expandir o Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão, no entanto, não determinou o valor que deveria ser pago como compensação, deixando a definição desse valor para uma 2ª. etapa processual. Esta decisão foi contestada pelas empresas em um recurso e uma decisão do Tribunal Estadual ainda está pendente.

20.3. Ativos contingentes

20.3.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia e suas controladas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992 e, inclusive, eventuais modificações na legislação aplicável após a edição da Lei nº 12.973/2014.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de seus consultores jurídicos, a Companhia entende que não é provável a alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito. Dessa forma, iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração agosto de 2018 com base em decisão favorável proferida em ação judicial proposta pela Companhia, ainda pendente de julgamento definitivo.

O processo em nome da controladora ainda não transitou em julgado.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Planos de aposentadoria suplementar

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, as contribuições da Companhia ao colaborador são de

0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano (“URS”), não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS’s, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS’s, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$5.993 reconhecidos na rubrica benefícios a empregados (R\$6.560 em 31 de dezembro de 2018).

As entidades oriundas da combinação de negócios com a Fibria, patrocinam um plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios previdenciário definido no modelo de contribuição definida. Nesse tipo de plano, participantes e patrocinadora contribuem para a formação de uma poupança individual. Em 2000, a Companhia aderiu à Fundação Senador José Ermírio de Moraes (“FUNSEJEM”), entidade de previdência complementar sem fins lucrativos, que atende a empregados de empresas do Grupo Votorantim. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições à FUNSEJEM acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 0,5% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas no exercício encerrado em 2019 totalizaram R\$9.920 reconhecidos na rubrica benefícios a empregados (R\$12.840 em 31 de dezembro de 2018).

21.2. Planos de benefícios definidos

A Companhia tem como política de recursos humanos oferecer os seguintes benefícios, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

21.2.1. Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263	351.263
Juros sobre passivo atuarial	35.920	35.920
Perda atuarial	69.305	69.305
Benefícios pagos no exercício	(26.061)	(26.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	430.427	430.427
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾		147.877
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	144.557	
Juros sobre passivo atuarial	40.353	44.496
Perda atuarial	142.405	147.640
Benefícios pagos no exercício	(33.099)	(34.261)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	724.643	736.179

1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e dados biométricos

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Taxa de desconto – plano médico	3,56% a.a.	4,91% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
	90% casados	90% casados
Composição familiar	Homem 4 anos + velho	Homem 4 anos + velho
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Permanência no plano	100%	100%
Escalonamento por idade	0 a 24 anos: 1,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima 80 anos: 2,50% a.a.	Acima 80 anos: 2,50% a.a.

21.2.5. Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Hipóteses significativas	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,88%	Aumento de 8,56%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 8,27%	Redução de 5,60%
Mortalidade	1,00%	Aumento de 7,23%	Redução de 4,40%
Taxa de inflação estimada	0,50%	Não há alteração	Não há alteração

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2020	31.458
2021	32.701
2022	33.864
2023	35.014
2024	36.122
2025 em diante	194.145

22. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) opções de compra de ações ordinárias, liquidado em ações.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR")

Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2019, a Companhia outorgou os planos SAR ("Share Appreciation Rights") de opções de ações fantasma. Nestes planos, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção. Neste plano, o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da

outorga. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Companhia ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Quantidade de opções em aberto no início do exercício	5.045.357	5.055.519
Outorgadas	2.413.038	1.415.476
Exercidas ⁽¹⁾	(827.065)	(751.859)
Exercidas por desligamento ⁽¹⁾	(106.983)	(153.601)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(527.910)	(520.178)
Quantidade de opções em aberto no final do exercício	5.996.437	5.045.357

- 1) Para as ações exercidas e exercidas por desligamento, o preço médio em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$31,75 e R\$47,77, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

Plano	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga ⁽¹⁾	31 de dezembro de 2019
				Quantidade de opções outorgadas em aberto
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	11,69	3.635
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	16,93	
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	16,93	61.851
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	64.075
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	16.708
SAR 2016 - Out	03/10/2016	03/10/2021	11,03	8.934
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	831.546
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	225.553
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	13,30	304.512
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	13,30	304.512
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	13,30	304.512
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	13,30	307.141
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2017	02/10/2020	15,87	84.436
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	19,88	169.575
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	19,88	169.575
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	726.537
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	74.592
ILP 2019 - 24	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000
ILP 2019 - 36	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	41,10	92.356
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	41,10	92.356
ILP 2019 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500
ILP 2019 - 24 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000
ILP 2019 - 36 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	792.565
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	15.572
ILP - Retenção 2019 - 12	01/10/2019	01/10/2020	31,86	105.964
ILP - Retenção 2019 - 24	01/10/2019	01/10/2021	31,86	105.930
ILP 2019 - 24 Out	01/10/2019	01/10/2021	31,75	7.800
ILP 2019 - 36 Out	01/10/2019	01/10/2022	31,75	19.500
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	31,75	11.700
				5.996.437

⁽¹⁾ Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de opções de compra de ações ordinárias

Adicionalmente, em 2019 a Companhia estabeleceu um plano de ações restritas baseado na performance da Companhia (Programa 5). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgada ao desempenho da Companhia em relação à meta EBITDA. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2019 da SUZB3 na B3.

Após a medição do EBITDA de 2019, as ações estritas serão outorgadas imediatamente, pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

Caso os beneficiários deixem a Companhia antes do término do exercício fiscal de referência para a medição do EBITDA, os mesmos perderão direito à outorga de ações restritas.

Programa	Data de outorga	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Prazo de restrição à transferência das ações
Programa 4	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022

22.3. Premissas de mensuração

Os planos de opções de ações fantasma, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo *Total Shareholder Return* ("TSR") observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de opções de ações ordinárias do Programa 5, tem o seu valor justo mensurado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

- (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos;
- (ii) a expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;
- (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados abaixo:

	Passivo e Patrimônio líquido		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	136.505	124.318	(46.389)	(126.439)
Patrimônio líquido				
Opções de ações outorgadas	5.979	5.100	(879)	(5.170)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(47.268)	(131.609)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Aquisição de terras e florestas				
Certificado de Recebíveis Imobiliários - ("CRI") ⁽¹⁾	42.958	48.657	78.345	91.085
Duralex ⁽²⁾		385.397		385.397
	42.958	434.054	78.345	476.482
Combinação de negócios				
Facepa ⁽³⁾	42.533	41.185	42.533	41.185
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽⁴⁾	420.737	474.845	420.737	474.845
	463.270	516.030	463.270	516.030
	506.228	950.084	541.615	992.512
Circulante	86.529	469.860	94.414	476.954
Não circulante	419.699	480.224	447.201	515.558

- 1) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizado pelo IPCA.
- 2) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e florestas (ativo biológico), atualizado pelo IPCA liquidado em agosto de 2019.
- 3) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.
- 4) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A. através do VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e parcialmente reajustadas pela variação do IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de celulose, transporte, óleo diesel, produtos químicos e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia compra o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em 31 de dezembro de 2019. O total das obrigações contratuais assumidas representam R\$7.335.609 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.258.855 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**25.1. Capital social**

Em janeiro de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado no valor de R\$3.027.528, com a emissão de 255.437.439 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, nos termos das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária, pela qual foi aprovada a incorporação pela Companhia da sua subsidiária Eucalipto Holding S.A., no âmbito da combinação de negócios com a Fibria, conforme nota 1.2.1.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Suzano é de R\$9.269.281 dividido em 1.361.263.584 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor realizado do capital social no balanço está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R\$33.735.

A composição do capital social é apresentada a seguir:

Acionista	Ordinárias	
	Quantidade	(%)
Acionistas controladores		
Suzano Holding S.A.	367.612.329	27,01
Controladores	194.800.797	14,31
Administradores	35.532.742	2,61
Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.741	1,92
	624.100.609	45,85
Tesouraria	12.042.004	0,88
BNDESPAR	150.217.425	11,04
Votorantim S.A.	75.180.059	5,52
Outros acionistas	499.723.487	36,71
	1.361.263.584	100,00

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.

Em 31 de dezembro de 2019, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R\$39,68 (R\$38,08 em 31 de dezembro de 2018).

25.2. Dividendos

O estudo social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

- (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou
- (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado da Companhia no exercício.

Em 18 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$600.000, sendo complementares no montante de R\$596.534 pagos por meio da reserva de lucros e dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$3.466, cujo desembolso ocorreu em 30 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício (R\$3.466 em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de lucro apurado no exercício).

25.3. Reservas

25.3.1. Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$105.671 referente ao prejuízo e o saldo desta reserva correspondia a 5% do capital.
- (ii) para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$1.730.629 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada.
- (iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada.

- (iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base em doações ou subvenções governamentais para investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$684.563 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada.

25.3.2. Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

A composição das reservas de capital é decorrente de opções de ações no valor de R\$5.979 e da emissão de ações relacionadas a combinação de negócios com a Fibria no valor de R\$6.410.885, conforme divulgado na nota 1.2.1.1. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva não foi utilizada para absorção de prejuízo e o saldo correspondia a 69% do capital social.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Ganhos (perdas) atuariais	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(45.745)</u>	<u>(52.749)</u>	<u>26.622</u>	<u>2.370.200</u>	<u>2.298.328</u>
Ganho (perda) atuarial		(45.741)			(45.741)
Ganho (perda) na conversão de operações no exterior			137.546		137.546
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários				(68.424)	(68.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(45.745)</u>	<u>(98.490)</u>	<u>164.168</u>	<u>2.301.776</u>	<u>2.321.709</u>
Ganho (perda) atuarial		(95.283)			(95.283)
Ganho (perda) na conversão de operações no exterior			47.834		47.834
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários				(52.918)	(52.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(45.745)</u>	<u>(193.773)</u>	<u>212.002</u>	<u>2.248.858</u>	<u>2.221.342</u>

25.5. Ações em tesouraria

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>13.842.004</u>	<u>17,42</u>	<u>241.088</u>	<u>258.797</u>
Venda	(1.800.000)	12,68	(22.823)	(66.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>12.042.044</u>	<u>18,13</u>	<u>218.265</u>	<u>458.560</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>12.042.044</u>	<u>18,13</u>	<u>218.265</u>	<u>477.827</u>

25.6. Absorção do resultado

	% limite sobre o capital social	Absorção de prejuízo		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(52.918)	(68.424)		
Reserva de incentivos fiscais		(684.563)	288.557		684.563
Reserva estatutária especial		(242.612)	7.882		242.612
Reserva legal	20%	(105.671)	15.917	317.144	422.815
Reserva para aumento de capital	80%	(1.730.629)	70.940		1.730.629
Dividendos mínimos obrigatórios			3.466		
		(2.816.393)	318.339	317.144	3.080.619

26. RESULTADO POR AÇÃO

26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2.817.518)	318.339
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício	1.361.264	1.105.826
Média ponderada das ações em tesouraria	(12.042)	(12.333)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	1.349.222	1.093.493
Resultado básico por ação ordinária - R\$	(2,08825)	0,29112

26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2.817.518)	318.339
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria)	1.349.222	1.093.493
Ajuste por opções de compra de ações		1.386
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	1.349.222	1.094.879
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	(2,08825)	0,29075

Em razão do prejuízo apurado no exercício, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(1.224.065)	(701.006)	(3.358.806)	(1.033.485)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (controladas e coligadas)	(2.350.219)	(338.606)		
Amortização de custos de captação, ágio e deságio	(142.403)	(25.384)	(220.642)	(44.499)
Outras despesas financeiras	(413.404)	(146.959)	(600.948)	(422.390)
Amortização de mais valia – Combinação de negócios com a Fibria			1.548	
	(4.130.091)	(1.211.955)	(4.178.848)	(1.500.374)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	285.559	425.250	392.018	442.378
Outras receitas financeiras	49.061	9.308	63.816	17.329
Amortização de mais valia – Combinação de negócios com a Fibria	37.412		37.412	
	372.032	434.558	493.246	459.707
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	2.306.127	587.805	2.711.394	588.049
Despesas	(3.178.254)	(3.321.858)	(3.786.646)	(3.323.245)
	(872.127)	(2.734.053)	(1.075.252)	(2.735.196)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos e financiamentos	(1.967.256)	(1.282.781)	(1.764.035)	(1.311.061)
Outros ativos e passivos ⁽²⁾	139.373	247.276	(200.892)	244.411
	(1.827.883)	(1.035.505)	(1.964.927)	(1.066.650)
Resultado Financeiro Líquido	(6.458.069)	(4.546.955)	(6.725.781)	(4.842.513)

- 1) Não inclui o montante de R\$3.784 na controladora e R\$4.213 no consolidado referente a juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.772 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, inclui o montante de R\$770 na controladora e consolidado relativos a juros do FIDC (R\$2.268 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).
- 2) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita bruta de vendas	20.348.367	14.135.140	31.395.955	14.796.774
Deduções				
Ajuste a valor presente	(5.316)	(4.984)	(5.316)	(4.984)
Devoluções e cancelamentos	(69.846)	(58.249)	(109.641)	(75.477)
Descontos e abatimentos ⁽¹⁾	(47.688)	(7.016)	(3.835.140)	(15.695)
	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.700.618
Impostos sobre vendas ⁽²⁾	(1.336.504)	(1.199.609)	(1.432.908)	(1.263.289)
Receita líquida	18.889.013	12.865.282	26.012.950	13.437.329

- Os contratos de clientes da Fibria, subsidiária integral incorporada em 01 de abril de 2019, preveem descontos contratuais que foram mantidos e que portanto, impactaram o resultado da Companhia em 2019.
- Em 2018, inclui o montante relativo de 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS"), conforme estabelece a Lei nº 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em "Não Segmentadas" estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel e celulose, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- Celulose:** compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- Papel:** compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.

29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		
	Celulose	Papel	Não segmentado
	Total		
Receita líquida	21.027.686	4.985.264	26.012.950
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.279	5.314.215
Mercado externo	19.193.750	1.504.985	20.698.735
Ásia	9.605.799	136.882	9.742.681
Europa	5.950.832	221.697	6.172.529
América do Norte	3.592.563	382.628	3.975.191
América do Sul e Central	44.556	710.086	754.642
África		53.692	53.692
Custo dos produtos vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	(20.743.482)
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	5.269.468
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>17,1%</i>	<i>33,7%</i>	<i>20,3%</i>
(Despesas) receitas operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115
Vendas	(1.503.775)	(401.504)	(1.905.279)
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(1.173.358)
Outras, líquidas	209.577	68.062	405.754
Equivalência patrimonial	11.686	20.307	31.993
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	1.498.382	1.002.081	128.115
<i>Margem operacional (%)</i>	<i>7,1%</i>	<i>20,1%</i>	<i>10,1%</i>
Resultado financeiro líquido			(6.725.781)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.498.382	1.002.081	(6.597.666)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			1.282.461
Resultado do exercício	1.498.382	1.002.081	(5.315.205)
<i>Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)</i>	<i>7,1%</i>	<i>20,1%</i>	<i>(10,8)%</i>
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.498.382	1.002.081	(5.317.981)
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores			2.776
Depreciação, exaustão e amortização	7.575.630	516.322	8.091.952

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2018		
	Celulose	Papel	Não segmentado
			Total
Receita líquida	8.783.000	4.654.329	13.437.329
Mercado interno (Brasil)	744.294	3.301.417	4.045.711
Mercado externo	8.038.706	1.352.912	9.391.618
Ásia	3.837.998	101.695	3.939.693
Europa	2.810.899	225.111	3.036.010
América do Norte	1.340.907	210.715	1.551.622
América do Sul e Central	48.902	774.730	823.632
África		40.661	40.661
Custo dos produtos vendidos	(3.965.733)	(2.952.603)	(6.918.336)
Lucro Bruto	4.817.267	1.701.726	6.518.993
<i>Margem bruta (%)</i>	54,8%	36,6%	48,5%
(Despesas) receitas operacionais	(626.887)	(886.347)	(1.513.234)
Vendas	(212.869)	(385.857)	(598.726)
Gerais e administrativas	(275.859)	(549.350)	(825.209)
Outras, líquidas	(138.159)	41.284	(96.875)
Equivalência patrimonial		7.576	7.576
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	4.190.380	815.379	5.005.759
<i>Margem operacional (%)</i>	47,7%	17,5%	37,3%
Resultado financeiro líquido			(4.842.513)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.190.380	815.379	(4.842.513)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			155.214
Resultado do exercício	4.190.380	815.379	(4.687.299)
<i>Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)</i>	47,7%	17,5%	2,4%
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	4.190.380	815.379	(4.687.420)
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores			121
Depreciação, exaustão e amortização	1.105.381	457.842	1.563.223

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

29.3. Vendas líquidas por produto

A tabela abaixo mostra a abertura das vendas líquidas consolidadas por produto:

Produtos	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Celulose de mercado ⁽¹⁾	21.027.686	8.783.000
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	4.100.502	3.829.766
Papel cartão	823.360	763.550
Outros	61.402	61.013
Total das vendas líquidas	26.012.950	13.437.329

- 1) A receita da celulose *fluff* representa cerca de 1% do total de vendas líquidas e, portanto, foi incluída nas vendas de celulose de mercado.
- 2) O *tissue* é um produto recentemente lançado e suas receitas representaram menos de 2% do total de vendas líquidas, assim, foi incluído em papel de impressão e escrita.

29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas foram alocados aos segmentos divulgáveis, os quais correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Celulose	7.942.486	45.752
Bens de consumo	119.332	112.582
	8.061.818	158.334

30. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾				
Gastos com pessoal	(1.088.347)	(619.421)	(1.374.331)	(649.741)
Custo variável	(6.847.939)	(3.172.355)	(10.067.716)	(3.197.895)
Custos logísticos	(1.337.164)	(324.074)	(2.776.021)	(1.044.899)
Depreciação, exaustão e amortização	(3.542.531)	(1.492.145)	(4.290.308)	(1.523.935)
Amortização da mais/menos valia - Combinação de negócios com a Fibria e Facepa	(733.768)		(2.844.741)	
Outros	1.040.257	(553.654)	609.635	(501.866)
	(12.509.492)	(6.161.649)	(20.743.482)	(6.918.336)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(115.139)	(92.026)	(215.640)	(145.844)
Serviços	(71.762)	(67.771)	(85.161)	(78.227)
Despesas com logística	(798.812)	(827.169)	(618.089)	(297.129)
Depreciação e amortização	(67.394)	(3.673)	(84.018)	(4.471)
Amortização da mais/menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	(615.485)		(820.730)	
Outros ⁽²⁾	(87.720)	(82.167)	(81.641)	(73.055)
	(1.756.312)	(1.072.806)	(1.905.279)	(598.726)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(463.929)	(427.431)	(642.543)	(469.661)
Serviços	(246.398)	(207.743)	(323.841)	(235.544)
Depreciação e amortização	(42.632)	(32.075)	(52.830)	(34.817)
Amortização da mais/menos valia da combinação de negócios com a Fibria	27.574		26.609	
Outros ⁽³⁾	(138.939)	(71.455)	(180.753)	(85.187)
	(864.324)	(738.704)	(1.173.358)	(825.209)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	(20.386)		5.805	
Resultado na venda de outros produtos, líquido ⁽⁴⁾	(1.719)	(107)	15.229	8.785
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e biológico, líquido	(54.321)	(12.867)	(63.454)	(13.580)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	177.368	(129.187)	185.399	(129.187)
Amortização do ativo intangível			(8.193)	(9.947)
Ressarcimento de seguros	7.917		7.917	
Provisão para perda de depósitos judiciais			(3.284)	
Amortização de mais valia da combinação de negócios com a Fibria, Facepa e Ibema	(2.329.003)		(12.143)	
Acordos judiciais e indenizações contratuais ⁽⁵⁾	87.000	51.846	87.000	51.846
Créditos tributários – ganho em ação tributária (ICMS na base do PIS/COFINS) ⁽⁶⁾	128.115	152	128.115	335
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.077	2.368	63.363	(5.127)
	(1.984.952)	(87.795)	405.754	(96.875)

- 1) Inclui o montante de R\$615.394 na controladora e no consolidado, relativo a gastos com capacidade ociosa e parada de manutenção.
- 2) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, despesas com viagens, hospedagem, participação em feiras e eventos.
- 3) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e hospedagem.
- 4) Inclui exaustão da venda de madeira no valor de R\$5.598 na controladora e no consolidado (R\$9.869 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- 5) Refere-se a recebimento de créditos de empréstimos compulsórios discutidos em ações judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobrás").
- 6) Para maiores informações vide nota 9.

31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de R\$8.822.000. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000.000, correspondentes a R\$80.614.000 em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional e internacional com vigência até maio de 2020, com renovação prevista para um período de 12 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos nossos auditores independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Rubens Barletta
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Eraldo Soares Peçanha
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (“CAE”)

Sobre o Comitê

O CAE da Suzano S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

O CAE é composto por 4 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. Todos os membros são independentes, sendo que 2 (dois) deles integram também o Conselho de Administração da Suzano S.A. Dentre os membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa, atua como coordenadora e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano S.A. (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários (“CVM”). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (“ITRs”) arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2020, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela contratação e aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário

O CAE reuniu-se 4 (quatro) vezes no período de abril de 2019 a fevereiro de 2020. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

-
- (i) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance;
 - (ii) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
 - (iii) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
 - (iv) análise do processo de certificação dos Controles Internos (*Sarbanes-Oxley* SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
 - (v) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia. No exercício de 2019, a matriz de riscos foi consolidada e será revisada em bases periódicas;
 - (vi) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
 - (vii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Suzano, do Relatório da Administração e dos *Releases* de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - (viii) acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
 - (ix) reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados;
 - (x) atenção às transações com partes relacionadas, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações; e

-
- (xi) acompanhamento dos projetos de integração de sistemas para unificação do SAP que ocorreu no exercício de 2019.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

- (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Walter Schalka
Diretor Presidente

Marcelo Feriozzi Bacci
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Aires Galhardo
Diretor Executivo de Operação Celulose

Alexandre Chueri Neto
Diretor Executivo Florestal

Carlos Aníbal de Almeida Jr.
Diretor Executivo de Comercial Celulose

Christian Orglmeister
Diretor Executivo de Gente e Gestão

Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento

Leonardo Grimaldi
Diretor Executivo de Papel

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2019 foi um dos períodos mais intensos da história da Suzano. Marcado pelo amplo processo de integração entre Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose, com a conclusão da transação de combinação de ativos em 14 de janeiro de 2019, resultou na criação da Suzano S.A., companhia que nasceu como a maior produtora de celulose de mercado do mundo. O ano também foi marcado pelo difícil cenário no mercado de celulose, pelo bom desempenho do negócio de papel e pelo avanço com sucesso do negócio de bens de consumo.

No que se refere ao foco interno da Suzano pós-fusão, a diretoria concentrou-se, sobretudo, na criação e disseminação dos direcionadores da nova cultura da Companhia, na captura de sinergias conforme divulgada em Fato Relevante de 26 de março de 2019, na integração de processos e sistemas, e na definição da nova visão estratégica de longo prazo.

Quando observamos a dinâmica externa, a Companhia operou em um cenário adverso no mercado de celulose devido à queda brusca no preço da celulose, agravado por eventos macroeconômicos como a guerra comercial entre China e Estados Unidos, e o enfraquecimento da economia europeia. Tal conjuntura impactou diretamente o negócio de celulose da Suzano em 2019 e demandou mudança de sua estratégia comercial no decorrer do ano. A administração de seus estoques, inclusive com redução significativa do volume de produção ocasionou uma gestão desafiadora de logística, suprimento da madeira e operação de algumas de suas fábricas. Como consequência, as demonstrações financeiras de 2019 da Companhia foram negativamente impactadas. Ainda assim, a Suzano entregou resultados importantes no ano, evidenciados, por exemplo, por sua capacidade de reduzir significativamente seus estoques de celulose no segundo semestre, pela redução do custo caixa, fruto das sinergias capturadas, apesar do impacto negativo derivado da redução de produção, e pelo recorde de Ebitda Ajustado da Unidade de Negócio Papel.

Para se adequar ao cenário turbulento de mercado, em função do seu comprometimento com a disciplina financeira, a Companhia implementou, ao longo do ano, uma série de medidas para aumentar ainda mais a robustez de seu fluxo de caixa, por meio de operações de *liability management* e de fortalecimento de sua posição de liquidez. Além disso, em cumprimento à sua política de endividamento, a Suzano anunciou no segundo semestre um plano de redução da alavancagem financeira com o objetivo de reenquadrar seu patamar de alavancagem aos parâmetros estabelecidos na política financeira. O plano consiste em quatro iniciativas: (i) estimativa de capex limitada a gastos de manutenção das operações e a compromissos já assumidos; (ii) monetização do estoque excedente de aproximadamente US\$ 500 milhões; (iii) captura de 90% de sinergias em 2020 advindas da combinação de negócios com a Fibria; e (iv) venda de ativos não estratégicos. Como parte da execução do plano anunciado, a Suzano divulgou, em 12 de dezembro de 2019, um contrato com a Klabin S.A., por meio do qual a Companhia vendeu florestas de eucalipto em pé, no montante aproximado de R\$ 400 milhões. Adicionalmente a essas medidas a Administração da Companhia não prevê o pagamento de dividendos em 2020.

Diante desse contexto adverso, a captura de sinergias decorrentes da transação com a Fibria tornou-se ainda mais relevante para o desempenho econômico da Companhia e ampliação de

sua competitividade, elevando seu grau de prioridade de implementação em todas as áreas operacionais envolvidas. Tendo como base o montante anual normalizado a partir de 2021 de sinergias operacionais entre R\$ 800 milhões e R\$ 900 milhões, conforme anunciado ao mercado, a meta prevista de 40% desse montante para 2019 foi superada em função da aceleração do processo de captura e pela identificação de sinergias adicionais. Com isso, a Companhia decidiu revisar o total das sinergias operacionais a serem capturadas em função da combinação de ativos com a Fibria passando a adotar como nova estimativa o montante anual entre R\$ 1.100 milhão e R\$ 1.200 milhão.

Adicionalmente, também fruto da fusão com a Fibria, a Suzano desenvolveu e implementou ao longo de 2019 um grande e importante projeto de integração de sistemas operacionais, que possibilitou à Companhia iniciar o ano de 2020 já com seus processos internos unificados, resultando em maior eficiência operacional.

Apesar das turbulências enfrentadas, a Suzano, com a contribuição de cerca de 35 mil colaboradores diretos e indiretos, soube buscar soluções e transformar as dificuldades em oportunidades, sempre norteadas pelos novos direcionadores de sua cultura organizacional: *gente que inspira e transforma, gerar e compartilhar valor e só é bom para a Suzano se for bom para o mundo*. O fruto deste trabalho, em um ano tão desafiador, foi reconhecido externamente pela conquista de prêmios como *Great Place to Work*, *Melhores Empresas para trabalhar*, *Melhores Empresas para começar a carreira*, ambas da revista *Você S/A*, e *Glassdoor* - plataforma na qual os próprios colaboradores dão nota para a empresa em diversos aspectos e de maneira proativa.

A Suzano assume o seu papel de ser agente de transformação da sociedade e por ser uma empresa de base florestal e possuir um portfólio de produtos de base renovável, a partir da árvore plantada, ambiciona fazer parte cada vez mais das soluções para os desafios globais que a sociedade e o planeta enfrentam nesse início do século XXI. Com esta perspectiva, a Suzano quer ser protagonista do desenvolvimento sustentável e está comprometida em desenvolver alternativas para substituir a utilização do plástico e ampliar sua contribuição positiva na captura de carbono. Aliamos inovação à sustentabilidade na busca de soluções, portanto, *inovabilidade* é o nosso caminho. Seguimos focados em gerar e compartilhar valor no longo prazo.

A Diretoria.

VISÃO GERAL

A Suzano, empresa resultante da fusão entre a Suzano Papel e Celulose e a Fibria Celulose, tem o compromisso de ser referência global no uso sustentável de recursos naturais. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta para mais de 80 países e, a partir de seus produtos, está presente na vida de mais de 2 bilhões de pessoas. Com operações de dez fábricas, além da *joint operation* Veracel, possui capacidade instalada de 10,9 milhões de toneladas de celulose de mercado e 1,4 milhão de toneladas de papéis por ano.

A Companhia tem mais de 35 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

A Suzano inova e cria valor de forma sustentável por meio do contínuo investimento em Pesquisa & Desenvolvimento em seus plantios e fábricas, sendo um importante vetor da competitividade estrutural da Companhia.

Em 2019, ano da integração de processos e sistemas bem como da captura de sinergias em função da fusão com a Fibria, decorreram da pesquisa florestal as recomendações para sinergia da madeira entre os *sites* produtivos para maximizar os resultados na produção de celulose e mitigar riscos envolvidos nessas operações. Além disso, houve no ano a unificação da base de conhecimentos que proporcionou também, além de outros benefícios, automação do processo de recomendação de manejo, projeto de sinergia de clones entre as unidades florestais e ampliação do programa de extensão e educação continuada para as áreas operacionais.

A pesquisa voltada à inovação industrial teve também a fusão como protagonista, o que possibilitou resultados como padronização da especificação de produtos, estabelecimento da estratégia de desenvolvimento de produtos de celulose para atender demandas do mercado de papel, dentre outros avanços. Para a Unidade de Negócios de Papel, houve evolução na iniciativa de desenvolver produtos substitutos para o plástico como canudos, o Loop, e copos, Bluecup e Bluecup Bio.

Em Biorrefinaria, trabalhamos no comissionamento da planta de produção de lignina, pioneira no mundo na produção em escala industrial e com biocompósitos de celulose e de lignina, que misturam nossos produtos de base renovável com resinas plásticas para reduzir o uso de produtos de origem fóssil na produção de plásticos duráveis. Na pesquisa em nanocelulose, a parceria com a *start up* finlandesa Spinnova resultou na transformação da nanocelulose Suzano em filamento têxtil.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

O ano de 2019 foi marcado por um cenário desafiador para o mercado global de celulose. O desequilíbrio entre os fundamentos de mercado durante o primeiro semestre, decorrente, do lado da oferta, da operação da indústria, próxima a sua plena capacidade, e da baixa ocorrência de paradas não programadas verificadas em anos anteriores, e, do lado da demanda, da pressão gerada por incertezas macroeconômicas e geopolíticas no âmbito global; bem como da redução

de estoques de produtores de papel iniciada ao final de 2018 que se estendeu durante o início de 2019 no mercado chinês.

A combinação desses fatores ocasionou uma correção nos preços das fibras longa e curta durante o ano. Entretanto, a retomada da produção de papéis gráficos, sobretudo na China, e a manutenção do crescimento global da produção de papeis para fins sanitários, em contrapartida a uma maior concentração de paradas de manutenção de fábricas de celulose no quarto trimestre, favoreceram um movimento de aumento do volume de vendas no segundo semestre do ano e por consequência uma significativa redução de estoques pelos produtores de celulose, contribuindo para estabilidade de preços nos últimos meses de 2019.

Os volumes da Suzano em 2019 totalizaram 8,8 milhões de toneladas de produção (-15% vs. 2018) e 9,4 milhões de toneladas de vendas (-6,0% vs. 2018). O menor volume de vendas ao longo do ano foi resultado do desequilíbrio dos fundamentos de mercado como comentado acima.

A receita líquida obtida com as vendas de celulose totalizou R\$ 21.028 milhões em 2019, (-22% vs. 2018), em função principalmente da correção do preço internacional da celulose. A participação da receita de celulose proveniente de exportação foi de 91% e do mercado interno de 9%. Quanto à distribuição por uso final, 58% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 20% para papéis de imprimir & escrever, 16% para papéis especiais e 6% para embalagens.

O preço líquido médio de venda de celulose foi de US\$ 566/ton em 2019 (-23% vs. 2018), enquanto em BRL, o preço líquido médio ficou em R\$ 2.234/ton (-17% vs. 2018), apresentando uma queda ligeiramente menor do que a dos preços em USD devido a depreciação da moeda brasileira ao longo do ano. O custo caixa de celulose sem parada ficou R\$ 663 por tonelada, representando uma elevação de 7% em relação ao ano anterior, em função principalmente do impacto do menor volume de produção.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL

Dados da Indústria Brasileira de Árvores ("IBÁ") indicam que as vendas da indústria nacional de imprimir e escrever e papelcartão apresentaram retração de 4% na comparação de 2019 com o ano anterior, enquanto as importações reduziram 5% na mesma base comparativa.

A produção de papel da Suzano atingiu 1,2 milhão de toneladas, 2% inferior ao total produzido em 2018. Esta variação deve-se à redução de papel revestido, parcialmente compensado pelo aumento de produção de *tissue* e melhora de produtividade industrial dos demais produtos de papel. As vendas de papel totalizaram 1,3 milhão de toneladas, em linha com o volume vendido em 2018.

Em 2019, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R\$ 4.985 milhões, 7% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno e mercado externo apresentou um aumento de 5% e 11%, respectivamente, sendo 70% proveniente das vendas no mercado interno e 30% do mercado externo. A composição da receita total da Suzano com venda de papel em 2019 foi de 84% na América Latina (incluindo Brasil), 8% na América do Norte, e 8% nas demais regiões.

O preço líquido médio de papel em 2019 foi de R\$ 3.968/ton, 7% superior ao preço em 2018, sendo no mercado interno, o preço líquido médio de papel foi de R\$ 4.078/ton, 8% superior ao preço em 2018 e no mercado externo, o preço médio foi de US\$ 946/ton, 4% inferior a 2018. Em reais, o preço médio registrado no mercado externo foi de R\$ 3.734/ton, 4% superior ao preço de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$) da Suzano S.A. – empresa resultante da fusão entre Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose. Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2019 foi de R\$ 26.013 milhões, 18% inferior à receita líquida registrada em 2018, de R\$ 31.702 milhões, resultado da queda no preço médio líquido da celulose em USD de 23% e da redução de 6% no volume vendido de celulose. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela valorização do USD médio vs. o BRL.

Custo dos Produtos Vendidos ex-PPA (“CPV”)

Em decorrência da combinação de ativos com a Fibria, a Suzano realizou uma análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (Purchase Price Allocation – PPA). Para fins de análise operacional do CPV e Despesas com Vendas e Administrativas a seguir, excluímos o efeito de amortização do PPA.

Excluindo o efeito do PPA, o custo dos produtos vendidos em 2019 totalizou R\$ 17.899 milhões, 6% superior ao registrado em 2018, de R\$ 16.823 milhões, principalmente em função do maior custo caixa de produção com parada (+8%), parcialmente compensado pelo menor volume de vendas (-5%) e pelo efeito de R\$ 343 milhões de alocação contábil principalmente de despesas comerciais para CPV. Os principais fatores para o maior custo caixa de produção foram custo da madeira (maior participação de terceiros e maior raio médio) e custo fixo (redução de produção). O CPV caixa ex-PPA unitário em 2019 foi de R\$1.276/ton vs R\$1.120/ton em 2018.

Lucro Bruto

A redução do lucro bruto de R\$ 14.879 milhões em 2018 para R\$ 5.269 milhões em 2019 é explicada pelo resultado operacional acima exposto, além do efeito do PPA em 2019 de R\$ 2.845 milhões (ausente em 2018).

Despesas com Vendas e Administrativas ex-PPA

As despesas com vendas ex-PPA totalizaram R\$ 1.085 milhões em 2019, 23% inferior ao valor registrado em 2018 de R\$ 1.411 milhões. Esta redução deriva, principalmente, do efeito do alinhamento de critério de alocação contábil, com a incorporação de ações da Fibria (principalmente despesas comerciais que a partir do 1T19 passaram a ser contabilizadas no CPV). Na análise por tonelada, sem efeitos de PPA e com a harmonização contábil, e elevação

foi de 35% devido à valorização do USD médio frente ao BRL, menor diluição de custo fixo e estruturação do negócio de Bens de Consumo.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 1.200 milhões em 2019, 1% inferior ao montante registrado em 2018 de R\$ 1.217 milhões.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2019 totalizou R\$ 10.724 milhões, 34% inferior ao valor de R\$ 16.361 milhões em 2018. Esta redução é explicada principalmente: (i) pelo menor preço líquido da celulose em USD (-23%), (ii) pela redução do volume vendido de celulose (-6%); e (iii) maior custo caixa de produção. Estes fatores foram parcialmente compensados pela redução no SG&A ex-PPA.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 6.726 milhões em 2019, comparado ao resultado negativo de R\$ 7.748 milhões em 2018. Esse resultado reflete, principalmente, a redução nas despesas com variações monetárias e cambiais e resultado com derivativos.

As variações monetárias e cambiais impactaram o resultado de 2019 negativamente em R\$ 1.965 milhões, enquanto em 2018 o impacto negativo foi de R\$ 2.812 milhões. O resultado de operações com derivativos, por sua vez, foi negativo em R\$ 1.075 milhões em 2019 vs o resultado negativo de R\$ 2.822 milhões em 2018.

A despesa financeira líquida em 2019 foi de R\$ 3.686 milhões, 74% superior à despesa registrada em 2018. Esse incremento reflete os financiamentos realizados para a combinação de ativos com a Fibria e a valorização do USD médio vs o BRL.

Resultado Líquido

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 2.815 milhões em 2019, em comparação ao lucro líquido de R\$ 3.378 milhões do ano anterior.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta era de R\$ 63.684 milhões, sendo 90% dos vencimentos no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representou 71% da dívida total da Companhia e em moeda nacional era de 29%. O percentual da dívida bruta em moeda estrangeira, considerando o efeito do hedge de dívida, era de 93%. O aumento da dívida bruta ocorreu em função das captações realizadas para a combinação de ativos com a Fibria e da variação cambial do período.

A Suzano contrata dívida em moeda estrangeira como *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada em moeda estrangeira. Essa exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportações em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 2019, o custo médio total da dívida em dólar era de 4,8% a.a. (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado). O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do exercício era de 84 meses.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 9.579 milhões, dos quais 73% estavam aplicados em moeda local, em títulos públicos e de renda fixa e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior.

A empresa possui 2 linhas de crédito rotativo (*stand by credit facilities*) no valor total de R\$ 3.015 milhões com prazo de disponibilidade até 2024, sendo 1 linha em moeda nacional no valor de R\$ 1 bilhão e uma linha em moeda estrangeira no valor de US\$ 500 milhões. Estes recursos, apesar de não utilizados, contribuem para melhorar as condições de liquidez da empresa. Desta forma, o atual caixa de R\$ 9.579 milhões e essas linhas de R\$ 3.015 milhões totalizam uma posição de liquidez imediata de R\$ 12.594 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida era de R\$ 54.105 milhões (US\$ 13.423 milhões) vs. R\$ 24.635 milhões (US\$ 6.257 milhões) em 31 de dezembro de 2018. O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 5,0x em 31 de dezembro de 2019 (vs. 1,5x no 4T18). Em dólar, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 4,9x em 31 de dezembro de 2019 (vs. 1,4x no 4T18).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R\$ 7.063 milhões em 2019, redução de 44% quando comparada ao ano de 2018 (R\$ 12.709 milhões).

(R\$ milhões)	2019	2018
EBITDA Ajustado ¹	10.724	16.361
Capex de Manutenção ²	3.661	3.652
Geração de Caixa Operacional	7.063	12.709

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo CGO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção. Em razão da Companhia ter apurado um prejuízo líquido no ano de 2019, no valor de R\$ 2.815 milhões, não há constituição de dividendo mínimo a ser distribuído em 2020.

RATING

Ao longo de 2019, a Suzano manteve o *rating* Grau de Investimento (*BBB-*) na escala global pela *Standard and Poor's* e pela *Fitch Ratings*, tendo sua perspectiva alterada de Estável para Negativa em função do cenário adverso do mercado de celulose que resultou na perspectiva de desaceleração do ritmo de desalavancagem da Companhia.

A *Moody's* atribui à Suzano 'Ba1' na escala global, com perspectiva estável, dada a principalmente à limitação ao *rating* soberano brasileiro.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 5.779 milhões no acumulado do ano, sendo R\$ 3.661 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R\$ 1.462 milhões, referentes, principalmente à projetos voltados para busca de novas áreas mais eficientes para aumentar a competitividade da madeira e bem como para viabilizar a opcionalidade de crescimento orgânico da Companhia. No investimento em Portos, os gastos (R\$ 369 milhões) corresponderam sobretudo à execução do projeto Vértere, que consiste na construção de um terminal portuário localizado na margem direita do Porto de Santos que irá permitir maior eficiência operacional pela Suzano.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R\$ 39,93/ação (SUZB3) e US\$ 9,84/ação (SUZ).

SUSTENTABILIDADE

A Suzano tem consciência do tamanho da sua responsabilidade a partir da liderança que exerce no mercado em que atua. A essência do nosso negócio é desenvolver produtos renováveis de origem de árvores cultivadas e buscar ampliar a contribuição gerando valor compartilhado com foco na inovação, na excelência operacional e no diálogo com as partes interessadas. A Companhia publica o Relatório de Sustentabilidade anualmente, seguindo as diretrizes da GRI, o qual se encontra arquivado na CVM via IPE, dentro da categoria “Relatório de Sustentabilidade” e no site de Relações com Investidores dentro da seção “Sustentabilidade”.

Não é à toa que a sustentabilidade está presente na estratégia global da Suzano, integrada aos processos de governança e gestão, sustentando o modelo de negócio e permeando todos os direcionadores de cultura.

A Suzano busca ser protagonista e mobilizadora no desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios da sociedade por meio do negócio.

Em 2019 a Companhia preservou 886 mil hectares de matas nativas localizadas em 7 estados e 3 biomas (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica) nas áreas de manejo florestal da Companhia. Dentro do Programa de Restauração Ambiental, a Companhia iniciou o processo de recuperação de 2.837 hectares localizados nos estados da BA, ES, SP, MS e MA. O projeto “Nascentes do Mucuri”, iniciado em 2017 na BA, teve em 2019 seu terceiro ano de operações e alcançou o número de 365 nascentes em restauração, mais de 50 mil mudas plantadas, 10 mil pessoas mobilizadas, 1.356 propriedades rurais engajadas e 2.634 horas dedicadas à educação socioambiental nas comunidades envolvidas.

A Suzano busca assegurar a construção social do negócio por meio do fortalecimento, no longo prazo, da relação com as comunidades e da integração de seus interesses na condução e gestão do negócio. Atualmente, iniciativas voltadas para a geração de renda, como as de agricultura familiar, apicultura e artesanato, impactam mais de 35 mil pessoas e levam ao aumento da renda média das famílias beneficiadas e à promoção do desenvolvimento local. Outros projetos e iniciativas de engajamento relacionadas à educação, comunidades pesqueiras e turismo impactaram mais de 76 mil pessoas nas regiões de atuação da Companhia.

Governança de Sustentabilidade

Seguindo o comprometimento com a evolução contínua das práticas de governança, foi criado um Comitê de Sustentabilidade, órgão que assessora o Conselho de Administração. Em 2019, as deliberações deste Comitê foram essenciais na evolução dos compromissos institucionais e na construção das metas de longo prazo.

Estratégia de Sustentabilidade

A Companhia deseja ser um agente transformador, mas não conseguirá abraçar os desafios locais e globais sozinha. Orientada pelo desejo de ampliar o horizonte, considerando os impactos socioambientais e a multiplicidade de visões, a Suzano realizou em 2019 um amplo processo de investigação e diálogo, que resultou na Estratégia de Sustentabilidade. No total, a Companhia dialogou com mais de 90 organizações no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, se reuniu com mais de 700 funcionários e ouviu a percepção de mais de 200 pessoas por meio de uma pesquisa online.

Essa Estratégia tem como premissas ser:

- Integrada ao negócio: Sustentabilidade como critério integral das práticas de gestão do negócio e das tomadas de decisão;
- Impulsionada pela inovabilidade: Promoção da conexão entre a sustentabilidade e a inovação como agentes de transformação para o negócio e para a sociedade;
- Sistêmica: Adoção de uma abordagem sistêmica e colaborativa, conectando a agenda local e global;
- Transparente e promotora do diálogo: Transparência das ações e acolhimento da diversidade de visões e fortalecimento de parcerias por meio do diálogo;
- Geradora de valor compartilhado: Maximização da capacidade de geração e compartilhamento de valor, considerando todas as partes interessadas;
- De dentro para fora: Engajamento dos colaboradores para participação ativa como agentes e embaixadores da transformação.

Este processo de diálogo e escuta ativa resultou no levantamento de diversos temas materiais desde mudanças climáticas à diversidade e inclusão. Foram criados grupos de trabalhos multidisciplinares para investigar cada um dos temas priorizados e vislumbrar aonde a Companhia poderia estar em 2030 levando em consideração o impacto no negócio e na sociedade. Este exercício resultou na construção de compromissos institucionais e metas de longo prazo. Estes passaram por aprovação dos líderes dos Grupos de Trabalho, da Diretoria Executiva, Comitê de Sustentabilidade e Conselho de Administração.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts (ADRs)* Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório, a Suzano está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo os princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara e transparente para o processo decisório e para a proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.

Em sua missão, o Conselho de Administração conta com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria e, ainda, outros diversos comitês não estatutários de assessoramento constituídos e/ou reconfigurados em 2019 como, por exemplo, os Comitês de Sustentabilidade e de Gestão e Finanças. Além dessas contribuições, dispõe o Conselho de Administração de ferramentas diversas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o próprio Estatuto Social da Companhia, o Código de Conduta e as diversas políticas adotadas pela Companhia, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e a Política de Endividamento.

Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante seus *stakeholders* e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange à Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas. Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles existentes *versus* os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment (CSA)*, uma solução integrada que auxilia a documentar, trimestralmente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações-chaves ao negócio, corroborando com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devida segregação de função e evitando o conflito de interesses. Com a fusão, a Companhia

intensificou a revisão dos seus processos e controles, reforçou os treinamentos presenciais e *e-learning*s com foco na Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx), Anticorrupção e Prevenção à Perdas e Fraude.

Em 2019, a Companhia implementou a ferramenta SAP GRC *Process Control* para trazer maior segurança aos registros referentes às auto avaliações do ambiente de controles, que inclui a validação formal do CFO e CEO. Adicionalmente, os controles são revisados pela área de Controles Internos, testados por auditores internos e externos, e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal.

No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.

Em atendimento à Seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*, a eficácia dos controles relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). De acordo com esta avaliação, o desenho dos controles encontra-se adequado e não foram identificadas deficiências ou observações que comprometam a certificação da Companhia até o momento. Além da avaliação mencionada anteriormente, a Suzano recorre a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação dos seus resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal e à prestadora de serviços de auditoria independente contratada, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

PESSOAS

O ano de 2019 foi marcado pelo forte trabalho de construção e vivência da Cultura da Suzano após a fusão, tendo como base os nossos três direcionadores: Quem somos: Gente que inspira e transforma; O que fazemos: Geramos e Compartilhamos Valor; e Como fazemos: Só é bom para nós se for bom para o mundo. A Companhia viveu um intenso movimento de apropriação, capacitação e tomada de decisão pautada nesses direcionadores, incluindo a revisão dos seus processos de Gente para facilitar o desenvolvimento da organização.

Revisou-se o processo de Gestão de Desenvolvimento, que contempla avaliação de performance, identificação e desenvolvimento de potenciais. Unificou-se a plataforma de treinamentos virtuais e autodesenvolvimento, políticas de remuneração e benefícios, entre outros. Criou-se um programa robusto de desenvolvimento de potenciais, chamado Elos, com o objetivo de formação e aceleração do nosso *pipeline* de sucessão.

Em Gente que Inspira e Transforma, a afirmação “Cultivar a diversidade nos fortalece” tem ganhado robustez com o grande movimento de diversidade, liderado pelo grupo Plural. O Plural é um movimento orgânico criado por um grupo de colaboradores, que foi institucionalizado em 2019. Conta com a participação e liderança de colaboradores de diversas áreas da Companhia, tendo como *sponsors* alguns dos nossos Diretores e Diretores Executivos. Por meio do trabalho do Plural, criou-se uma Política de Diversidade, fez-se um censo para entendimento do nosso

cenário atual e criou-se metas de curto e longo prazo, afirmando o compromisso da Suzano com o tema.

Em 2019 iniciou-se também o movimento de estruturação de *People Analytics*, que contribuirá com a construção de programas e soluções de Gente focados no perfil do colaborador com o objetivo de atuar de maneira antecipada nos focos de atenção. Por fim, a partir da estratégia da Companhia, estruturou-se a estratégia de Pessoas que sustentará a evolução dos negócios da Suzano.

Recorde de vendas, forte redução dos estoques e queda no custo caixa de produção

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020. Suzano S.A. (B3: SUZB3 | NYSE: SUZ), uma das maiores produtoras de celulose e integradas de papel do mundo, anuncia hoje os resultados consolidados do 4º trimestre de 2019 (4T19). Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada, quando aplicável, de Suzano + Fibria.

DESTAQUES

- Redução de aproximadamente 650 mil ton nos estoques de celulose.
- Vendas de celulose de 2.920 mil ton, aumento de 15% vs. o 3T19.
- Vendas de papel de 369 mil ton, aumento de 18 % vs. o 3T19.
- EBITDA Ajustado¹ e Geração de caixa operacional²: R\$ 2,5 bilhões e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente.
- EBITDA Ajustado¹/ton⁴ de celulose em R\$ 741/ton (-14% vs. o 3T19).
- EBITDA Ajustado¹/ton⁵ de papel em R\$ 1.150/ton (-6% vs. o 3T19).
- Preço médio líquido de celulose – mercado externo: US\$ 471/t (-11% vs. o 3T19).
- Preço médio líquido de papel⁵ de R\$ 3.844/ton (-4% vs. o 3T19).
- Custo caixa de celulose sem paradas de R\$ 631/ton, queda de 3% vs. o 3T19.
- Captura em 2019 atingiu R\$ 763 milhões, já excluindo os custos de implementação. Considerando a redução de produção a captura totalizou R\$ 311 milhões.
- Estimativa das sinergias operacionais atualizada para R\$ 1,1 bi a R\$ 1,2 bi.

Dados Financeiros Consolidados (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Receita Líquida	7.049	7.242	-3%	6.600	7%	26.013	31.702	-18%
EBITDA Ajustado ¹	2.465	3.550	-31%	2.396	3%	10.724	16.361	-34%
Margem EBITDA Ajustado ¹	35%	49%	-14 p.p.	36%	-1 p.p.	41%	52%	-10 p.p.
Margem EBITDA Ajustado ¹ ex-Klabin ⁴	37%	52%	-15 p.p.	39%	-2 p.p.	43%	55%	-12 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	1.625	1.679	-3%	(6.493)	-	(6.726)	(7.748)	-13%
Resultado Líquido	1.175	2.987	-61%	(3.460)	-	(2.815)	3.378	-
Geração de Caixa Operacional ²	1.540	2.465	-38%	1.515	2%	7.063	12.709	-44%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ¹ (x) (R\$)	5,0 x	1,5 x	3,5 x	4,7 x	0,3 x	5,0 x	1,5 x	3,5 x
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ¹ (x) (US\$)	4,9 x	1,4 x	3,5 x	4,3 x	0,6 x	4,9 x	1,4 x	3,5 x

Dados Operacionais (mil ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Vendas	3.288	2.435	35%	2.862	15%	10.668	11.266	-5%
Celulose	2.920	2.085	40%	2.549	15%	9.412	10.012	-6%
Papel ⁵	369	350	5%	313	18%	1.256	1.254	0%
Produção	2.587	2.918	-11%	2.406	7%	9.997	11.524	-13%
Celulose	2.267	2.581	-12%	2.095	8%	8.757	10.259	-15%
Papel ⁵	319	337	-5%	311	3%	1.240	1.265	-2%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA. | ² Considera o EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (regime caixa).

| ³ Considera EBITDA ajustado menos capex manutenção (regime competência), menos capital de giro, menos juros líquidos, menos IR/CS | ⁴ Desconsidera volume de vendas de Klabin | ⁵ Considera os resultados da Unidade de Bens de Consumo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2019 iniciou-se com um marco na história da Suzano com a conclusão da transação de combinação de ativos com a Fibria. Ao longo do ano, nos dedicamos a implementar os pilares que embasam o sucesso de uma empresa pós-fusão, que se refletem em capturar as sinergias estimadas, unificar a cultura organizacional e integrar processos e sistemas. Em meio a um período bastante desafiador do mercado de celulose, conseguimos encerrar 2019 não apenas como uma nova empresa, mas também já com uma única cultura e um único processo representado em um único sistema operacional.

A jornada pós-fusão foi cumprida com sucesso e superada. No que se refere às sinergias, a curva de captura foi acelerada motivada pela conjuntura do mercado de celulose e o montante potencial, a ser anualmente atingido em steady state, foi aumentado de R\$ 800 a 900 milhões para R\$ 1,1 a 1,2 bilhão. Em paralelo, focamos em não simplesmente integrar culturas organizacionais distintas, mas sim em evoluir para uma nova cultura, com base na percepção coletiva do nosso capital humano. E assim foi desenvolvido um amplo trabalho que visou refletir quem somos, o que fazemos e como fazemos, culminando nos respectivos direcionadores: “gente que inspira e transforma”, “gerar e compartilhar valor” e “só é bom para nós se for bom para o mundo”. Ao final do ano, a nova cultura já se mostrava sólida ao atingir 91% de aderência. No campo operacional, foi implementado ao longo de 2019 um grande e importante projeto de integração de sistemas operacionais, que nos possibilitou encerrar o ano já com nossos processos internos unificados com grande sucesso no go-live, resultando em maior eficiência operacional de 2020 em diante e um ambiente ainda mais seguro rumo à certificação Sarbanes Oxley.

No âmbito externo, enfrentamos ao longo de 2019 um cenário adverso no mercado de celulose devido à queda brusca no preço da commodity, agravado por eventos macroeconômicos como a guerra comercial entre China e Estados Unidos, e o enfraquecimento da economia europeia. Tal conjuntura impactou diretamente nosso negócio de celulose e nossas demonstrações financeiras. Ainda assim, entregamos resultados importantes no ano, evidenciados, por exemplo, pela capacidade de reduzir significativamente os estoques de celulose no segundo semestre, pela redução do custo caixa ao longo do período apesar do impacto negativo derivado da redução de produção, pelo recorde de Ebitda Ajustado da Unidade de Negócio Papel e pelo aumento de nossa robustez financeira.

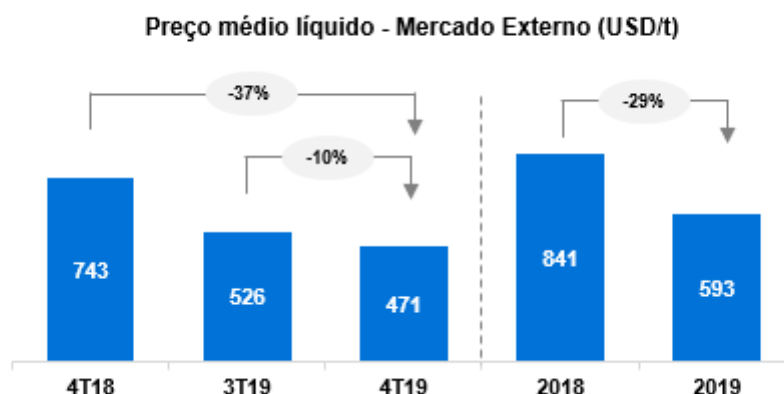
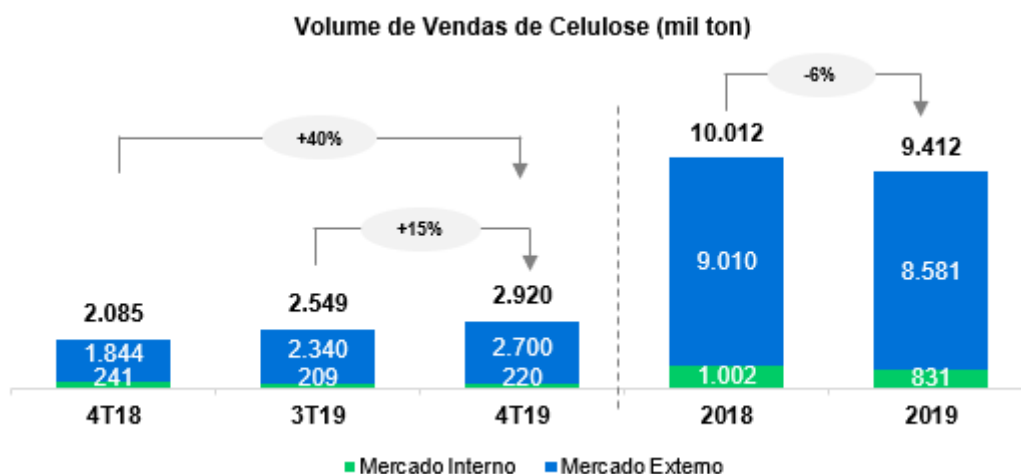
Encerramos 2019 com a Suzano tendo demonstrado forte resiliência frente a um período adverso de mercado, seguindo ainda mais sólida, competitiva e confiante na sua determinação de gerar e compartilhar valor no longo prazo.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE

Após um ano desafiador, o quarto trimestre de 2019 transcorreu dentro de um cenário mais balanceado no mercado de celulose. A evolução da produção de papeis gráficos e embalagens de papel cartão na China somadas à continuidade do crescimento global da produção de Tissue que até outubro de 2019 apresentou crescimento de +3% em relação ao mesmo período do ano anterior proporcionaram um aumento de demanda de celulose também favorecida por um contexto de preços atrativos de celulose para os produtores de papel.

No lado da oferta, embora não tenha sido observado nenhum evento inesperado significativo, as paradas programadas para manutenção acabaram por limitar a oferta ao longo do último trimestre favorecendo o balanço de mercado. A dinâmica favorável de melhoria na demanda por celulose e reduções de produção impulsionaram o movimento re-estocagem na cadeia dos produtores de celulose. Os preços de celulose de fibra curta e fibra longa após sofrerem consecutivas correções apresentaram-se estáveis nas últimas semanas do ano. Por estarem, muito próximo ou até mesmo abaixo do custo caixa dos produtores marginais de celulose, o patamar atual de preço deve continuar exercendo pressão sobre oferta de celulose de alto custo.

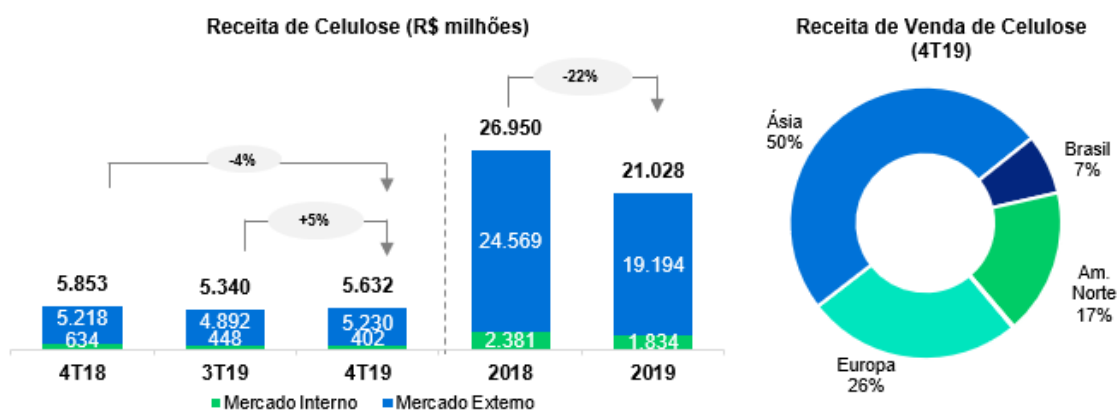


Neste contexto, a Suzano registrou um trimestre com recorde histórico de vendas, comercializando o volume de 2.920 mil toneladas de celulose de mercado, sendo superior em 15% ao 3T19 e 40% superior ao 4T18.

O preço líquido médio em USD da celulose comercializada pela Suzano foi de US\$ 469/ton no 4T19, uma redução de US\$ 59/ton (-11%) e de US\$ 268/ton (-36%) frente ao 3T19 e 4T18, respectivamente. O preço médio líquido no mercado externo no 4T19 ficou em US\$ 471/ton (frente a 526/ton no 3T19 e US\$ 743/ton no 4T18).

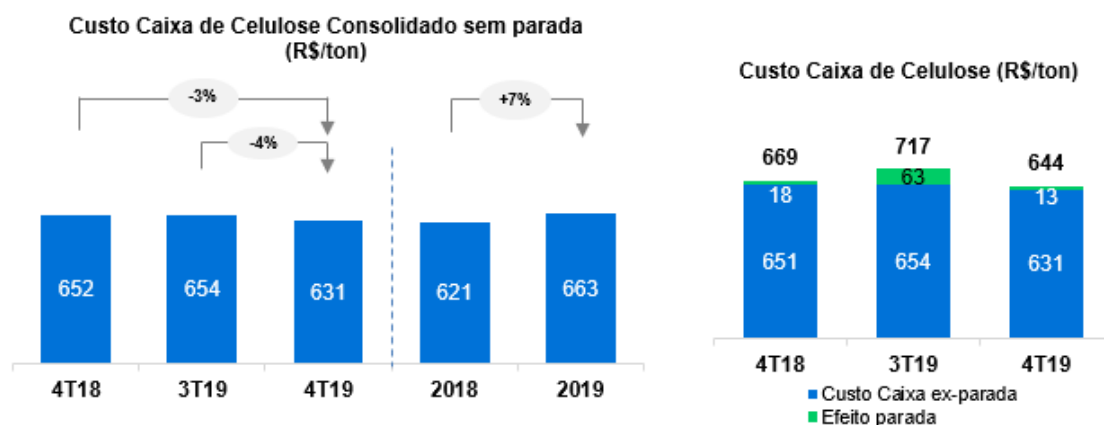
O preço líquido médio em BRL foi de R\$ 1.929/ton no 4T19, uma queda de 8% e de 31% em relação ao preço no 3T19 e 4T18, respectivamente, devido à redução dos preços em dólar. A receita líquida de celulose foi de R\$ 5.632 milhões no 4T19, redução de 4% em relação ao 4T18, em função principalmente do menor preço médio líquido em USD (-36%), parcialmente compensado pelo maior volume de vendas (+40%) e valorização do USD médio frente ao BRL de 4%.

Em relação ao 3T19, os principais fatores para o aumento de 5% na receita foram a elevação no volume de vendas em 15% e valorização do USD médio frente ao BRL de 4%, parcialmente compensado pela redução de 11% no preço médio líquido da celulose em USD.

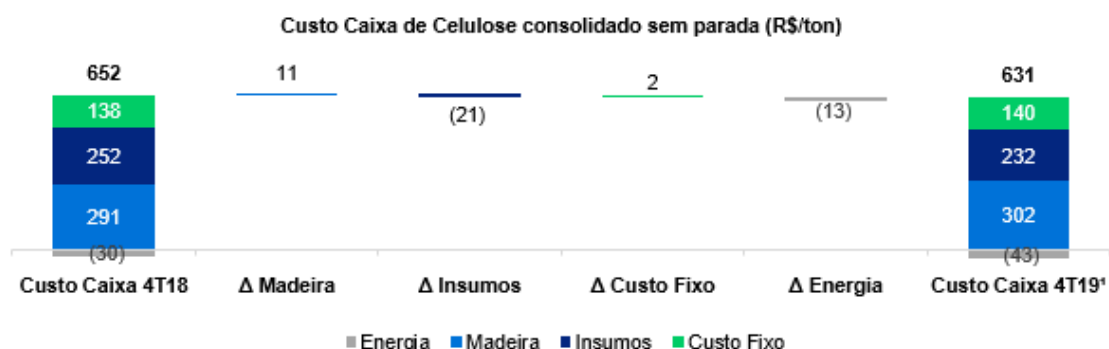


CUSTO CAIXA DE CELULOSE

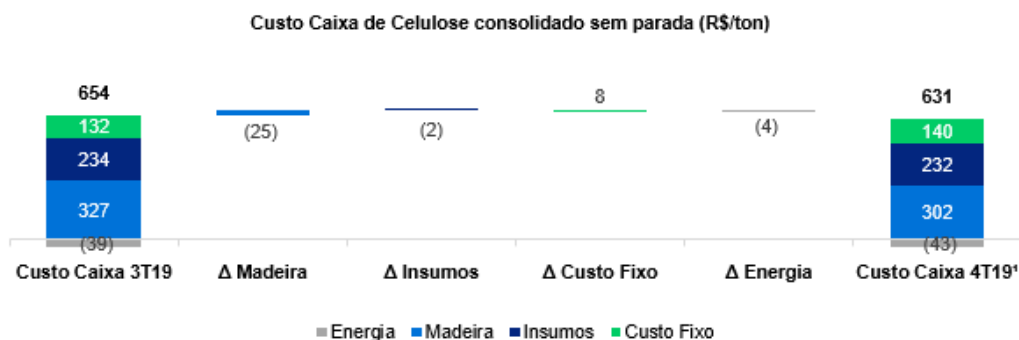
O custo caixa consolidado de produção de celulose de mercado no 4T19, excluindo-se os efeitos de parada realizada no período, foi de R\$ 631/ton. O custo caixa com paradas totalizou R\$ 644/t.



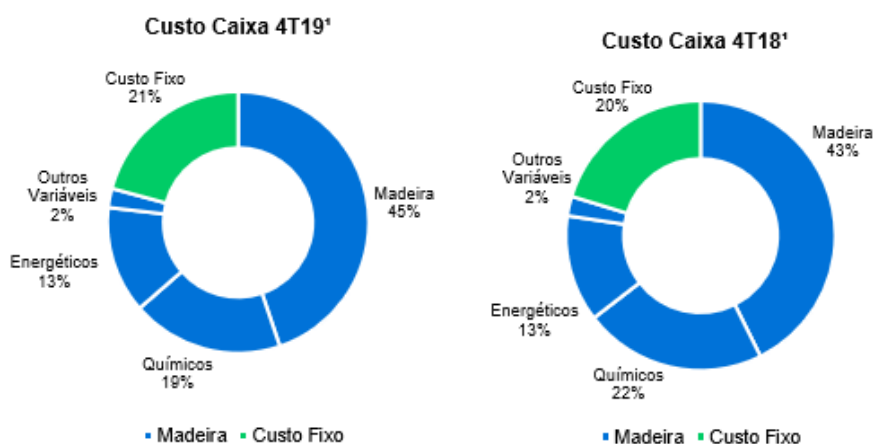
O custo caixa sem paradas do 4T19 apresentou redução de R\$ 20/ton vs. o 4T18 (-3%), em decorrência, principalmente da redução de consumo específico e preços de químicos, favorecido também por ganhos com sinergias (sobretudo na soda cáustica) e maior resultado com venda de energia (maior preço de comercialização). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo mix de abastecimento de madeira (maior participação de madeira de terceiros e maior custo de transporte da madeira).



O custo caixa sem paradas do 4T19 apresentou redução de R\$ 23/ton vs. o 3T19 (-4%), em decorrência, principalmente do menor custo com madeira (majoritariamente menor raio médio e menor participação de madeira de terceiros), parcialmente compensado pela elevação do custo fixo. Este aumento é explicado principalmente pelo maior efeito da redução de ritmo de produção, apesar do menor impacto das paradas, o que por sua vez justifica a elevação na produção do trimestre.



*Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.



*Considera o custo caixa sem paradas. Não considera venda de energia.

EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE

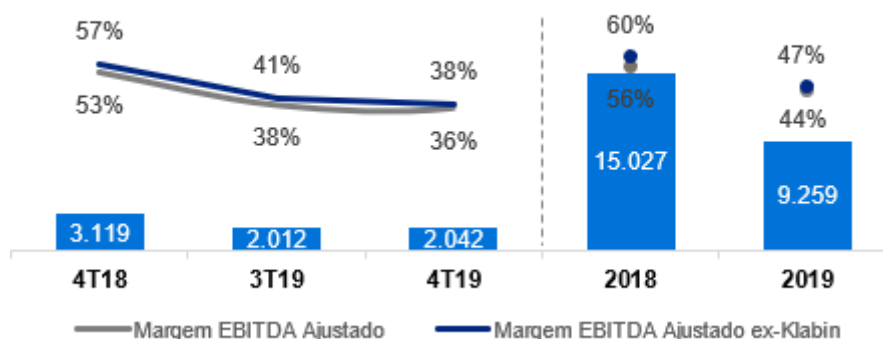
Segmento Celulose	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	2.041	3.119	-35%	2.012	1%	9.259	15.027	-38%
Volume Vendido (mil ton) – ex-Klabin	2.757	1.949	41%	2.347	17%	8.873	9.302	-5%
EBITDA Ajustado¹ Celulose Ex-Klabin (R\$/ton)	741	1.600	-54%	857	-14%	1.043	1.615	-35%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

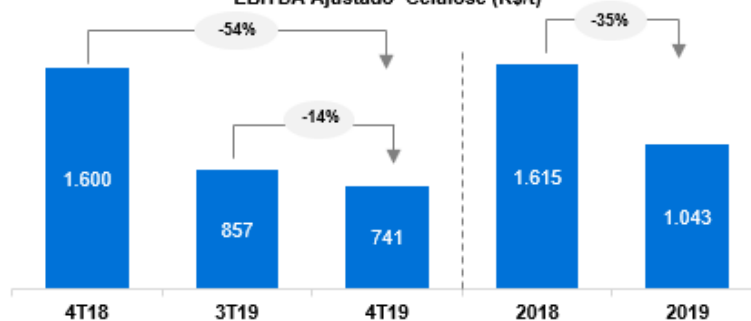
A redução do EBITDA Ajustado da celulose no 4T19 vs. o 4T18 é decorrente, principalmente da queda do preço médio líquido de celulose em USD (-36%), parcialmente compensado pelo maior volume de vendas (+40%) e pela valorização do USD médio frente ao BRL de 8%. A redução do EBITDA ajustado por tonelada é explicada pela queda no preço médio líquido da celulose e pelo maior CPV base caixa por tonelada, em função do efeito de giro nos estoques, valorização do USD vs o BRL, entre outros fatores.

Na comparação com o 3T19, a elevação de 1% do EBITDA Ajustado da celulose é resultado do incremento no volume de vendas (+15%), do menor CPV base caixa (menor efeito das paradas e menor custo caixa de produção) e valorização do USD médio frente ao BRL de 4%, fatores compensados pela redução de 11% do preço médio líquido em USD. A redução do preço da celulose em USD explica a queda observada no EBITDA Ajustado de celulose por tonelada.

EBITDA Ajustado¹ (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustado (%) de Celulose



EBITDA Ajustado¹ Celulose (R\$/t)



¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

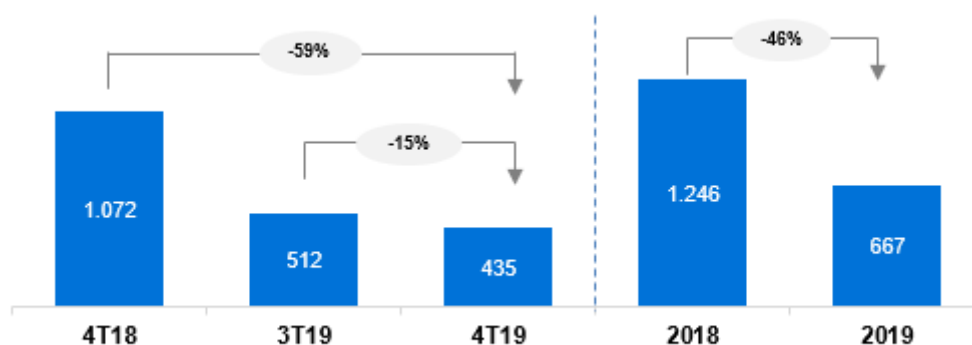
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE

Segmento de Celulose (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	2.041	3.119	-35%	2.012	1%	9.259	15.027	-38%
Capex Manutenção ²	(842)	(1.029)	-18%	(811)	4%	(3.343)	(3.434)	-3%
Geração de Caixa Operacional	1.199	2.090	-43%	1.201	0%	5.916	11.593	-49%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Regime caixa.

Geração de Caixa Operacional de Celulose por tonelada (R\$/ton)¹



¹ Exclui o volume de vendas referente ao contrato com a Klabin.

A geração de caixa operacional por tonelada do segmento de celulose foi 59% e 15% inferior ao 4T18 e 3T19, respectivamente, impactada pela redução do EBITDA ajustado por tonelada, conforme explicado anteriormente, parcialmente compensada pela maior diluição do capex manutenção em função do maior volume vendido, além da redução do capex total de manutenção no 4T19 em relação ao 4T18.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL

Os dados e as análises a seguir incorporam os resultados do negócio de bens de consumo, que ainda está em fase de *ramp up*.

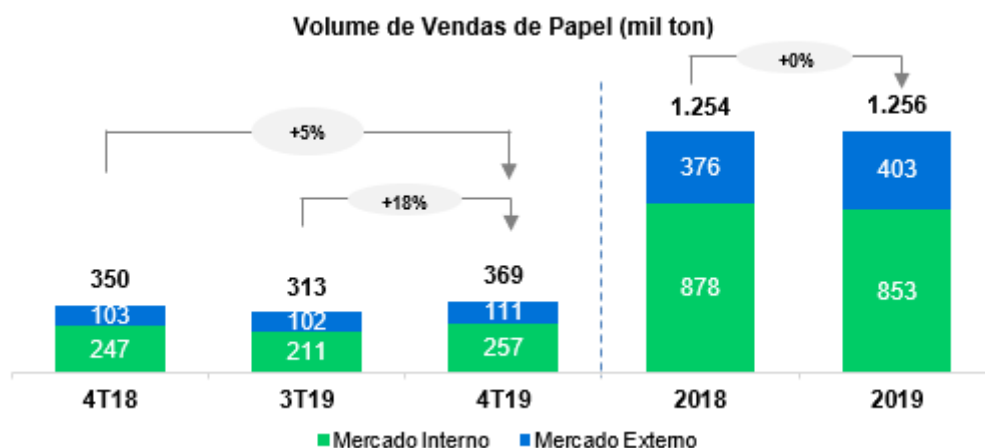
VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL

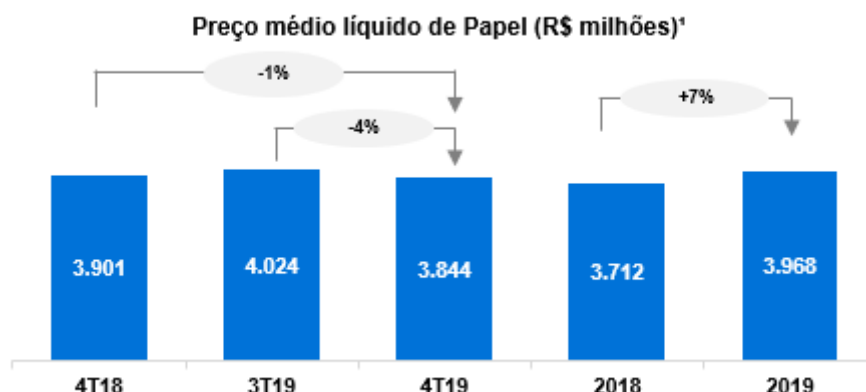
Dados publicados pela Ibá (Indústria Brasileira de Árvores) indicam que as vendas da indústria nacional de imprimir e escrever e papelcartão tiveram um aumento de 23% vs. o 3T19 e de 1% em comparação com o mesmo período do ano anterior. As importações por sua vez apresentaram uma redução de 19% vs. 3T19 e um aumento de 3% vs. 4T18.

Quanto ao volume total de 2019, as vendas de Imprimir e Escrever e papelcartão da indústria nacional apresentaram uma retração de 4% na comparação com o ano anterior e as importações apresentaram uma queda de 5%. As vendas domésticas do mercado de imprimir e escrever apresentaram uma redução de 6% enquanto as vendas de papelcartão apresentaram uma queda de 1%.

No Brasil, as vendas de papel da Suzano totalizaram 257 mil toneladas no 4T19, um aumento de 22% em comparação com o 3T19, explicado pela sazonalidade do mercado brasileiro intensificada pelo atraso do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), e um aumento de 4% vs. 4T18.

As vendas de papeis no mercado interno e externo no 4T19 totalizaram 369 mil toneladas, um aumento de 18% vs. o 3T19, e de 5% na comparação com o 4T18, evidenciando a flexibilidade de volumes entre o mercado nacional e internacional.

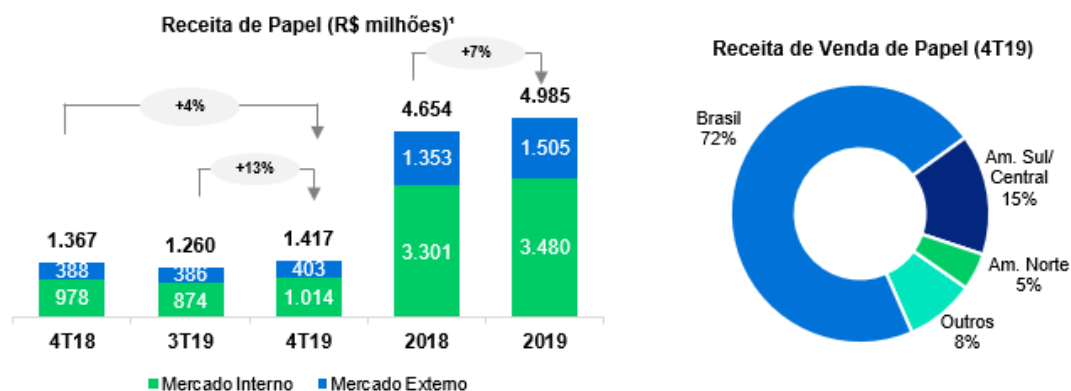




O preço líquido médio vendido no mercado interno foi de R\$ 3.942/ton no 4T19, apresentando redução de R\$ 196/ton (-5%) em comparação com o 3T19 e estável em relação ao 4T18.

O preço líquido médio do papel exportado no 4T19 foi US\$ 879/ton, redução de US\$ 74/ton (-8%) vs. o 3T19 e US\$ 111/ton (-11%) vs. o 4T18. Em BRL, o preço do papel exportado no 4T19 totalizou R\$ 3.619/ton, redução de R\$ 169/ton (-4%) vs. 3T19 e R\$ 152/ton inferior (-4%) ao 4T18, reflexo do menor nível de preços em dólar e compensado em parte pela desvalorização cambial do período.

Utilizando-se novamente da estratégia de gestão de rentabilidade e da flexibilidade de atuação em diversos mercados, observamos em 2019 um preço médio 7% superior ao ano de 2018, apesar de um cenário de preços desafiador em diversos mercados.



*Inclui a unidade de bens de consumo.

A receita líquida de papel foi de R\$ 1.417 milhões no 4T19, maior em 13% vs. 3T19, devido aumento do volume de vendas, parcialmente compensado pela redução no preço médio líquido.

Comparando com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 4%, também em função do maior volume de vendas (+5%), parcialmente compensado pela redução no preço médio líquido em BRL (-1%).

EBITDA DO SEGMENTO PAPEL

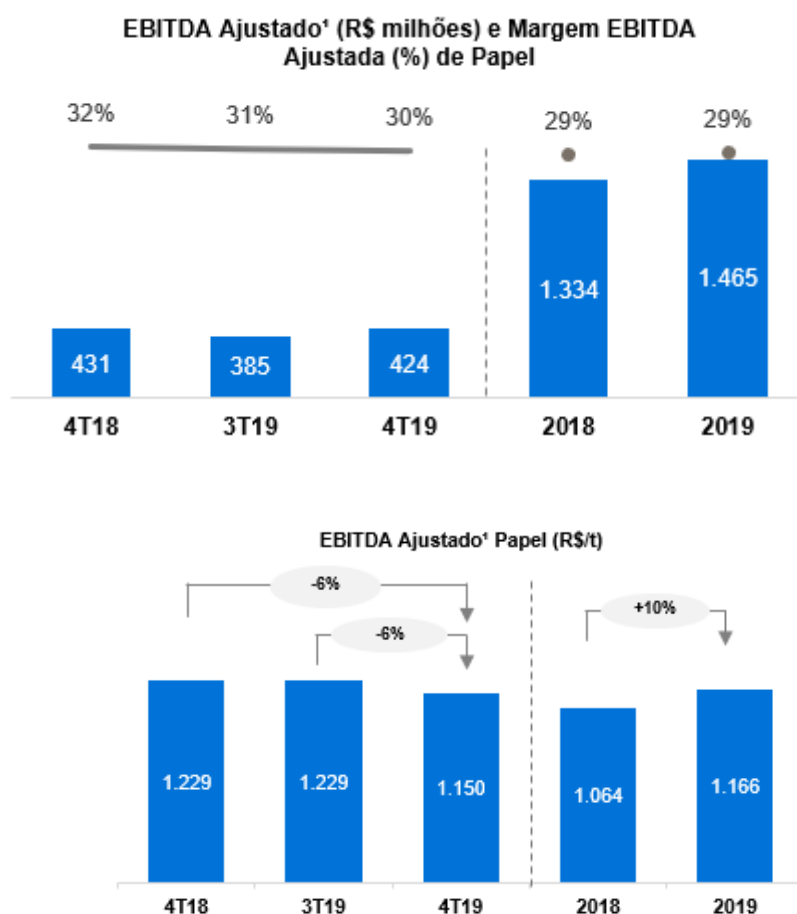
Segmento Papel	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)*	424	431	-2%	385	10%	1.465	1.334	10%
Volume Vendido (mil ton)	369	350	5%	313	18%	1.256	1.254	0%
EBITDA Ajustado* Papel (R\$/ton)	1.150	1.229	-6%	1.229	-6%	1.166	1.064	10%

* Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

O desempenho do EBITDA Ajustado do papel no 4T19 comparado ao 4T18 é explicado principalmente pela redução no preço médio líquido (-1%) e maior CPV base caixa. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo maior volume de vendas (+5%), menor despesa administrativa e valorização do USD médio vs o BRL (+8%).

Na comparação com o 3T19, o aumento é decorrente do expressivo aumento no volume de vendas (+18%), menor CPV base caixa no período, efeitos parcialmente compensados principalmente pela queda do preço médio líquido em BRL (-4%).

O EBITDA ajustado apresentou recorde de R\$ 1.465 milhões, em função da estratégia de alocação de volumes, que contribuiu para o aumento de 7% do preço médio líquido em 2019 vs 2018.



* Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

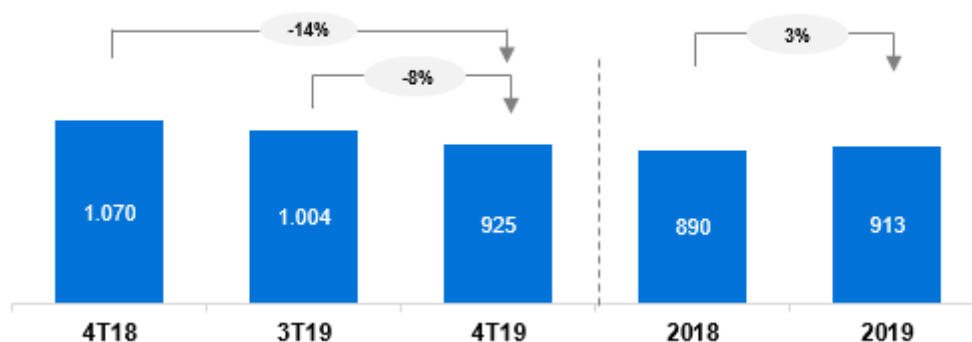
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL

Ger. Operacional - Papel (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	424	431	-2%	385	10%	1.465	1.334	10%
Capex Manutenção ²	(83)	(56)	48%	(70)	19%	(318)	(218)	46%
Geração de Caixa Operacional	341	375	-9%	314	9%	1.147	1.116	3%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Em regime caixa.

Geração de Caixa Operacional de Papel por tonelada (R\$/ton)

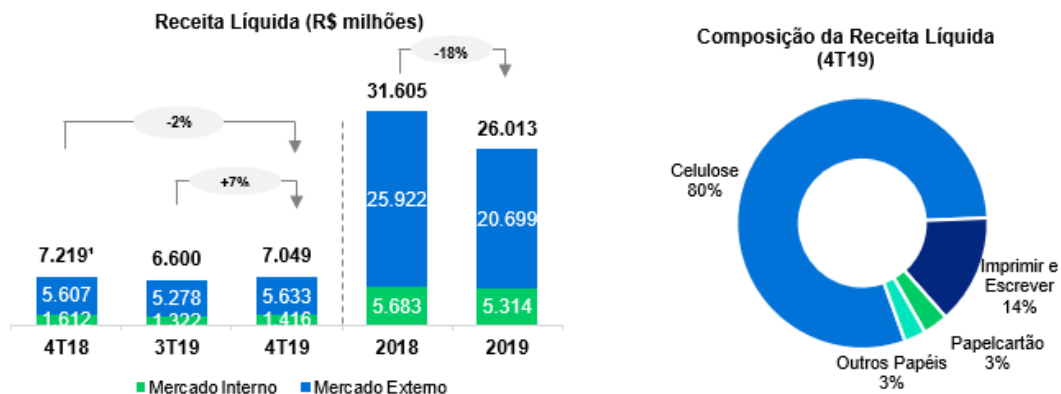


A geração de caixa operacional por tonelada no 4T19 foi de R\$ 925/t. Em relação ao 4T18, a geração de caixa operacional por tonelada sofreu uma redução de 14%. Na comparação com o trimestre anterior, a Geração de Caixa Operacional total teve um aumento de 8%, explicado pelo aumento do EBITDA ajustado (+10%), parcialmente compensado pelo aumento de 18% do capex de manutenção.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Suzano no 4T19 foi de R\$ 7.049 milhões, sendo 80% gerada no mercado externo (vs. o 78% no 4T18 e 80% no 3T19). O volume total de vendas de celulose e papel no trimestre foi de 3.288 mil toneladas, um aumento de 15% e 35% vs. o 3T19 e 4T18, respectivamente. Em relação ao 4T18, o aumento ocorreu em função principalmente do melhor desempenho das vendas de celulose para a Ásia. Na comparação com o trimestre anterior, a elevação das vendas ocorreu em todas as regiões.



* Não inclui a receita de serviços de ~~Portugal~~.

O aumento da receita líquida consolidada no 4T19 em relação ao 3T19 é explicada pelo aumento no volume de vendas de 15% e pela valorização de 4% do USD médio frente ao BRL. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela queda no preço médio líquido da celulose em USD de 11%.

Na comparação com o 4T18, a queda da receita líquida se deu principalmente pela queda do preço médio líquido da celulose em USD (-36%), praticamente compensada pela elevação no volume de vendas (+35%) e pela valorização do USD médio sobre o BRL de 8%.

PRODUÇÃO

Produção (mil ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Celulose de Mercado	2.267	2.581	-12%	2.095	+8%	8.757	10.259	-15%
Papel	319	337	-5%	311	+3%	1.240	1.265	-2%
Total	2.587	2.918	-11%	2.406	+7%	9.997	11.525	-13%

No 4º trimestre de 2019, não houve paradas programadas para manutenção. No entanto, o volume de produção foi impactado pela decisão da Companhia em continuar produzindo abaixo de sua capacidade visando a gestão de seus estoques (atualmente acima dos patamares normais).

Segue abaixo o calendário de paradas programadas para manutenção da Suzano:

Fábrica – Capacidade celulose	2019				2020				2021			
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Aracruz - Linha A (ES) – 590 kt												
Aracruz - Linha B (ES) – 830 kt												
Aracruz - Linha C (ES) – 920 kt												
Imperatriz (MA) ² – 1.650 kt												
Jacareí (SP) – 1.100 kt												
Limeira (SP) ² – 690 kt												
Mucuri - Linha 1 (BA) ² – 600 kt												
Mucuri - Linha 2 (BA) – 1.130 kt												
Suzano (SP) ² – 520 kt												
Três Lagoas - Linha 1 (MS) – 1.300 kt												
Três Lagoas - Linha 2 (MS) – 1.950 kt												
Veracel (BA) ¹ – 560 kt												

¹ Veracel é uma joint operation entre Suzano (50%) e Stora Enso (50%) e sua capacidade total anual é de 1.120 mil t.

² Inclui as capacidades integradas.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

CPV – DRE contábil (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Celulose	4.859	3.020	61%	4.166	17%	17.440	13.870	26%
Papel	951	825	15%	820	16%	3.303	2.953	12%
Consolidado	5.810	3.845	51%	4.986	17%	20.743	16.823	23%

CPV – DRE contábil (R\$/ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Celulose	1.664	1.449	15%	1.634	2%	1.853	1.385	34%
Papel	2.580	2.354	10%	2.620	-2%	2.629	2.355	12%
Consolidado	1.767	1.579	12%	1.742	1%	1.944	1.493	30%

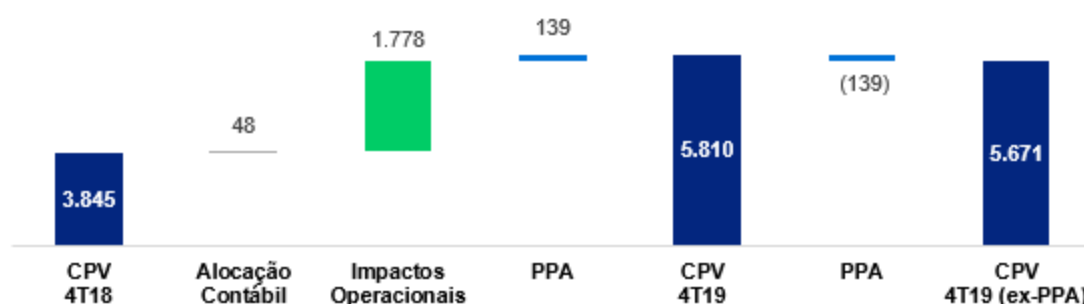
Em decorrência da combinação de negócios com a Fibria, a Suzano realizou uma análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*). Para fins de análise operacional do 4T19, as informações a seguir excluem os efeitos da realização da mais valia no período alocada no CPV (cujo impacto foi um custo adicional de R\$ 139 milhões). Para mais detalhes, vide Anexo 2.

CPV – ex-PPA (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Celulose	4.720	3.020	56%	3.987	18%	14.595	13.870	5%
Papel	951	825	15%	820	16%	3.303	2.953	12%
Consolidado	5.671	3.845	47%	4.808	18%	17.899	16.823	6%

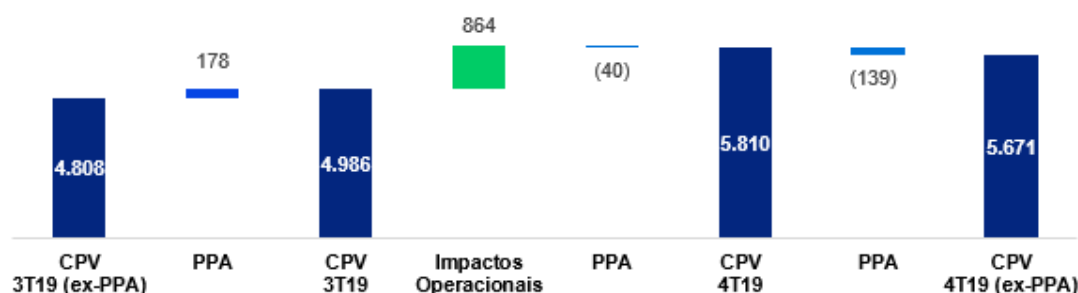
CPV – ex-PPA (R\$/ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Celulose	1.617	1.449	12%	1.564	3%	1.674	1.385	21%
Papel	2.580	2.354	10%	2.620	-2%	2.629	2.355	12%
Consolidado	1.725	1.579	9%	1.680	3%	1.678	1.493	12%

Excluindo-se o efeito acima do PPA, o CPV no 4T19 totalizou R\$ 5.671 milhões ou R\$ 1.725/ton. Na comparação com o 4T18, quando incluímos o efeito da alocação contábil (R\$ 48 milhões), o CPV apresentou aumento de 46%, principalmente em função do maior volume de vendas de celulose, do efeito do giro nos estoques e da valorização do USD médio vs. o BRL. O efeito no

CPV referente ao alinhamento de critério de alocação contábil mencionado decorre da combinação de negócios com a Fibria, principalmente relacionado a gastos logísticos, em 2018 alocados na Fibria em “despesas com vendas” e a partir do 1T19 alocados em “custos logísticos” no CPV. Analisando o CPV por tonelada ex-PPA, observou-se um aumento de 9% em decorrência, em grande parte, do efeito do giro nos estoques e valorização do USD médio vs. o BRL.

CPV 4T19 vs 4T18 (R\$ milhões)


Na comparação com o 3T19, também se excluindo o efeito do PPA, o aumento de 21% ocorreu em função do maior volume vendido de celulose e papel. Na análise do CPV por tonelada, o aumento de 3% é explicado majoritariamente por atualizações de contingências, renegociações contratuais fruto das sinergias e valorização do USD médio vs. o BRL.

CPV 4T19 vs 3T19 (R\$ milhões)


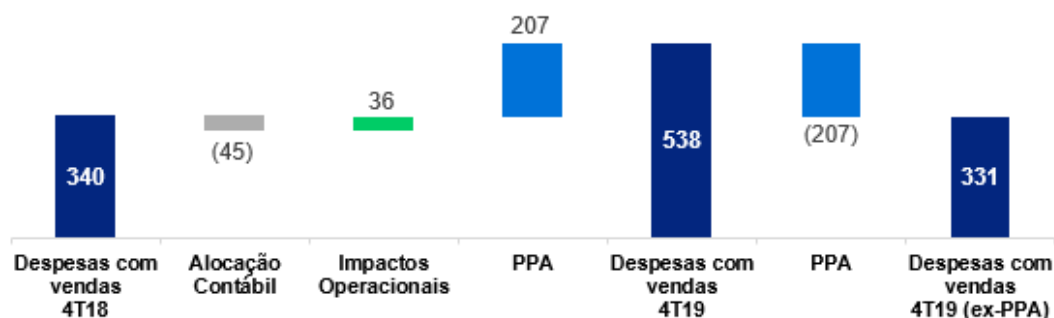
DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais – DRE contábil (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Despesas com Vendas	538	340	58%	469	15%	1.905	1.411	35%
Despesas Gerais e Administrativas	286	400	-29%	279	3%	1.173	1.217	-4%
Total das Despesas	824	740	11%	748	10%	3.079	2.629	17%
Despesas/Volume Vendido (R\$/ton)	250	304	-18%	261	-4%	289	233	24%

Despesas Operacionais – ex-PPA (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Despesas com Vendas	331	340	-3%	262	26%	1.085	1.411	-23%
Despesas Gerais e Administrativas	307	400	-23%	280	10%	1.200	1.217	-1%
Total das Despesas	638	740	-14%	542	18%	2.285	2.629	-13%
Despesas/Volume Vendido (R\$/ton)	194	304	-36%	189	3%	214	233	-8%

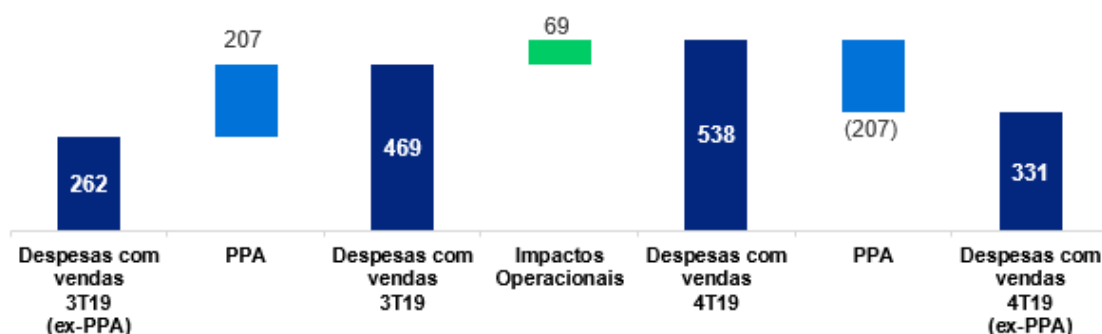
Excluindo-se o efeito do PPA de R\$ 207 milhões no resultado do 4T19, as Despesas com Vendas apresentaram queda de 3% em relação ao 4T18, dado que os impactos operacionais (maior volume e valorização do USD vs o BRL) foram compensados pelo efeito de R\$ 45 milhões referente ao alinhamento de critério de alocação contábil, com a incorporação de ações da Fibria (principalmente despesas comerciais que a partir do 1T19 passaram a ser contabilizadas no CPV). Excluindo-se o efeito de alinhamento contábil, as despesas com vendas por tonelada tiveram uma queda de 28%, em função principalmente da maior diluição de custo fixo.

Despesas com Vendas 4T19 vs 4T18 (R\$ milhões)



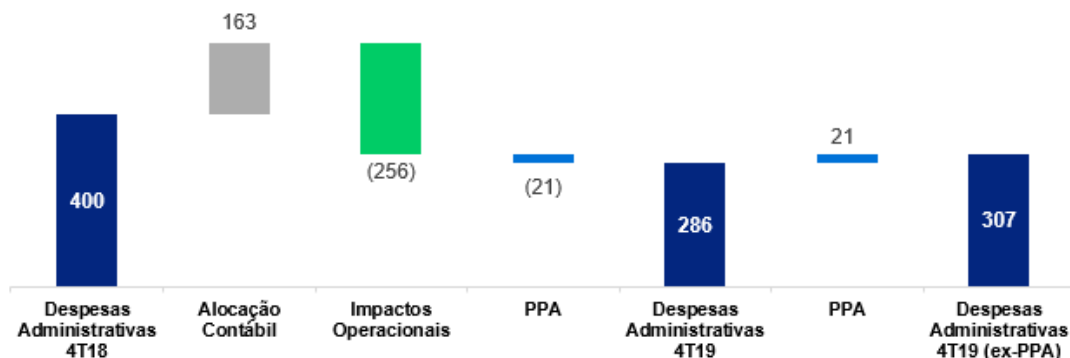
Em comparação ao 3T19, o aumento de 26% é explicado principalmente pelo maior volume vendido e pela valorização do USD médio frente ao BRL de 4%. As despesas com vendas por tonelada tiveram um aumento de 10%, em função da variação cambial e mix de clientes.

Despesas com Vendas 4T19 vs 3T19 (R\$ milhões)



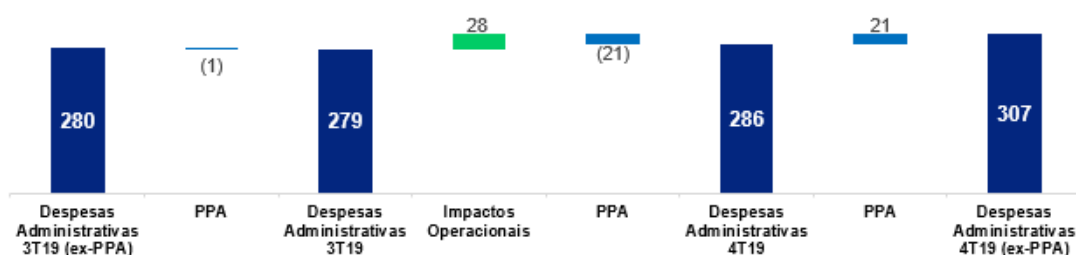
Excluindo-se o efeito de PPA positivo sobre despesas administrativas (R\$ 21 milhões), na comparação com o 4T18, a redução de 23% desta rubrica é explicada por maiores despesas em função da transação com a Fibria naquele período e pela captura de sinergias, parcialmente compensadas pelo efeito de alocação contábil de R\$ 163 milhões (referente à parte da remuneração variável e a contingências, antes alocados na Fibria em “outras receitas e despesas operacionais”).

Despesas Administrativas 4T19 vs 4T18 (R\$ milhões)



Na comparação com o 3T19, a rubrica ficou 10% maior devido ao maior gasto com salários e benefícios. Na análise das despesas administrativas por tonelada, houve queda de 5% pelo aumento no volume vendido.

Despesas Administrativas 4T19 vs 3T19 (R\$ milhões)



Excluindo-se o efeito de PPA, a rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” totalizou receita de R\$ 139 milhões no 4T19, em comparação com despesa de R\$ 469 milhões no 4T18 e uma receita de R\$ 116 milhões no 3T19. A variação em relação ao 4T18 é explicada em grande parte pela variação do impacto da reavaliação ativos biológicos (positivo neste trimestre, vs negativo naquele período). Na comparação com o 3T19, a variação é explicada pelo resultado da atualização do valor justo do ativo biológico, parcialmente compensado pela receita obtida com os créditos fiscais no trimestre anterior.

EBITDA AJUSTADO

Consolidado	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)*	2.465	3.550	-31%	2.396	3%	10.724	16.361	-34%
Margem EBITDA Ajustado* - ex-Klabin	37%	52%	-15 p.p.	39%	-2 p.p.	43%	55%	-12 p.p.
Volume Vendido ex-Klabin (mil ton)	3.125	2.300	36%	2.661	17%	10.130	10.556	-4%
EBITDA Ajustado* Consolidado ex-Klabin / Ton (R\$/ton)	789	1.544	-49%	901	-12%	1.059	1.550	-32%

* Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA

O EBITDA Ajustado do 4T19 foi de R\$ 2.465 milhões, sendo a redução em relação ao 4T18 explicada, principalmente pelo menor preço líquido da celulose em USD (-36%), parcialmente compensado por: (i) maior volume vendido de celulose (+40%); (ii) valorização do USD médio frente ao BRL (+8%) e (iii) redução nas despesas administrativas (conforme explicado anteriormente). A redução do EBITDA por tonelada de 49% é também explicada pelo fator preço.

Já em relação ao 3T19, o crescimento do EBITDA Ajustado de 3% deveu-se ao maior volume vendido de celulose (+15%) e valorização do USD médio frente ao BRL (+4%), que compensaram a redução do preço médio líquido da celulose. A queda do EBITDA ajustado por tonelada de 12% deve-se basicamente ao menor preço médio líquido da celulose em USD.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Despesas Financeiras	(1.055)	(861)	23%	(1.045)	1%	(4.179)	(2.941)	42%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda local	(324)	(374)	-13%	(355)	-9%	(1.444)	(1.137)	27%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(557)	(380)	47%	(597)	-7%	(2.140)	(1.147)	87%
Juros capitalizados ¹	2	0	-	0	-	4	8	-50%
Outras despesas financeiras	(176)	(107)	64%	(93)	89%	(599)	(665)	-10%
Receitas Financeiras	100	360	-72%	94	6%	493	825	-40%
Juros sobre aplicações financeiras	87	341	-75%	91	-4%	392	753	-48%
Outras receitas financeiras	13	19	-32%	3	333%	101	72	41%
Variação Cambial e Monetária	1.418	634	123%	(3.685)	-138%	(1.965)	(2.812)	-30%
Variação cambial dívida	1.522	850	79%	(3.627)	-142%	(1.764)	(3.197)	-45%
Outras variações cambiais e monetárias	(104)	(216)	-52%	(58)	79%	(201)	385	-152%
Resultado de operações com derivativos²	1.161	1.545	-25%	(1.857)	-163%	(1.075)	(2.822)	-62%
Hedge de Fluxo de Caixa	474	1.290	-63%	(654)	-172%	153	(1.813)	-108%
Hedge de Dívida	731	316	131%	(1.246)	-159%	(1.255)	(919)	37%
Outros ³	(44)	(61)	-28%	43	-202%	27	(90)	-130%
Resultado Financeiro Líquido	1.624	1.678	-3%	(6.493)	-125%	(6.726)	(7.750)	-13%

¹ Capitalização de juros referente a obras em andamento.

² Variação da marcação a mercado somada aos ajustes pagos e recebidos (4T19: 1.241 milhões | R\$ 3T19: R\$ (1.806) milhões).

³ Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 1.055 milhões no 4T19, 1% superior ao 3T19, em função da valorização do USD médio vs o BRL (4%), parcialmente compensado pela queda de juros no mercado local e internacional. Na comparação com o 4T18, o aumento de 23% reflete os financiamentos realizados para a combinação de negócios com a Fibria.

As receitas financeiras no 4T19 vs. 3T19 tiveram um aumento de 6%, em função principalmente do menor efeito de amortização de mais valia referente à operação de combinação de negócios com a Fibria (para mais detalhes, vide nota explicativa 27 da DFP), impactando a rubrica “outras receitas financeiras”. A variação negativa de 5% em “Juros sobre aplicações financeiras” foi devida principalmente ao corte de juros da Selic ao longo do trimestre (redução de 150 bps no período). Em relação ao 4T18, além do já mencionado impacto da redução da Selic, a redução de 75% deve-se à queda de *accrual* de juros sobre aplicações financeiras ocasionada pela redução da posição de caixa, considerando que naquele trimestre havia forte concentração de caixa para conclusão do *deal* com a Fibria (R\$ 21,8 bilhões).

As variações cambiais e monetárias impactaram positivamente o resultado financeiro da Companhia em R\$ 1.418 milhões no trimestre em função da depreciação de 3% do USD frente ao BRL de fechamento sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira (73% da dívida total). Importante lembrar que o efeito caixa da variação cambial na dívida em moeda estrangeira ocorre somente nos respectivos vencimentos.

O resultado de operações com derivativos foi positivo em R\$ 1.162, decorrente principalmente do hedge de dívida. A variação da marcação a mercado (*Mark to Market*) sobre derivativos pode ser explicada neste trimestre, principalmente pela apreciação do BRL de fechamento frente ao USD sobre os contratos existentes.

Houve também impacto menos significativo causado pela variação nas curvas Pré, Cupom e Libor nas operações. A marcação a mercado dos instrumentos financeiros de derivativos em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$ 1.819 milhões, contra a marcação negativa de R\$ 3.060 milhões em 30 de setembro de 2019, perfazendo uma variação positiva de R\$ 1.241 milhões.

Em decorrência dos fatores acima, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 1.625 milhões no 4T19, comparado ao resultado negativo de R\$ 6.493 milhões e positivo de R\$ 1.679 milhões no 3T19 e 4T18, respectivamente.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A Suzano tem operações com derivativos exclusivamente com finalidade de proteção (*hedge*). A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019:

<i>Hedge</i>	Notional	Valor justo
	(USD milhões)	(R\$ milhões)
Dívida	6.546	(2.154)
Fluxo de caixa	3.425	67
Outros ¹	680	268
Total	10.650	(1.819)

¹ Vide nota 4 do DFP de 2019 para maiores detalhes e análises de sensibilidade do valor justo.

² Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

A política de exposição cambial da Companhia tem como objetivo minimizar a volatilidade da geração de caixa da Suzano e dar maior flexibilidade na gestão do fluxo de caixa. Atualmente, a política estipula que o excedente de dólares pode ser parcialmente “hedgeado” (até 75% da exposição cambial dos próximos 18 meses) através de instrumentos *plain vanilla* como *Zero Cost Collar* (ZCC) e *Non-Deliverable Forward* (NDF).

As operações de ZCC estabelecem limites inferiores e superiores da taxa de câmbio, com objetivo de minimizar impactos negativos caso ocorra uma elevada apreciação do BRL. Nesse caso, quando a taxa de câmbio ficar entre os limites estabelecidos, a Companhia não paga e nem recebe ajustes financeiros. Portanto, para cenários extremos de valorização do Real a Companhia está protegida. Porém, ao mesmo tempo, essas operações limitam potenciais ganhos em cenários extremos de desvalorização do Real. Esta característica permite que se capture um maior benefício nas receitas de exportação em um eventual cenário de valorização do dólar, dentro do intervalo contratado. O atual momento de volatilidade cambial tornou essa estratégia mais adequada para proteção do fluxo de caixa da Companhia, que monitora constantemente o comportamento do mercado e avalia a atratividade do momento para uma eventual reversão (parcial ou total) da operação.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de dólares através de ZCC, era de US\$ 3.425 milhões, cujos vencimentos são distribuídos entre

Janeiro de 2020 e Julho de 2021 e contratadas no intervalo médio de R\$ 3,98 a R\$ 4,31. O resultado com operações de ZCC no 4T19 foi positivo em R\$ 474 milhões. A marcação a mercado (valor justo) das operações de ZCC foi positiva em R\$ 67 milhões ao final do trimestre.

Hedge de Fluxo de Caixa	Prazo (até)	Strike Range	Notional (US\$ milhões)
Zero-Cost Collars	1T2020	3,86 – 4,30	670
Zero-Cost Collars	2T2020	3,87 – 4,20	705
Zero-Cost Collars	3T2020	3,93 – 4,10	705
Zero-Cost Collars	4T2020	4,07 – 4,44	350
Zero-Cost Collars	1T2021	4,10 – 4,46	525
Zero-Cost Collars	2T2021	4,17 – 4,52	470
Total		3,98 – 4,31	3.425

Também são celebrados contratos de swaps de moedas e juros para diminuir os efeitos das variações cambiais e taxas de juros sobre o valor da dívida e do fluxo de caixa. Contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção podem ser contratados como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

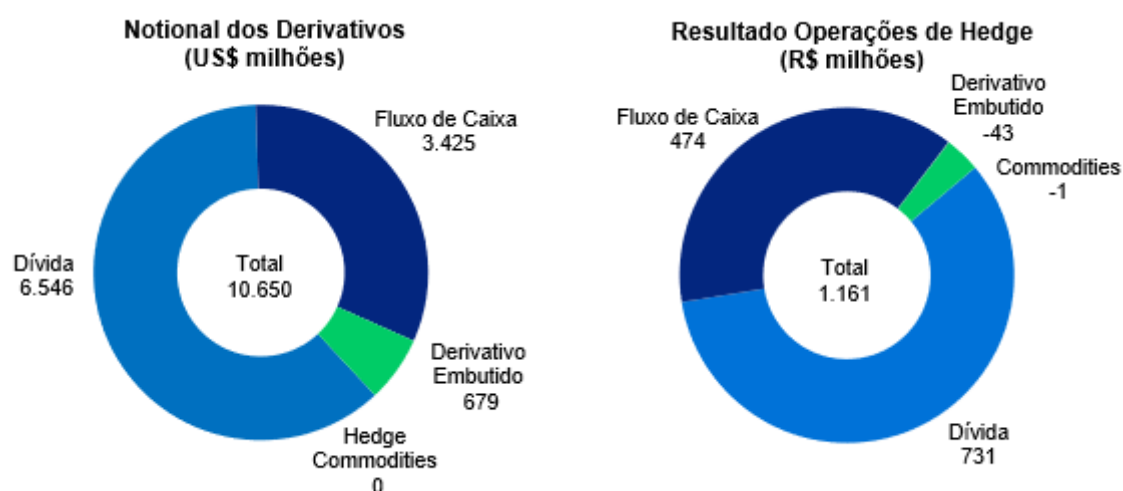
Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia possuía em aberto (*notional*) de US\$ 6.546 milhões distribuídos conforme tabela a seguir. O resultado com operações de hedge de dívida no 4T19 foi positivo em R\$ 731 milhões principalmente por conta da valorização do BRL no período. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi negativa em R\$ 2.154 milhões ao final do trimestre.

Hedge de Dívida	Prazo (até)	Moeda	Notional (US\$ milhões)
Swap (PRÉ x USD)	2024	USD	350
Swap (CDI x USD)	2026	USD	3.116
Swap (IPCA x CDI)	2023	BRL	209
Swap (IPCA x USD)	2023	USD	121
Swap (LIBOR x USD)	2024	USD	2.750
Total			6.546

* Convertido pela taxa de fechamento em 30/12/2019 de 4,0307.

Os contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé assinados em 30 de dezembro de 2013 pela antiga Fibria Celulose S.A., tem o seu preço denominado em dólar norte-americano por m³ de madeira em pé reajustado de acordo com a inflação americana medido pelo CPI (*Consumer Price Index*), o qual não é considerado como relacionado com a inflação no ambiente econômico onde as áreas estão localizadas, caracterizando-se, portanto, um derivativo embutido. Tal instrumento apresentado na tabela abaixo é um contrato de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos abaixo mencionados. Vide nota 4 das Demonstrações Financeiras 3T19 para maiores detalhes e análise de sensibilidade do valor justo frente a uma variação acentuada do US-CPI. Em 31 de dezembro de 2019, o valor em aberto (*notional*) referente a esta operação era de US\$ 679 milhões. O resultado deste swap no 4T19 foi negativo em R\$ 43 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi positiva em R\$ 269 milhões ao final do trimestre.

Derivativo Embutido	Prazo (até)	Indexador	Notional (US\$ milhões)
<i>Derivativo Embutido</i>	2035	Dólar Fixo - Dólar US-CPI	679
Total			679



RESULTADO LÍQUIDO

No 4T19, a Companhia registrou lucro de R\$ 1.175 milhões, contra lucro de R\$ 2.987 milhões no 4T18 e prejuízo de R\$ 3.460 milhões no 3T19. A variação em relação ao 4T18 é explicada em grande parte pelo menor resultado operacional, majoritariamente explicado pelos impactos de preço da celulose, que foram parcialmente compensados pelo maior volume vendido.

Na comparação com o 3T19, a variação se explica pelo resultado financeiro positivo, majoritariamente explicado pela variação cambial sobre a dívida e instrumentos de hedge, contra um resultado financeiro negativo no trimestre anterior.

ENDIVIDAMENTO

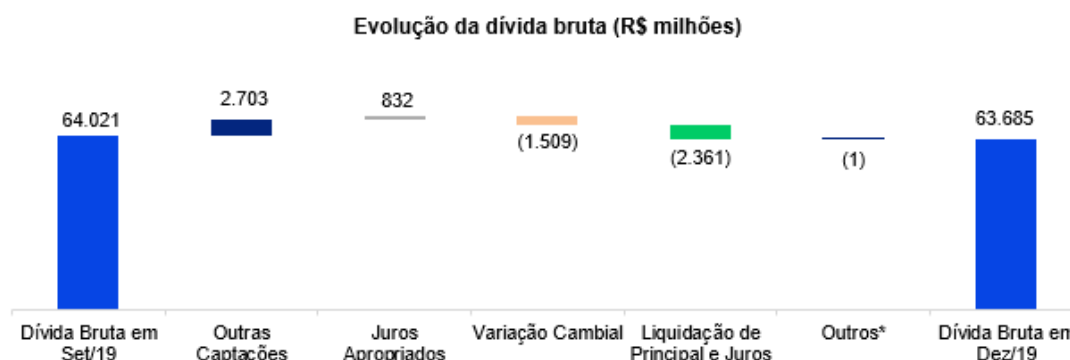
Endividamento (R\$ milhões)	31/12/2019	31/12/2018	Δ Y-o-Y	30/09/2019	Δ Q-o-Q
Moeda Nacional	18.185	17.859	2%	17.278	5%
Curto Prazo	3.563	2.455	45%	2.620	36%
Longo Prazo	14.622	15.404	-5%	14.658	0%
Moeda Estrangeira	45.500	38.546	18%	46.743	-3%
Curto Prazo	2.665	4.048	-34%	2.472	8%
Longo Prazo	42.835	34.498	24%	44.271	-3%
Dívida Bruta Total	63.685	56.405	13%	64.021	-1%
(-) Caixa	9.579	31.770	-70%	8.790	9%
Dívida Líquida	54.106	24.635	120%	55.231	-2%
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) - R\$</i>	5,0x	1,5x	3,5x	4,7x	0,3x
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) - US\$</i>	4,9x	1,4x	3,5x	4,3x	0,6x

¹ Desconsidera itens não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta era de R\$ 63.685 milhões, sendo 90% dos vencimentos no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representou

71% da dívida total da Companhia e em moeda nacional era de 29%. O percentual da dívida bruta em moeda estrangeira, considerando o efeito do hedge de dívida, era de 93%. A dívida bruta apresentou redução em comparação ao 3T19 de 1% (R\$ 0,3 bilhões) reflexo da variação cambial da dívida. Na comparação com o 4T18, o aumento da dívida bruta ocorreu em função das captações realizadas para a combinação de negócios com a Fibria e da variação cambial do período.

A Suzano contrata dívida em moeda estrangeira como *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada em moeda estrangeira. Essa exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportações em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimento das vendas.



* Correspondem principalmente a custos de transação (emissão, captação, etc.) e impactos da mais valia resultante da operação com a Fibria.

Em 31 de dezembro de 2019, o custo médio total da dívida em dólar era de 4,8% a.a. (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado). O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do exercício foi para 84 meses (vs. 85 meses em setembro/2019).

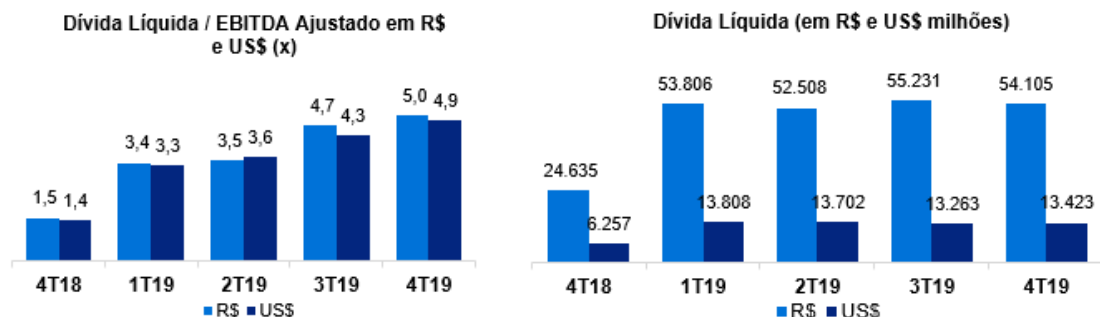


* Considera a parcela da dívida com swap para moeda estrangeira. A dívida original era 72% em USD e 28% em BRL.

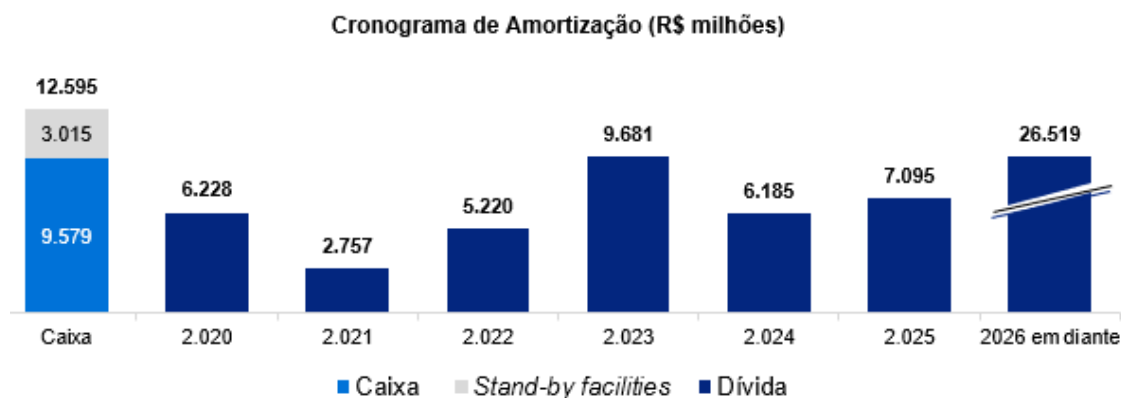
A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 9.579 milhões, dos quais 73% estavam aplicados em moeda local, em títulos públicos e de renda fixa e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior.

A empresa possui 2 linhas de crédito rotativo (*stand by credit facilities*) no valor total de R\$ 3.015 milhões com prazo de disponibilidade até 2024, sendo 1 linha em moeda nacional no valor de R\$ 1 bilhão e uma linha em moeda estrangeira no valor de US\$ 500 milhões. Estes recursos, apesar de não utilizados, contribuem para melhorar as condições de liquidez da empresa. Desta

forma, o atual caixa de R\$ 9.579 milhões e essas linhas de R\$ 3.015 milhões totalizam uma posição de liquidez imediata de R\$ 12.594 milhões.



Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida era de R\$ 54,1 bilhões (US\$ 13,4 bilhões) vs. R\$ 55,2 bilhões (US\$ 13,3 bilhões) em 30 de setembro de 2019. A redução é decorrente principalmente pela depreciação do USD frente ao BRL.



A distribuição das linhas de *trade finance* e *non trade finance* da dívida bruta total em 31 de dezembro de 2019, ficaram conforme abaixo:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Trade Finance	35%	54%	62%	80%	54%	23%	32%
Non Trade Finance	65%	46%	38%	20%	46%	77%	68%

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em BRL ficou em 5,0x em 31 de dezembro de 2019 (vs. 4,7x no 3T19). Em dólar, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 4,9x em 31 de dezembro de 2019 (vs. 4,3x no 3T19).

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

No 4T19, os investimentos de capital (em regime caixa) totalizaram R\$ 1.380 milhões, 19% inferior ao 4T18 em decorrência, principalmente, a menores gastos com manutenção e modernização. Na comparação com o 3T19, a redução deve-se ao impacto no trimestre anterior da aquisição de ativos florestais da Duratex parcialmente compensado por maiores gastos com manutenção no 4T19 e a maiores investimentos em modernização.

Para 2020, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 3,6 milhões destinados à manutenção industrial e florestal.

Investimentos (R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y	Guidance 2020
Manutenção	924	1.085	-15%	881	5%	3.661	3.652	0%	3.642
Manutenção Industrial	177	226	-22%	211	-16%	711	678	5%	689
Manutenção Florestal	703	841	-16%	630	12%	2.815	2.928	-4%	2.808
Outros	44	18	144%	40	10%	135	45	200%	145
Expansão e Modernização	92	180	-49%	69	33%	287	2.121	-86%	267
Terras e Florestas	257	301	-15%	541	-52%	1.462	1.072	36%	397
Terminais Portuários	106	139	-24%	102	4%	369	176	110%	140
Total	1.380	1.705	-19%	1.593	-13%	5.779	7.020	-18%	4.446

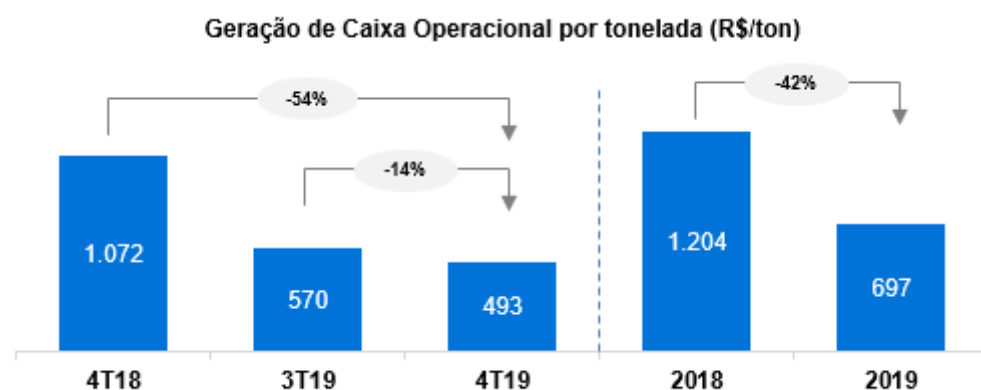
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

(R\$ milhões)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	2.465	3.550	-31%	2.396	3%	10.724	16.361	-34%
Capex Manutenção ²	(925)	(1.085)	-15%	(881)	5%	(3.661)	(3.652)	0%
Geração de Caixa Operacional	1.540	2.465	-38%	1.515	2%	7.063	12.709	-44%
Geração de Caixa Operacional (R\$/ton)	493	1.072	-54%	570	-13%	697	1.204	-42%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Em regime caixa.

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA ajustado menos o capex de manutenção (em regime caixa), foi de R\$ 1.540 milhões no 4T19. A redução em relação ao 4T18 foi reflexo sobretudo do menor preço líquido da celulose em USD (-36%). Já em relação ao 3T19, o aumento de 2% é reflexo principalmente do maior volume vendido, em grande parte compensado pela queda no preço líquido da celulose em USD (-11%). O desempenho da geração de caixa operacional por tonelada também explicada em grande parte pelo fator preço.



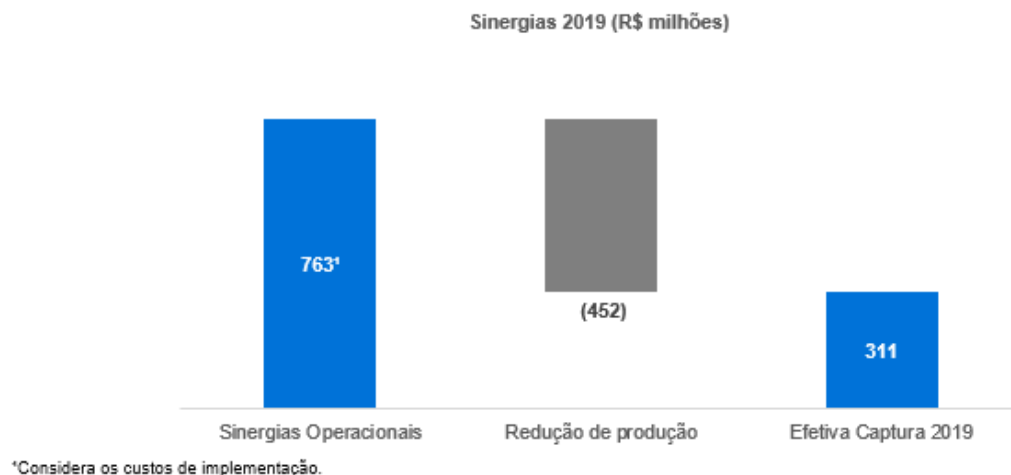
IFRS 16

A Companhia adotou a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Como resultado dessa adoção, foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos ocorrerá conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Na adoção da norma a Companhia reconheceu R\$ 4.019 milhões em passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem à definição de arrendamento. O saldo atualizado dos passivos em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 3.984 milhões, enquanto o saldo atualizado na mesma data na rubrica “Direito de uso sobre contratos de arrendamento” no ativo era de R\$ 3.850 milhões. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 19 da DFP 2019.

SINERGIAS

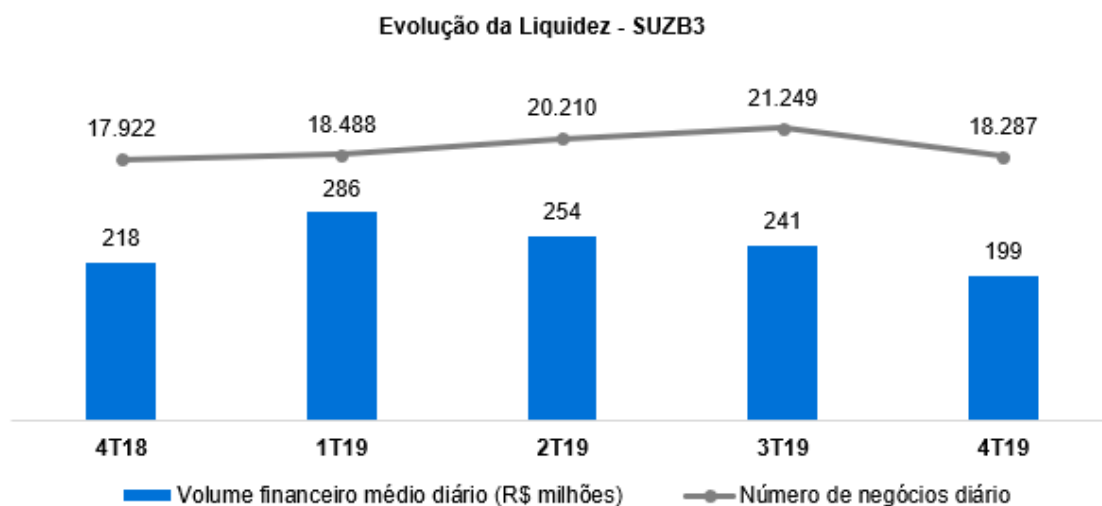
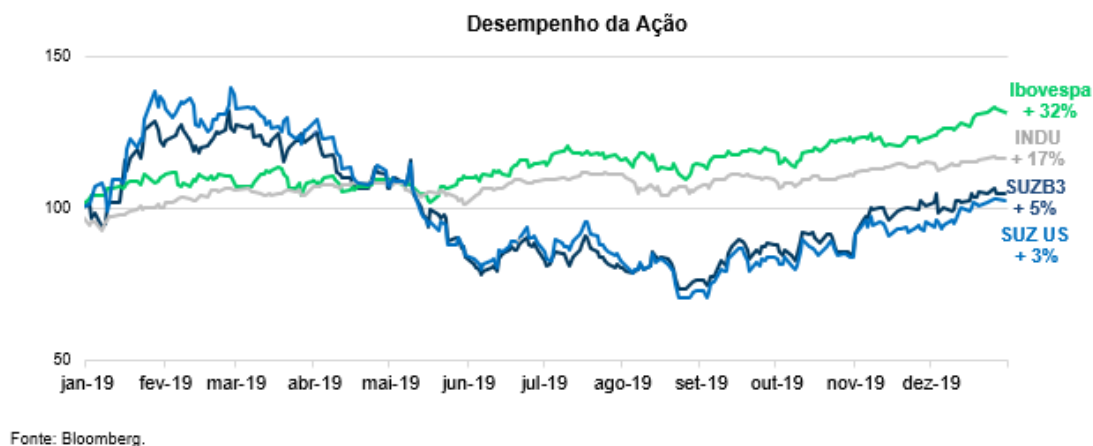
A Companhia atualizou as projeções de ganhos de sinergias, advindas da combinação de negócios envolvendo a Fibria Celulose S.A. A Suzano atualmente espera capturar no período de 2019 a 2021 sinergias operacionais estimadas entre R\$ 1.100 milhões a R\$ 1.200 milhões por ano (antes da tributação), em bases recorrentes após 2021, com a redução de custos, despesas e investimentos de capital provenientes das áreas de suprimentos, florestal, industrial, logística, comercial, administrativa e de pessoal, bem como espera alcançar sinergias tributárias que geram dedutibilidade estimada da ordem de R\$ 2,0 bilhões por ano.

O valor capturado das sinergias operacionais em 2019 totalizou R\$ 311 milhões, considerando os custos de implementação (da ordem de R\$ 60 milhões) e os impactos negativos resultantes das reduções de produção executadas no período. Excluindo este último efeito, a captura das sinergias já teria atingido R\$ 763 milhões no ano.

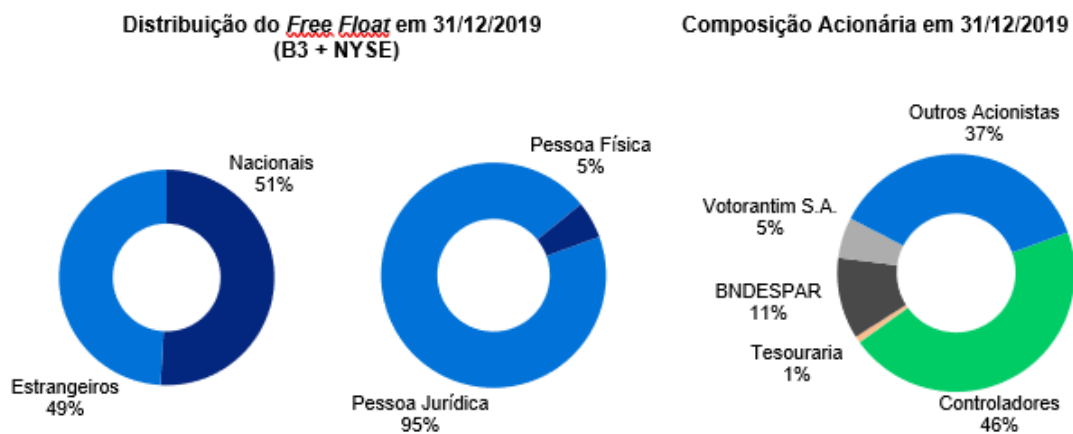


MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2019, as ações da Suzano estavam cotadas em R\$ 39,68/ação (SUZB3) e US\$ 9,84 (SUZ). Os papéis da Companhia integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – Nível II.



Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias, sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em Tesouraria. O valor de mercado da Suzano, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 54,4 bilhões. O *free float* no 4T19 ficou em 53,3% do total das ações.



RENTA FIXA

	Unidade	Dez/18	Set/19	Dez/19	Δ Y-o-Y	Δ Q-o-Q
Suzano 2021 - Preço	USD/k	103,787	103,757	103,59	-0,2%	-0,2%
Suzano 2021 - Yield	%	3,938	2,924	2,409	-38,8%	-17,6%
Fibria 2024 - Preço	USD/k	102	106,886	108,446	6,3%	1,5%
Fibria 2024 - Yield	%	4,8	3,614	3,159	-34,2%	-12,6%
Fibria 2025 - Preço	USD/k	94,7	102,101	103,592	9,4%	1,5%
Fibria 2025 - Yield	%	5	3,559	3,221	-35,6%	-9,5%
Suzano 2026 - Preço	USD/k	102,482	110,632	112,023	9,3%	1,3%
Suzano 2026 - Yield	%	5,345	3,947	3,663	-31,5%	-7,2%
Fibria 2027 - Preço	USD/k	101,1	107,664	109,635	8,4%	1,8%
Fibria 2027 - Yield	%	5,3	4,265	3,92	-26,0%	-8,1%
Suzano 2029 - Preço	USD/k	102,5	108,815	111,005	8,3%	2,0%
Suzano 2029 - Yield	%	5,67	4,811	4,503	-20,6%	-6,4%
Suzano 2030 - Preço	USD/k	-	102,511	102,57	-	0,1%
Suzano 2030 - Yield	%	-	4,688	4,676	-	-0,3%
Suzano 2047 - Preço	USD/k	103,045	114,679	117,657	14,2%	2,6%
Suzano 2047 - Yield	%	6,756	5,912	5,713	-15,4%	-3,4%
Treasury 10 anos	%	2,6842	1,6646	1,9175	-28,6%	15,2%

Nota: Senior Notes emitidos com valor de face de 100 USD/k

RATING

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Fitch Ratings	AAA	BBB-	Negativa
Standard & Poor's	brAAA	BBB-	Negativa
Moody's	Aaa.br	Ba1	Estável

PRÓXIMOS EVENTOS

Suzano Day

São Paulo (com tradução simultânea para inglês)

Data: 13 de fevereiro de 2020 (quinta-feira)

Hotel Unique

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4.700 – Sala Tavarua

Nova York

Data: 19 de fevereiro de 2020 (quarta-feira)

The New York Stock Exchange

2 Broad Street

O evento será acompanhado por uma apresentação de slides e transmitido simultaneamente via *webcast*. Os links de acesso estarão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (www.suzano.com.br/ri).

Se não for possível a sua participação, o link para o webcast estará disponível para futura consulta no site de Relações com Investidores da Suzano S.A.

CONTATO DE RI

Marcelo Bacci

Camila Nogueira

Roberto Costa

Luiz Otávio Souza Fonseca

Camilla Galvão

Tel.: +55 (11) 3503-9330

ri@suzano.com.br

www.suzano.com.br/ri

ANEXOS

ANEXO 1² – Dados Operacionais

Abertura da Receita (R\$ mil)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	5.632.704	5.606.756	0%	5.277.946	7%	20.698.735	25.921.843	-20%
Celulose	5.229.914	5.218.305	0%	4.892.173	7%	19.193.750	24.568.931	-22%
Papel	402.790	388.451	4%	385.774	4%	1.504.985	1.352.912	11%
Mercado Interno	1.416.256	1.612.460	-12%	1.321.963	7%	5.314.216	5.682.810	-6%
Celulose	401.800	634.383	-37%	448.042	-10%	1.833.936	2.381.394	-23%
Papel	1.014.455	978.077	4%	873.921	16%	3.480.279	3.301.417	5%
Receita Líquida Total	7.048.960	7.219.216	-2%	6.599.909	7%	26.012.950	31.604.653	-18%
Celulose	5.631.715	5.852.688	-4%	5.340.214	5%	21.027.686	26.950.325	-22%
Papel	1.417.245	1.366.528	4%	1.259.695	13%	4.985.264	4.654.329	7%

Volume de Vendas (em ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	2.810.848	1.946.532	44%	2.442.076	15%	8.983.742	9.385.957	-4%
Celulose	2.699.546	1.843.511	46%	2.340.238	15%	8.580.691	9.010.354	-5%
Papel	111.302	103.021	8%	101.838	9%	403.051	375.603	7%
Papelcartão	17.915	17.380	3%	17.673	1%	62.219	57.585	8%
Imprimir e Escrever	92.640	85.641	8%	83.712	11%	338.562	318.018	6%
Outros papéis ¹	748	-	-	453	-	2.271	-	-
Mercado Interno	477.322	488.367	-2%	420.143	14%	1.684.374	1.880.182	-10%
Celulose	219.973	241.127	-9%	208.929	5%	830.962	1.001.850	-17%
Papel	257.349	247.240	4%	211.214	22%	853.412	878.332	-3%
Papelcartão	34.996	34.129	3%	32.173	9%	130.210	130.844	0%
Imprimir e Escrever	190.773	188.857	1%	150.248	27%	619.802	658.324	-6%
Outros papéis ¹	31.580	127.654	-75%	28.793	10%	103.400	89.164	16%
Volume Total	3.288.170	2.434.899	35%	2.862.219	15%	10.668.115	11.266.140	-5%
Celulose	2.919.519	2.084.638	40%	2.549.167	15%	9.411.653	10.012.204	-6%
Papel	368.652	350.261	5%	313.052	18%	1.256.463	1.253.935	0%
Papelcartão	52.911	51.509	3%	49.846	6%	192.428	188.429	2%
Imprimir e Escrever	283.413	274.498	3%	233.960	21%	958.363	976.342	-2%
Outros papéis ¹	32.328	127.654	-75%	29.246	11%	105.671	89.164	19%

Preço líquido médio (R\$/ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	2.004	2.880	-30%	2.161	-7%	2.304	2.762	-17%
Celulose	1.937	2.831	-32%	2.090	-7%	2.237	2.727	-18%
Papel	3.619	3.771	-4%	3.788	-4%	3.734	3.602	4%
Mercado Interno	2.967	3.302	-10%	3.146	-6%	3.155	3.022	4%
Celulose	1.827	2.631	-31%	2.144	-15%	2.207	2.377	-7%
Papel	3.942	3.956	0%	4.138	-5%	4.078	3.759	8%
Total	2.144	2.965	-28%	2.306	-7%	2.438	2.805	-13%
Celulose	1.929	2.808	-31%	2.095	-8%	2.234	2.692	-17%
Papel	3.844	3.901	-1%	4.024	-4%	3.968	3.712	7%

Preço líquido médio (US\$/ton)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	487	756	-36%	544	-10%	584	756	-23%
Celulose	471	743	-37%	526	-10%	567	746	-24%
Papel	879	990	-11%	953	-8%	946	986	-4%
Mercado Interno	721	867	-17%	792	-9%	800	827	-3%
Celulose	444	691	-36%	540	-18%	559	650	-14%
Papel	957	1.038	-8%	1.041	-8%	1.034	1.029	1%
Total	521	778	-33%	580	-10%	618	768	-20%
Celulose	469	737	-36%	527	-11%	566	737	-23%
Papel	934	1.024	-9%	1.013	-8%	1.006	1.016	-1%

¹ Papéis de outros fabricantes comercializados pela Suzano e papel *tissue*.

² Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

Taxa R\$/US\$	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q
Fechamento	4,03	3,87	4%	4,16	-3%
Média	4,12	3,81	8%	3,97	4%

ANEXO 2² – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q	2019	2018	Δ Y-o-Y
Receita Líquida de Vendas	7.048.959	7.241.895	-3%	6.599.909	7%	26.012.950	31.701.815	-18%
Custo dos Produtos Vendidos	(5.810.056)	(3.844.991)	51%	(4.986.414)	17%	(20.743.482)	(16.822.773)	23%
Lucro Bruto	1.238.903	3.396.904	-64%	1.613.495	-23%	5.269.468	14.879.042	-65%
Margem Bruta	17,6%	46,9%	-29 p.p.	24,4%	-7 p.p.	20,3%	46,9%	-27 p.p.
Receitas (Despesas) Operacionais	(675.513)	(1.204.835)	-44%	(616.180)	10%	(2.640.890)	(3.151.802)	-16%
Despesas com vendas	(537.981)	(340.056)	58%	(469.014)	15%	(1.905.279)	(1.411.494)	35%
Despesas gerais e administrativas	(285.586)	(399.924)	-29%	(278.976)	2%	(1.173.358)	(1.217.312)	-4%
Outras receitas operacionais, líquidas	137.307	(468.562)	-129%	116.132	18%	405.754	(531.254)	-176%
Equivalência Patrimonial	10.746	3.707	190%	15.678	-31%	31.993	8.258	287%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	563.390	2.192.069	-74%	997.315	-44%	2.628.578	11.727.256	-78%
Depreciação, Exaustão e Amortização	1.778.852	945.450	88%	1.514.089	17%	8.091.931	4.199.898	93%
EBITDA	2.342.242	3.137.519	-25%	2.511.404	-7%	10.720.509	15.927.154	-33%
Margem EBITDA	33,2%	43,3%	-10 p.p.	38,1%	-5 p.p.	41,2%	50,2%	-9 p.p.
EBITDA Ajustado¹	2.465.382	3.550.406	-31%	2.396.426	3%	10.723.569	16.361.470	-34%
Margem EBITDA Ajustada ¹	35,0%	49,0%	-14 p.p.	36,3%	-1 p.p.	41,2%	51,6%	-10 p.p.
Resultado Financeiro	1.624.575	1.679.457	-3%	(6.493.278)	-125%	(6.725.781)	(7.748.156)	-13%
Receitas Financeiras	86.174	359.252	-76%	108.143	-20%	493.246	824.950	-40%
Despesas Financeiras	(1.041.368)	(860.202)	21%	(1.058.484)	-2%	(4.178.848)	(2.940.428)	42%
Variação Cambial	1.418.117	635.064	123%	(3.685.540)	-138%	(1.964.927)	(2.462.147)	-20%
Resultado de operações com derivativos	1.161.652	1.545.343	-25%	(1.857.397)	-163%	(1.075.252)	(3.170.531)	-66%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.187.965	3.871.526	-43%	(5.495.963)	-140%	(4.097.203)	3.979.099	-203%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.013.188)	(884.259)	15%	2.035.728	-150%	1.282.461	(600.680)	-314%
Resultado Líquido do Exercício	1.174.777	2.987.267	-61%	(3.460.235)	-134%	(2.814.742)	3.378.420	-183%
Margem Líquida	16,7%	41,2%	-25 p.p.	-52,4%	69 p.p.	-10,8%	10,7%	-21 p.p.

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

Amortização de mais valia - PPA (R\$ mil)	4T19	4T18	Δ Y-o-Y	3T19	Δ Q-o-Q
CPV	(138.646)	-	-	(180.036)	-
Despesas com Vendas	(206.700)	-	-	(206.700)	-
Despesas gerais e administrativas	21.436	-	-	794	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(121)	-	-	(6.820)	-
Resultado financeiro	(108.357)	-	-	(31.143)	-

ANEXO 3¹ – Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo (R\$ mil)	31/12/2019	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.249.127	3.714.646	6.181.900
Aplicações Financeiras	6.150.631	4.897.585	25.414.992
Contas a Receber de clientes	3.035.817	2.058.731	3.862.323
Estoques	4.685.595	6.258.364	5.861.406
Tributos a Recuperar	997.201	1.235.668	557.832
Instrumentos Financeiros Derivativos	260.273	239.161	210.852
Outros ativos	505.593	417.223	837.426
Ativo Circulante	18.884.237	18.821.378	42.926.731
Não Circulante			
Tributos a recuperar	708.914	557.373	2.044.730
Aplicações financeiras	179.703	177.453	172.891
Instrumentos financeiros derivativos	838.699	677.305	455.325
Ativos Biológicos	10.571.499	10.280.967	9.515.526
Investimentos	322.446	279.263	214.381
Imobilizado	41.120.945	41.500.872	32.620.900
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	3.850.237	4.359.907	-
Intangível	17.712.803	17.968.738	4.879.131
Outros ativos	3.718.742	4.723.820	1.922.484
Ativo Não Circulante	79.023.988	80.525.698	51.825.368
Total do Ativo	97.908.225	99.347.076	94.752.099
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31/12/2019	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	2.376.459	3.325.724	4.166.503
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.227.951	5.091.236	6.503.325
Contas a pagar de operações de arrendamento	656.844	587.910	-
Instrumentos financeiros derivativos	893.413	1.111.477	276.407
Tributos a recolher	307.639	212.378	372.994
Salários e encargos sociais	400.435	439.615	635.751
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	94.414	92.098	2.402.700
Dividendos a pagar	5.720	9.904	-
Outros passivos	516.320	310.540	-
Passivo Circulante	11.479.195	11.180.882	14.357.680
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	57.456.375	58.929.307	50.028.056
Contas a pagar de operações de arrendamento	3.327.226	3.946.474	-
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	447.201	463.835	-
Provisão para passivos judiciais	3.512.477	3.495.447	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.024.500	2.865.034	1.040.000
Outros passivos	1.573.282	1.429.838	3.077.519
Passivo Não Circulante	68.341.061	71.129.935	54.145.575
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.235.546	9.235.546	15.971.006
Reservas de Capital	6.416.864	6.419.941	688.190
Ações em Tesouraria	(218.265)	(218.265)	(218.000)
Reservas de Lucros	317.144	3.081.740	3.604.126
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.221.341	2.348.132	6.115.681
Resultados acumulados	-	(3.947.403)	-
Patrimônio Líquido	17.972.630	16.919.691	26.161.003
Participações de acionistas não controladores	115.339	116.568	87.841
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	97.908.225	99.347.076	94.752.099

¹ Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

ANEXO 4¹ – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	4T19	4T18	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado líquido do período	1.174.776	2.986.928	(2.814.742)	3.378.081
Depreciação, Exaustão e Amortização	1.407.547	945.449	4.286.730	4.199.896
Amortização mais valia - Fibria, Facepa e Ibema	324.031	-	3.651.005	-
Amortização mais valia da Fibria alocada a resultado financeiro	30.437	-	(38.960)	-
Amortização do direito de uso	47.292	-	154.217	-
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	73.042	-	226.103	-
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e biológicos, líquido	51.649	68.988	77.930	103.912
Equivalência patrimonial	(10.746)	(3.580)	(31.993)	(8.144)
Provisão para perdas e baixas com imobilizado e biológico	-	2.600	-	18.103
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.418.127)	(489.252)	1.964.927	3.190.711
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas	830.503	495.326	3.358.806	1.691.222
Apropriação de juros sobre aplicações financeiras	258.935	-	(31.368)	-
Amortização do custo de captação, ágio e deságio	13.004	-	185.807	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	989.070	717.838	(1.528.571)	14.113
Créditos tributários - ganho em ação tributária (ICMS na base PIS/COFINS)	-	-	(128.115)	-
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	(101.946)	198.070	(185.399)	102.409
Juros sobre passivo atuarial	5.734	10.069	44.496	35.920
(Reversão) provisão para passivos judiciais	48.665	4.295	26.807	13.285
Provisão para plano de remuneração baseado em ações	-	13.830	-	131.610
Perdas (Ganhos) com derivativos, líquidos	(1.161.652)	(1.545.020)	1.075.252	2.822.289
(Reversão) provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	2.078	17	(12.286)	6.450
Provisão / (reversão) para abatimentos	-	(1.297)	-	27.681
Provisão para perdas nos estoques e baixas	76.479	(11.420)	107.269	(34.560)
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida	41.787	34.587	129.283	109.215
Outras	(49.656)	(70.538)	(56.517)	122.127
Decréscimo (acrécimo) em ativos	117.802	622.964	2.080.352	(1.812.766)
Contas a receber	(1.023.818)	935.431	991.476	(166.867)
Estoques	1.217.349	(1.138.897)	873.420	(2.122.792)
Tributos a recuperar	104.148	780.753	241.934	615.125
Outros ativos	(179.877)	45.677	(26.478)	(138.232)
Acrécimo (decrécimo) em passivos	(388.503)	(411.127)	(1.482.016)	278.776
Salários e encargos a pagar	(38.902)	-	(234.948)	-
Fornecedores	(829.169)	211.943	(1.555.697)	168.546
Impostos a pagar	107.261	(1.038.579)	370.923	(311.638)
Outros passivos	372.307	415.509	(62.294)	421.868
Caixa gerado das operações	2.362.201	3.568.727	11.059.017	14.390.330
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(615.626)	(434.144)	(2.977.957)	(1.942.100)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	(467.434)	72.263	(112.898)	193.719
Pagamento de outros impostos e contribuições	-	254.202	-	(135.265)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(55.245)	(87.572)	(391.725)	(395.069)
Pagamento de passivo atuarial	-	(26.061)	-	(26.061)
Pagamento de contingências	-	(41.013)	-	(41.013)
Caixa gerado das atividades operacionais	1.223.896	3.306.402	7.576.437	12.044.541
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações Financeiras	(1.049.228)	(10.488.918)	19.378.893	(21.014.932)
Caixa proveniente da incorporação de controladas	-	(21.431)	-	-
Contratos de derivativos liquidados	-	(10.151)	-	(216.377)
Aumento de capital em subsidiárias	-	2.676	(45.856)	(313.228)
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações de fomento	(61.285)	-	(355.447)	-

Aquisição de controlada, líquido do caixa	-	-	(26.002.540)	-
Adições no imobilizado, intangível e ativos biológicos	(1.124.275)	(1.831.781)	(4.868.427)	(6.339.674)
Recebimentos por venda de ativos	44.905	53.613	198.644	108.036
Outros investimentos	(21)	-	(286)	-
Caixa (aplicado) nas / gerado das atividades de investimentos	(2.189.904)	(12.295.992)	(11.695.019)	(27.776.175)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	2.677.927	12.624.694	18.993.837	26.989.575
Captação de debêntures	-	-	-	-
Liquidações de operações com derivativos	(79.452)	(323.365)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.745.186)	(770.365)	(13.994.708)	(5.660.487)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(219.774)	-	(645.071)	-
Pagamentos de dividendos	(4.897)	(2.785.603)	(606.632)	(3.255.812)
Outros financiamentos	5.616	(2.139)	10.191	3.597
Proventos de ações próprias	(879)	-	(879)	8.514
Ações em Tesouraria	-	9.051	-	10.781
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(9.084)	(13.424)	(479.480)	(84.090)
Caixa (aplicado) nas / gerado das atividades de financiamentos	624.271	8.738.849	3.141.809	16.425.663
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(123.782)	(218.492)	(161.553)	359.774
Acréscimo (Decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(465.519)	(469.233)	(1.138.326)	1.053.803
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.714.646	4.945.824	4.387.453	5.128.550
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.249.127	4.476.591	3.249.127	6.182.353
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(465.519)	(469.233)	(1.138.326)	1.053.803

¹ Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

ANEXO 5² – EBITDA

(R\$ mil, exceto quando indicado)	4T19	4T18	2019	2018
Resultado Líquido	1.174.777	2.986.928	(2.814.742)	3.378.081
Resultado financeiro, líquido	1.624.575	1.679.457	(6.725.781)	(7.748.156)
Imposto de renda e contribuição social	(1.013.188)	(208.749)	1.282.461	3.589.703
EBIT	563.390	2.191.940	2.628.578	11.727.127
Depreciação, amortização e exaustão	1.778.852	945.450	8.091.931	4.199.899
EBITDA¹	2.342.242	3.137.390	10.720.509	15.927.026
<i>Margem EBITDA</i>	<i>33%</i>	<i>43%</i>	<i>41%</i>	<i>50%</i>
Despesas da transação com Fibria	3.924	88.804	79.870	126.550
Indenização - Facepa	840	-	4.123	-
Provisão - Perda de Crédito de ICMS	97.061	34.587	181.117	109.214
Baixa de Imobilizado	996	75.446	996	108.425
Renegociação de contratos	45.723	-	45.723	-
Ajustes Projeto Losango	57.764	-	57.764	-
Ajuste Valor Justo (outros)	(32.705)	-	(32.705)	-
Provisão para Perda de PIS e COFINS	21.132	-	21.132	-
Provisão Processos Trabalhistas	32.178	-	32.178	-
Equivalência Patrimonial	(10.746)	(3.578)	(31.993)	(8.145)
Ajuste de valor justo do ativo biológico	(101.946)	198.070	(185.399)	102.409
Venda de créditos judiciais	390	-	(86.610)	-
Efeito PPA (Baixa de Ativos)	9.123	-	33.991	-
Créditos tributários - ICMS na base PIS/COFINS	-	-	(128.115)	-
Aborto de Condução	-	-	-	7.366
Baixa de estoques	-	6.969	-	24.062
Revisão PIS/Cofins	-	-	-	3.729
Acordo Valmet	-	-	-	(52.780)
Outros	(595)	12.323	10.989	12.652
EBITDA Ajustado	2.465.381	3.550.011	10.723.569	16.360.507
<i>Margem EBITDA</i>	<i>35%</i>	<i>49%</i>	<i>41%</i>	<i>52%</i>

¹ EBITDA da Companhia calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

² Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

ANEXO 6² – Demonstração de Resultado Segmentado

Demonstração de Resultado (R\$ mil)					4T18			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	5.631.714	1.417.245	-	7.048.959	5.875.366	1.366.528	-	7.241.895
Custo dos Produtos Vendidos	(4.859.010)	(951.046)	-	(5.810.056)	(3.020.350)	(824.641)	-	(3.844.991)
Lucro Bruto	772.704	466.199	-	1.238.903	2.855.016	541.887	-	3.396.904
<i>Margem Bruta</i>	13,7%	32,9%	0,0%	17,6%	48,6%	39,7%	-	46,9%
Receitas (Despesas) Operacionais	(557.552)	(117.961)	-	(675.513)	(955.105)	(249.858)	-	(1.204.964)
Despesas com vendas	(419.438)	(118.543)	-	(537.981)	(229.197)	(110.859)	-	(340.056)
Despesas gerais e administrativas	(200.354)	(85.231)	-	(285.586)	(217.063)	(182.860)	-	(399.924)
Outras receitas (despesas) operacionais	56.355	80.952	-	137.307	(508.716)	40.154	-	(468.562)
Equivalência Patrimonial	5.885	4.861	-	10.746	(129)	3.707	-	3.578
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	215.152	348.238	-	563.390	1.899.911	292.029	-	2.191.940
Depreciação, Exaustão e Amortização	1.639.056	139.797	-	1.778.852	832.701	112.749	-	945.450
EBITDA	1.854.208	488.034	-	2.342.242	2.732.612	401.071	-	3.133.683
<i>Margem EBITDA</i>	32,9%	34,4%	-	33,2%	46,5%	29,6%	-	43,3%
EBITDA Ajustado¹	2.041.559	423.824	-	2.465.382	3.119.484	430.526	-	3.550.010
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	36,3%	29,9%	0,0%	34,8%	53,1%	31,5%	-	49,0%
Resultado Financeiro, líquido	-	-	1.624.575	1.624.575	431.790	-	1.247.457	1.679.247
Lucro antes do IRPJ e CSLL	215.152	348.238	1.624.575	2.187.965	2.331.701	292.029	1.247.457	3.871.187
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(1.013.188)	(1.013.188)	544.335	-	(753.084)	(208.749)
Lucro Líquido do Exercício	215.152	348.238	611.387	1.174.777	2.200.526	292.029	494.373	2.986.928
<i>Margem Líquida</i>	3,8%	20,2%	0,0%	16,7%	37,5%	21,4%	0,0%	41,2%

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	2019				2018			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	21.027.686	4.985.264	-	26.012.950	27.047.484	4.654.329	-	31.701.813
Custo dos Produtos Vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	-	(20.743.482)	(13.870.169)	(2.952.603)	-	(16.822.772)
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	-	5.269.468	13.177.316	1.701.726	-	14.879.042
<i>Margem Bruta</i>	<i>17,1%</i>	<i>33,7%</i>	<i>0,0%</i>	<i>20,3%</i>	<i>48,7%</i>	<i>36,6%</i>		<i>46,9%</i>
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115	(2.640.890)	(2.265.565)	(886.350)	-	(5.569.154)
Despesas com vendas	(1.503.775)	(401.504)	-	(1.905.279)	(2.529.815)	(1.298.918)	-	(3.828.733)
Despesas gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	-	(1.173.358)	(667.961)	(549.351)	-	(1.217.312)
Outras receitas (despesas) operacionais	209.577	68.062	128.115	405.754	(572.535)	41.282	-	(531.253)
Equivalência Patrimonial	11.686	20.307	-	31.993	569	7.576	-	8.145
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	1.498.382	1.002.081	128.115	2.628.578	10.911.751	815.376	-	11.727.127
Depreciação, Exaustão e Amortização	7.575.630	516.301	-	8.091.931	3.742.056	457.844	-	4.199.899
EBITDA	9.074.013	1.518.381	128.115	10.720.509	14.653.806	1.273.220	-	15.927.026
<i>Margem EBITDA</i>	<i>43,2%</i>	<i>30,5%</i>	-	<i>41,2%</i>	<i>54,2%</i>	<i>27,4%</i>		<i>50,2%</i>
EBITDA Ajustado¹	9.258.796	1.464.372	-	10.723.569	15.026.861	1.333.646	-	16.360.507
<i>Margem EBITDA Ajustada¹</i>	<i>44,0%</i>	<i>29,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>41,2%</i>	<i>55,6%</i>	<i>28,7%</i>		<i>51,6%</i>
Resultado Financeiro, líquido	-	-	(6.725.781)	(6.725.781)	(2.905.853)	-	(4.842.513)	(7.748.366)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.498.383	1.002.080	(6.597.666)	(4.097.203)	8.005.898	815.376	(4.842.513)	3.978.761
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	1.282.461	1.282.461	3.434.489	-	155.214	3.589.703
Lucro Líquido do Exercício	1.498.383	1.002.080	(5.315.205)	(2.814.742)	7.250.004	815.376	(4.687.299)	3.378.081
<i>Margem Líquida</i>	<i>7,1%</i>	<i>20,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-10,8%</i>	<i>26,8%</i>	<i>17,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>10,7%</i>

¹ Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

² Os dados nos períodos de comparação de 2018 (4T18 e 2018) consideram a soma simples ou média ponderada de Suzano + Fibria.

Afirmações sobre Expectativas Futuras

Algumas afirmações contidas neste documento podem ser projeções ou afirmações sobre expectativas futuras. Tais afirmações estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Estes riscos incluem entre outros, modificações na demanda futura pelos produtos da Companhia, modificações nos fatores que afetam os preços domésticos e internacionais dos produtos, mudanças na estrutura de custos, modificações na sazonalidade dos mercados, mudanças nos preços praticados pelos concorrentes, variações cambiais, mudanças no cenário político-econômico brasileiro, nos mercados emergentes e internacional. As afirmações sobre expectativas futuras não foram revisadas pelos auditores independentes.